

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS
NÍVEL DE MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUAGEM E SOCIEDADE

SIMONE BEATRIZ CORDEIRO RIBEIRO

**A EXPRESSIVIDADE ENUNCIATIVA DO ADJETIVO NO GÊNERO TEXTUAL
REDAÇÕES DE VESTIBULAR**

CASCAVEL-PR

2010

SIMONE BEATRIZ CORDEIRO RIBEIRO

**A EXPRESSIVIDADE ENUNCIATIVA DO ADJETIVO NO GÊNERO TEXTUAL
REDAÇÕES DE VESTIBULAR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade. Linha de Pesquisa: Linguagem: Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Clarice Nadir von Borstel.

CASCADEL-PR

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

R484e	<p>Ribeiro, Simone Beatriz Cordeiro</p> <p>A expressividade enunciativa do adjetivo no gênero textual redações de vestibular / Simone Beatriz Cordeiro Ribeiro. - Cascavel, 2010. 157 p.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Prof^a. Dr^a. Clarice Nadir von Borstel</p> <p style="text-align: center;">Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2010.</p> <p style="text-align: center;">1. Gênero textual - Redação - Vestibular. 2. Adjetivo - Redação - Vestibular. 3. Expressividade enunciativa Gênero textual - Redação - Vestibular. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 21.ed. 808.0469 CDU 82.08 CIP-NBR 12899</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

A EXPRESSIVIDADE ENUNCIATIVA DO ADJETIVO NO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÕES DE VESTIBULAR

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em 09 de fevereiro de 2010.

Prof^a. Dr^a. Aparecida Feola Sella (UNIOESTE)
Coordenadora

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

Prof^a. Dr^a. Rosângela Hammes Rodrigues (UFSC)
Membro convidado

Prof^a. Dr^a. Aparecida Feola Sella (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da instituição)

Prof. Dr. Ciro Damke (UNIOESTE)
Membro Efetivo (da instituição)

Prof. Dr. Renilson José Menegassi (UEL)
Membro Suplente Convidado

Prof^a. Dr^a. Clarice Nadir von Borstel (UNIOESTE)
Orientadora

Cascavel, 09 de fevereiro de 2010.

Aos professores de Língua Portuguesa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço eternamente a minha família pelo apoio e compreensão nesta caminhada de estudos; pela força e sustentabilidade recebida de meus pais, Conceição e Maria; aos inúmeros questionamentos de minha irmãzinha, Nayara; e à compreensão e paciência recebidas de meu esposo, Jairo;

agradeço imensamente a minha orientadora, professora Clarice Nadir von Borstel, pela admirável dedicação profissional, pelas constantes orientações, e pela frequente compreensão, como também pelo clareamento de minhas dúvidas e pela sabedoria com que lidou com meus questionamentos e ideias;

aos professores Aparecida Feola Sella e Ciro Damke, agradeço pela leitura atenta e pelas contribuições apresentadas no Exame de Qualificação;

agradeço de maneira especial à professora Aparecida Feola Sella pelo apoio e confiança, bem como pelas contribuições dadas as minhas análises e pela citação da obra de Neves (2000), que me auxiliou muito na reflexão e interpretação das expressões enunciativas;

carinhosamente, agradeço aos demais professores do Programa de Mestrado, pelos conhecimentos compartilhados;

à Fundação Araucária, pelo apoio financeiro;

e a Deus, pelas oportunidades nos proporcionadas.

**A única certeza da finalidade da nossa existência vem da criação
de valores dentro de nós mesmos,
valores estes não existentes e que o *homem faz existir*
pelo poder criador do seu livre-arbítrio.**

Albert Einstein

RESUMO

RIBEIRO, Simone Beatriz Cordeiro. **A expressividade enunciativa do adjetivo no gênero textual redações de vestibular**. 2010. 157 páginas. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2010.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Clarice Nadir von Borstel

Defesa: 09 de fevereiro de 2010.

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de verificar a expressividade enunciativa do adjetivo no gênero textual redação de vestibular, da Prova de Redação do Concurso Vestibular/2008 da Unioeste. Como a prática de ensino dos gêneros textuais vem sendo muito discutida, assim como o ensino de práticas linguísticas em conjunto com o texto, optou-se por desenvolver um trabalho que visasse à união desses dois polos que foram e que ainda são trabalhados de maneira descontextualizada em aulas de Língua Portuguesa. Segundo as discussões teóricas desenvolvidas no transcorrer de todo o estudo, observou-se que o uso da linguagem está inteiramente ligado a contextos discursivos. Sendo assim, uma vez que o objeto deste estudo consiste no adjetivo, buscou-se verificar sua expressividade em três modalidades de interpretação: i) posição livre *com* alteração de sentido, ii) posição obrigatória e iii) posição livre *sem* alteração de sentido, baseadas nos pressupostos teóricos de Callou e Serra (2003b), Neves (2000), Mira Mateus *et al.* (1983), Barros (1985), entre outros estudiosos. De acordo com a literatura investigada, pode-se dizer que o uso do adjetivo em posição posposta ou anteposta não se prende apenas a utilizações sintáticas ou semânticas; também está interligada às intenções discursivas de seus usuários e sofre influência constante do gênero textual em que está inserido. Assim, espera-se que os conteúdos abordados neste estudo auxiliem, por um lado, os professores de Língua Portuguesa na aula de Redação, contribuindo para o conhecimento dos gêneros textuais e de sua finalidade no ensino, e, por outro, os discentes, dando suporte ao processo de identificação e produção dos gêneros e à aquisição da linguagem. Esta abordagem voltada ao ensino se justifica em decorrência desta Dissertação estar inserida na Linha de Pesquisa *Linguagem: Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino*.

Palavras-chave: Gênero textual, redação de vestibular, adjetivo, expressividade enunciativa.

ABSTRACT

RIBEIRO, Simone Beatriz Cordeiro. **A expressividade enunciativa do adjetivo no gênero textual redações de vestibular**. 2010. 157 páginas. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2010.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Clarice Nadir von Borstel

Defesa: 09 de fevereiro de 2010.

This work was done in order to verify the expressiveness of the adjective set the textual genre writing exam, proof of Writing Contest Vestibular/2008 from Unioeste. As the practice of teaching of text types has been much discussed, as well as teaching practical language together with the text, we chose to work which focused on the union of these two poles that were and still are worked in a decontextualized classes in Portuguese. According to the theoretical discussion developed over the course of the text, it was observed that the use of language is entirely linked to discursive contexts. Therefore, since this study is the adjective, we attempted to verify its expression in three modes of interpretation: Position Available with change of direction, position and compulsory free position without changing the meaning, based on the theoretical assumption of Callou and Serra (2003b), Neves (2000), Mira Mateus ec. al. (1983), Barros (1985), among other scholars. According to the literature investigated, it can be said that the use of the adjective in front castle or proposed positions is not just to use syntactic or semantic, is also interconnected discursive intentions of their users and suffers constant influence of the genre in which text is inserted. Therefore, it is expected that the content covered in this study will help teachers of Portuguese in class writing in the classroom, contributing to the knowledge of text types and purpose in education. As well, helping the students in the process of identification and production of gender, and language acquisition. This focused approach to education is justified as a result of this work being in the Search Language Linguistic Practice Line, Cultural and Education.

Key-words: Textual genre, writing vestibular, adjective, enunciative expressiveness.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E <i>CORPUS</i> DA PESQUISA.	09
1.1 O ESTUDO	09
1.2 O OBJETO DA PESQUISA	11
1.3 O <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	12
1.4 A PROPOSTA NÚMERO ‘UM’ DO CONCURSO VESTIBULAR/2008 DA UNIOESTE	13
CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE O GÊNERO TEXTUAL	14
2.1 O GÊNERO TEXTUAL	15
2.1.1 Um Breve Contexto Histórico do Gênero	15
2.1.2 Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Bakhtiniana	16
2.1.3 Gênero: Algumas Definições	22
2.1.4 Gênero do Discurso e Gênero Textual, Tipo de Discurso e Tipo Textual	26
2.2. O GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR	31
2.2.1 Um Novo Gênero: A Redação de Vestibular	32
CAPÍTULO III – A REFLEXÃO SOBRE O ADJETIVO E A SUA EXPRESSIVIDADE ENUNCIATIVA	39
3.1 O ADJETIVO	39
3.1.1 O Contexto Histórico do Adjetivo: Conceituações e Definições.....	39
3.1.2 Tipos de Adjetivos	46
3.1.3 A Locução Adjetiva	49
3.1.4 A Flexão dos Adjetivos	50
3.1.5 A Adjetivação do Substantivo e a Substantivação do Adjetivo	51
3.1.6 A Expressividade Enunciativa do Adjetivo	53
3.1.7 A Expressividade Enunciativa na <i>Ordem</i> do Adjetivo	57
CAPÍTULO IV – O USO LINGUÍSTICO DO ADJETIVO NO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR.	67
4.1 TRÊS MODALIDADES DE ANÁLISE	67
4.1.1 O Sentido Objetivo e o Sentido Subjetivo do Uso do Adjetivo: a posição é livre, mas <i>com</i> alteração de sentido	67
4.1.2 Usos Cristalizados do Adjetivo: obrigatoriamente anteposto ou posposto	89
4.1.3 Recursos Enfáticos do Uso do Adjetivo: a posição é livre e <i>sem</i> alteração de sentido.....	99
CAPÍTULO V – O GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR SOB O VIÉS DA PRÁTICA LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA.	103
5.1 A PRÁTICA LINGUÍSTICA E A PRODUÇÃO DO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR	103

CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	127
ANEXO I – PROPOSTA NÚMERO ‘UM’ DO CONCURSO VESTIBULAR/2008 DA UNIOESTE	128
ANEXO II – REDAÇÃO NÚMERO 1.067/2008	129
ANEXO III – REDAÇÃO NÚMERO 1.324/2008	130
ANEXO IV – REDAÇÃO NÚMERO 1.911/2008	131
ANEXO V – REDAÇÃO NÚMERO 2.046/2008	132
ANEXO VI – REDAÇÃO NÚMERO 3.349/2008	133
ANEXO VII – REDAÇÃO NÚMERO 3.983/2008	134
ANEXO VIII – REDAÇÃO NÚMERO 4.094/2008	135
ANEXO IX – REDAÇÃO NÚMERO 4.202/2008	136
ANEXO X – REDAÇÃO NÚMERO 4.218/2008	137
ANEXO XI – REDAÇÃO NÚMERO 4.398/2008	138
ANEXO XII – REDAÇÃO NÚMERO 4.994/2008	139
ANEXO XIII – REDAÇÃO NÚMERO 5.252/2008	140
ANEXO XIV – REDAÇÃO NÚMERO 6.320/2008	141
ANEXO XV – REDAÇÃO NÚMERO 7.576/2008	142
ANEXO XVI – REDAÇÃO NÚMERO 8.740/2008	143
ANEXO XVII – REDAÇÃO NÚMERO 8.781/2008	144
ANEXO XVIII – REDAÇÃO NÚMERO 9.000/2008	145
ANEXO XIX – REDAÇÃO NÚMERO 9.009/2008	146
ANEXO XX – REDAÇÃO NÚMERO 9.062/2008	147

INTRODUÇÃO

No momento, a reflexão acerca da produção textual no contexto escolar tem gerado diversas discussões no ensino de Língua Portuguesa. A escola, nos níveis Fundamental e Médio, vem tentando trabalhar didaticamente essa questão, embora ainda haja predomínio da noção de tipologia textual, reflexo do estruturalismo predominante dos anos cinquenta e sessenta. A Linguística passa a se dedicar, também, à questão das tipologias textuais, embora desvinculadas da noção de gênero.

A partir de práticas pedagógicas, sabe-se que a noção de tipologia textual foi intensivamente utilizada nas décadas de setenta, oitenta e parte da década de noventa, e descreviam-se superestruturas textuais. A análise (Crítica) do Discurso e outras correntes teóricas que surgiram a partir da década de oitenta trouxeram à tona a noção de gênero textual e gênero discursivo, baseando-se no pensamento bakhtiniano. No Brasil, essas modificações foram aceitas e incorporadas aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs), propostos pelo MEC. A abordagem sócio-interacionista incorporada pelos PCNs prevê o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas; portanto, o ensino de língua materna não pode estar limitado a estruturas tipológicas às quais o aluno tem de se adaptar.

Sabe-se que o ensino da redação pautado na noção de tipologia textual é muito restrita e não dá o devido destaque ao papel dos sujeitos em interação, envolvidos em um processo de enunciação, e, portanto, não pode desenvolver as competências linguísticas e comunicativas abordadas pelos PCNs e pela Proposta Curricular do Paraná.

É provável que a prática dos professores de língua materna, em se tratando da produção textual, ainda esteja centrada na abordagem tipológica. Supõe-se que as aulas de

redação que partem dos textos presentes no cotidiano dos alunos, tais como aqueles pertencentes aos discursos da mídia, da música, do cinema e da literatura, se deem de forma bastante tímida e pouco consciente do processo enunciativo, apesar de alguns livros didáticos, utilizados pelas escolas estaduais, privilegiarem esses textos.

Os professores devem estar aptos a fazer emergir, para a superfície do texto lido ou a ser produzido, o desenvolvimento das mais variadas competências comunicativas e linguísticas, promovendo uma estreita ligação entre o texto e as questões: quem e o que se quer dizer, para quem se quer dizer, com que intenção e em que momento. Esse trabalho deve ser feito especialmente nos níveis Fundamental e Médio, quando o aluno estará se construindo como sujeito em sentido amplo e quando todas as possibilidades de crescimento do conhecimento linguístico estão à sua disposição.

Para tal, é preciso atenção à formação dos professores de Língua Portuguesa, oportunizando a estes: refletir sobre seu papel na educação, como um dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem; perceber e refletir sobre os textos quanto às noções de gêneros textuais e discursivos, enunciativos e cognitivos a partir da linguagem verbal; assumir o texto como materialidade do discurso; abordar uma reflexão sobre o uso da adequação à norma padrão escrita institucionalizada, a partir de seu processo de produção; abordar a prática de ensino da produção textual, a qual deve garantir que:

- a. Os textos – suas regularidades, suas normas, suas convenções de ocorrência – sejam objeto de estudo das aulas de língua, como no caso das produções escritas;
- b. Os textos sejam usados em situação concretas, implicando sujeitos em contextos que exijam determinados gêneros (nesta pesquisa, as Redações de Vestibular);
- c. As modalidades gramaticais tenham funcionalidade, pois estas serão definidas de acordo com as particularidades de cada gênero, em cada situação comunicativa

(neste estudo, foca-se o uso da expressividade enunciativa do adjetivo utilizado nas Redações do Vestibular);

- d. As práticas de ensino proporcionem o desenvolvimento de habilidades comunicativas, sob o enfoque da escrita, e contemplem as produções escritas como gênero textual; e que este, de fato, seja abordado na sala de aula.

A partir disto, discutir-se-á a noção de gênero, conforme proposto por Bakhtin (2000), como um instrumento de construção do letramento escolar que permite agir eficazmente em situações sociais de comunicação. Segundo o autor, cada grupo social em sua época possui um conjunto de formas de discurso (gêneros do enunciado) que reflete a realidade ou o cotidiano em transformação. Nesse sentido, as mudanças sociais se refletem até nas normas (relativamente estáveis) dos enunciados.

A inesgotabilidade de atividades humanas em suas diversas e variadas esferas resultam na heterogeneidade e complexidade dos gêneros. À medida que essas atividades vão se ampliando e se modificando, os gêneros vão se diversificando.

Nesta pesquisa, enfoca-se o gênero Redação de Vestibular, pertencente à esfera escolar. Mais especificamente, as atenções estão voltadas para a prova de redação proposta pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste.

Esta pesquisa emerge da observação de que, nessa instituição, redação é uma prova obrigatória e eliminatória no processo seletivo do vestibular, conforme dispõe a portaria 2.941/2001-CEPE, ou seja, todos aqueles que pretendem ingressar em um curso dessa universidade, necessariamente, devem produzir um texto conforme a proposta apresentada. Somado a isso, observou-se que discentes têm dificuldades no que tange ao domínio linguístico – principalmente no módulo escrito, não conseguindo, na maioria das vezes, elaborar um texto satisfatório, adequado à norma padrão de escrita institucionalizada,

definidas pela gramática normativa, bem como adequado à tipologia textual e ao gênero textual solicitados. Essas observações levaram à proposição desta pesquisa, que visa à análise do uso do adjetivo nas Redações de Vestibular.

Como o adjetivo é muito expressivo, procurou-se verificar como essa expressividade aparece nos textos produzidos pelos vestibulandos. Para tanto, a pesquisa sobre o uso do adjetivo foi classificada em três modalidades de interpretação: i) posição livre *sem* alteração de sentido, ii) posição marcada obrigatoriamente e iii) posição livre *com* alteração de sentido, sendo esta última o foco principal deste estudo. A relevância desta pesquisa encontra respaldo Callou *et al.* (2002), Callou e Serra (2003a, 2003b) e de Neves (2000).

De acordo com Maingueneau (1996), às vezes, o que auxiliará na compreensão do sentido exposto pelo adjetivo será o contexto em que esse elemento estiver inserido. Como exemplo, toma-se a expressão “cordeiro *selvagem*” ou “*selvagem* cordeiro”, que somente será aceitável se a agressividade fizer parte das características desse tipo de animal, característica que precisa ser culturalmente defendida e compartilhada pela sociedade; caso contrário, o adjetivo soará estranho e sem interação com a realidade. A inversão, nesse caso, não soa estranha; o que torna a expressão estranha é a união do adjetivo *selvagem* com o substantivo *cordeiros*, uma vez que esses animais são conhecidos pela sua natureza dócil e mansa. Nesse sentido, a explicação para a expressão será o contexto no qual estiver inserida. Já o enunciado “*direitos humanos*” não compartilha dessa possibilidade de interpretação, uma vez que diz respeito a uma expressão formada pela estrutura SUBSTANTIVO+ADJETIVO, na qual cada elemento tem sua posição obrigatória, pois consiste em um uso culturalmente cristalizado. Sua inversão soaria estranha porque não faz parte dos conhecimentos linguísticos culturalmente compartilhados pela sociedade.

Outro fator que também precisa ser considerado no momento da leitura é a interpretação dos enunciados no que diz respeito ao tipo de texto que se está analisando. Isso

porque em um texto literário, por exemplo, se tem um campo maior para a anteposição e para a inovação linguística (como é o caso de “*selvagem* cordeiro”), fato que não se repete com o texto de caráter científico.

Como esta dissertação se insere em uma Linha de Pesquisa que considera a cultura, o linguístico e a prática de ensino, a pesquisa foi desenvolvida em dois grandes campos: o do gênero textual e o do ensino de Língua Portuguesa, visando uma abordagem que unisse ambos, isto é, uma abordagem contextualizada do texto e da gramática da língua.

Para tanto, o estudo foi desenvolvido por meio de reflexões sobre a teoria dos gêneros e sobre o ensino de Produção Textual e de Língua Portuguesa (enfocando-se, aqui, o adjetivo e a sua expressividade enunciativa). Essas teorias estão congregadas dentro da grande área da Linguística e da sub-área da Linguística Aplicada.

O estudo dos gêneros pautou-se, principalmente, na teoria bakhtiniana (2000) e em Marcuschi (2005, 2007). No tocante à Redação de Vestibular como gênero – fruto da prática social –, serviram de base teórica os estudos de Pilar (2002), Araújo (2006), Caldeira (2006) e Pavani e Kochê (2006), dentre outros autores. Sobre a elaboração da dissertação/texto argumentativo, recorreu-se às abordagens teóricas de Costa (2008), Pimentel (2008), Pavani e Kochê (2006), Catarino (2008), Emediato (2008) e Franco Jr., Vasconcelos e Menegassi (1997). Esses pressupostos teóricos estão relacionados ao estudo do tema Produção Textual.

O trabalho com o adjetivo e a sua expressividade está fundamentado em gramáticas, artigos científicos e dicionários. Para tanto, foram apresentadas definições e conceituações dadas por gramáticos como Arnauld e Lancelot (1992), Barros (1985), Almeida (1979), Cunha e Cintra (1999) e Neves (2000), dentre outros. Também buscou-se apoio em estudiosos da linguística, dentre os quais destacam-se Callou e Serra (2003a, 2003b), Callou *et al.* (2002), Basilio (1995, 2008), Maingueneau (1996), Damke *et al.* (2009) e Dittrich, Favareto e

Britez (2009). Essa parte do estudo pauta-se no ensino de gramática da língua, sob o viés da pesquisa interpretativa.

A Sequencialidade do Trabalho

No primeiro capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada no trabalho. Primeiramente, descreve-se o estudo pretendido e o tipo de pesquisa proposta; em seguida, situa-se o objeto de estudo, o adjetivo e a sua expressividade enunciativa; posteriormente, apresenta-se o processo que envolveu a seleção e a delimitação do *corpus*.

O segundo capítulo está dividido em duas partes, e, ao passo que situa o *corpus* da pesquisa, discute a teoria dos gêneros. Primeiramente, procura-se estabelecer um contexto histórico dos gêneros e apresentar as principais vertentes de classificação tipológica. Aborda-se como base teórica a teoria sócio-interacional de Bakhtin, explicitando-se: no que consistem os gêneros, segundo essa perspectiva; o caráter heterogêneo do discurso; os dois campos de discurso – primário e secundário. Também são apresentadas definições de gêneros desenvolvidas por outros pesquisadores, alguns seguidores de Bakhtin, outros pautados em estudiosos de vertentes diversas. Sob a perspectiva de Bakhtin (2000), Bronckart (2006) e Marcuschi (2005/2007), aborda-se o desenvolvimento dos gêneros de forma a diferenciar e classificar as denominações *gênero do discurso*, *gênero textual*, *tipo de discurso* e *tipo textual*. Conclui-se essa parte do trabalho com uma discussão acerca da tipologia textual e dos textos heterogêneos. A parte seguinte é destinada ao estudo da Redação de Vestibular e sua posição como um gênero específico.

O terceiro capítulo destina-se à abordagem dos Pressupostos Teóricos sobre o adjetivo. Esse capítulo inicia-se por meio de um traçado histórico e cultural do adjetivo no decorrer dos

anos, momento em que se apresentam algumas definições de adjetivo dadas por dicionários, gramáticas e textos teóricos. Recorre-se também a estudos que se dedicam à descrição dos tipos de adjetivos: primitivos, derivados, pátrios, entre outros. Para além desses conceitos, abordam-se a locução adjetiva, a flexão dos adjetivos, o processo de adjetivação do substantivo e o de substantivação do adjetivo, buscando compreender os pressupostos que envolvem a teoria do adjetivo para melhor delimitar as estruturas do objeto da pesquisa. Essas estruturas são definidas em SUBSTANTIVO+ADJETIVO (S+A) e ADJETIVO+SUBSTANTIVO (A+S). Finaliza-se o capítulo discorrendo sobre a expressão semântica do adjetivo e a sua expressividade enunciativa *na sua ordem*, conteúdo que sustenta a parte principal do estudo.

O quarto capítulo destina-se à análise do adjetivo, que é apresentada de acordo com as três modalidades estabelecidas. As modalidades ‘posição livre *sem* alteração de sentido’ e ‘posição obrigatória’ são apresentadas e sustentadas pelas teorias propostas por Callou e Serra (2003b) e Callou *et al.* (2002), haja vista que a análise base e principal diz respeito à terceira modalidade (‘posição livre *com* alteração de sentido’), que será analisada e interpretada de acordo com os enunciados extraídos das redações do Vestibular/2008. Sendo assim, foram analisados os usos que apresentaram sentido objetivo e/ou sentido subjetivo em inversões de posição; em seguida, apresentam-se os usos considerados cristalizados; e, por último, destacaram-se os usos denominados de recursos enfáticos. Essas três possibilidades de uso do adjetivo também são abordadas por Neves (2000) e Mira Mateus *et al.* (1983).

No quinto capítulo, apresenta-se uma reflexão a respeito da prática linguística baseada no gênero textual. Como o objeto da pesquisa é o adjetivo, e o *corpus*, o gênero textual Redação de Vestibular, serão nestes elementos que as reflexões estarão sustentadas, considerando-se sua abordagem nos contextos de ensino. Em um primeiro momento, foram mostrados alguns elementos indispensáveis para a tessitura de um bom texto: o domínio do

tema e a de textos motivadores; uma boa adequação vocabular e um bom domínio das convenções da língua; o domínio dos aspectos clareza, coerência e coesão; a produção de esquemas e o aproveitamento do rascunho. Destacam-se esses elementos por se entender que quanto maior for o domínio que os escritores tiverem dos gêneros e de suas estruturas, mais facilidade terão para escrever e empregar as normas linguísticas. Como este estudo se insere em uma Linha de Pesquisa que visa o Ensino, finalizou-se esse capítulo com uma reflexão sobre a prática linguística relacionada à produção textual, refletindo sobre sua prática de ensino na sala de aula.

Para finalizar este estudo, apresentam-se as considerações e reflexões finais desta pesquisa.

CAPÍTULO I

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E *CORPUS* DA PESQUISA

1.1 O ESTUDO

Quando se fala em produção textual, não são recentes as preocupações voltadas às dificuldades de escrita dos discentes. Essas dificuldades inquietam grande parte dos professores de Produção Textual no dia-a-dia da sala de aula, seja na disciplina de Língua Portuguesa ou mesmo na de Literatura. De forma geral, os alunos têm dificuldades de reconhecer e definir os gêneros textuais, dificuldade de domínio e aplicação das convenções normativas da língua, além de apresentarem problemas diversos, como: dificuldade para estabelecer coesão e coerência ao texto, falta de clareza na exposição das ideias, uso de itens lexicais inadequados, dentre outras dificuldades que contribuem para desmerecer as produções escritas.

Grande parte das pessoas apresenta dificuldades quando precisam lidar com a língua escrita. Em alguns casos, a dificuldade consiste em reconhecer e distinguir as diferentes produções textuais e os gêneros textuais propostos, fatores que influenciam muito na elaboração de uma produção escrita; em outros casos, as dificuldades estão mais relacionadas à falta de domínio da linguagem.

São vários os pontos que precisam ser dominados para que as dificuldades sejam superadas e para que se produza um texto dentro das normas linguísticas. O vestibulando sabe que, na prova de redação, precisa mostrar à Banca de Correção de Redação que tem domínio linguístico para poder entrar na Universidade.

Sendo assim, decidiu-se por fazer uma abordagem dos gêneros textuais, dando enfoque ao gênero textual Redação de Vestibular e à produção escrita dissertação-argumentação, uma vez que esta consiste na proposta mais desenvolvida pelos candidatos e também no gênero mais trabalhado na escola. O *corpus* da pesquisa, então, é constituído por Redações de Vestibular, mais especificamente, redações produzidas para o Concurso Vestibular/2008.

O adjetivo, elemento em foco neste estudo, consiste em uma modalidade estilística complexa e em um elemento gramatical. Como esta pesquisa se insere em uma linha de pesquisa que envolve o Ensino, a Cultura e a Linguística, procurou-se inserir o ensino de prática linguística (a expressividade enunciativa do adjetivo) em gêneros textuais (Redações de Vestibular), considerando-se a produção textual em questão uma prática social que é influenciada pela cultura de cada vestibulando.

A pesquisa é de natureza interpretativa e visa observar, nas redações que constituem o *corpus*, primordialmente, o adjetivo e a sua expressividade enunciativa. Quanto à abordagem do gênero e à produção de uma Redação de Vestibular dentro da proposta estabelecida, salienta-se que são tratadas como um complemento que define o *corpus* e insere o estudo em uma linha de pesquisa.

A perspectiva de análise dos gêneros que se adotou neste trabalho consiste na teoria bakhtiniana (o gênero do discurso primário e o gênero de discurso secundário e a heterogeneidade dos gêneros do discurso). Abordou-se também Marcuschi (2005, 2007), que discute os conceitos de gênero e de tipologia textual.

A respeito da Redação de Vestibular como um gênero, foram abordadas as concepções de autores como Pilar (2002), Caldeira (2006) e Araújo (2006), além de outros estudiosos que abordam a questão. A dissertação foi contextualizada a partir dos estudos de Costa (2008) e de Pimentel (2008). Este último ressalta a estrutura do parágrafo e as ideias central e

secundárias, bem como a estrutura do texto (introdução, desenvolvimento, conclusão), chamando a atenção para o tema e para os textos motivadores.

Uma vez que o objeto da pesquisa consiste no adjetivo e sua expressividade enunciativa, os pressupostos teóricos abordados foram distribuídos de forma a fazer um traçado histórico da definição e da conceituação do adjetivo, seguindo para uma discussão sobre os seus tipos, graus e a locução adjetiva, para, posteriormente, se descrever a expressividade enunciativa nas produções escritas de vestibulandos.

Segundo Lapa (1968, *apud* Callou e Serra, 2003a), Barros (1985), Callou e Serra (2003a), entre outros, a posição do adjetivo pode influenciar na sua expressividade enunciativa, ou seja, quando o adjetivo encontra-se anteposto ao substantivo, ele tende a apresentar um valor de sentido diferente, mais afetivo e subjetivo; quando está posposto, tem caráter objetivo. Essa análise será transposta às redações que constituem o *corpus*, buscando verificar se as teorias que promulgam a variação de sentido, quando se trata de ordem inversa ou não, se aplicam às expressões selecionadas e analisadas.

1.2 O OBJETO DA PESQUISA

Como um dos elementos avaliativos da Prova de Redação do Concurso Vestibular/2008 da Unioeste consiste nos índices de domínio da norma culta escrita, ou seja, na modalidade gramatical, e esta envolve a questão da adequação vocabular, optou-se, nesta pesquisa, por verificar a expressividade enunciativa do adjetivo em dezenove redações do referido concurso. A escolha do objeto ocorreu em decorrência da riqueza expressiva que o adjetivo possui. Analisar as funções do adjetivo a partir da sua colocação diante do

substantivo é uma tarefa que exige cuidado, pois se compreende que o trabalho com o adjetivo demanda reflexão e bom senso. E, uma vez que o adjetivo pode ser encontrado antes ou depois do substantivo, salienta-se que pode, em alguns casos, apresentar ou não mudança de sentido. Portanto, estabeleceram-se três modalidades de análise do objeto:

- a. Recursos enfáticos: posição livre *sem* alteração de sentido;
- b. Usos cristalizados: posição obrigatória;
- c. Sentido objetivo e sentido subjetivo: posição livre *com* alteração de sentido.

1.3 O *CORPUS* DA PESQUISA

Para desenvolver a pesquisa sobre a expressividade enunciativa do adjetivo, elencaram-se como *corpus* de estudo algumas Redações de Vestibular. O processo de seleção dessas redações ocorreu em três etapas. Na primeira, apresentaram-se a Universidade e o ano de execução do concurso: Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Concurso Vestibular/2008. Na segunda, selecionaram-se as redações. Como o número de redações produzidas resultava em mais de nove mil, e a Unioeste possui cinco *campi* (Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo), decidiu-se por coletar as que foram consideradas as cinco melhores, conforme as notas recebidas, o que resultou em vinte e cinco redações. Na terceira etapa, foi realizada uma re-seleção do *corpus*, uma vez que o Concurso Vestibular/2008 apresentou duas propostas de produção: a dissertação/texto argumentativo e a carta argumentativa. Sendo assim, optou-se apenas pelos textos que

respondiam à proposta de escritura de dissertação/texto argumentativo, o que resultou na redução do *corpus* para dezenove redações (as quais encontram-se nos anexos).

Será nessas dezenove produções escritas que o objeto da pesquisa – o adjetivo – será observado e interpretado, segundo a expressividade enunciativa utilizada nos gêneros textuais enunciados pelos vestibulandos.

1.4 A PROPOSTA NÚMERO ‘UM’ DO CONCURSO VESTIBULAR/2008 DA UNIOESTE

O concurso Vestibular/2008 da Unioeste, na Prova de Redação, apresentou duas propostas de produção textual: a dissertação/texto-argumentativo e a carta argumentativa. A proposta elencada para o estudo foi a número ‘um’ (Anexo I) e diz respeito à dissertação/texto-argumentativo.

Destaca-se a importância da Prova de Redação no processo de seleção, uma vez que passou por um processo de avaliação que resultou na decisão, tomada pela Comissão do Vestibular, de que seria uma prova obrigatória e eliminatória, como outra qualquer das que compõem o Concurso. A decisão ficou registrada pela portaria 2.941/2001-CEPE.

CAPÍTULO II

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS SOBRE O GÊNERO TEXTUAL

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, foi desenvolvido um estudo sobre os gêneros, iniciando-se com um breve traçado histórico que situa a origem e a evolução dos gêneros. Após serem contextualizadas as diferentes vertentes de classificação textual, apresentam-se estudos sobre a teoria bakhtiniana (2000) dos gêneros do discurso, encaminhando-se para os estudos de Marcuschi (2005/2007). Em seguida, são apresentadas algumas definições de gêneros propostas por estudiosos da área, seguidores dos estudos bakhtinianos. Também são abordadas as diferenças conceituais e terminológicas de alguns usos (gênero do discurso, gênero textual, tipo de discurso, tipo de texto), de acordo com o estudo de cada teórico. Discute-se ainda a importância, a necessidade de se conhecer e de se dominarem os gêneros e as tipologias para poder utilizá-los adequadamente quando solicitados, como em concursos de vestibulares.

Na segunda parte, foi dissertado sobre a Redação de Vestibular. Portanto, apresentou-se uma discussão, ainda recente, sobre a Redação de Vestibular como um gênero textual. Justifica-se que essa abordagem sobre os gêneros se faz necessária, uma vez que consiste em um tipo específico de texto que envolve, além do gênero e do domínio do tema a ser escrito, o domínio da linguagem, das relações de contexto de produção e de interlocução, pois o candidato à vaga sabe que está sendo avaliado por uma Banca de Correção, e, como qualquer outra prova que compõe o concurso, a redação também é eliminatória e obrigatória.

2.1 O GÊNERO TEXTUAL

2.1.1 Um Breve Contexto Histórico do Gênero

Marcuschi (2007) define algumas fases que marcaram historicamente o surgimento dos gêneros. A primeira diz respeito ao desenvolvimento de uma esfera limitada de gêneros usados, basicamente, por povos de cultura oral; a segunda é marcada pelo surgimento de gêneros típicos da escrita, em decorrência da invenção da escrita alfabética em meados do século VII a.C.; na terceira, tem-se a expansão dos gêneros com o surgimento da cultura impressa, a partir do século XV, seguida de um processo de grande ampliação dos gêneros a partir da fase intermediária da industrialização, no início do século XVIII (MARCUSCHI, 2007, p. 19).

Também Machado (2007) discute a teoria dos gêneros discursivos segundo os conceitos apresentados por Bakhtin. A autora faz um traçado histórico da teoria dos gêneros, partindo da Grécia Clássica até chegar à teoria bakhtiniana. Tem-se nas teorias de Platão e de Aristóteles as bases teóricas cristalizadas, que até o presente orientam a teoria dos gêneros. Acresce-se que a teoria dos gêneros, sob os rigores da classificação de Aristóteles, teve mais destaque na literatura, apesar do gênero ter se constituído na poética e na Retórica e talvez teria se perpetuado caso não houvesse o surgimento da prosa comunicativa.

Desse processo evolutivo dos gêneros, parte-se para uma breve abordagem da tipologização, conforme Brandão (2000), uma vez que são diversas as correntes de estudos sobre os gêneros. Como nesta pesquisa será abordada a perspectiva bakhtiniana, apenas serão situadas as correntes diversas desta de acordo com o seu tipo de pesquisa e precursores.

Brandão (2000) estabelece quatro vertentes de classificação tipológica que teorizam sobre o gênero:

[...] as tipologias funcionais, fundadas sobre o estudo das funções dos discursos (na perspectiva de Bühler e Jakobson, 1963); as tipologias enunciativas que tratam principalmente da influência das condições de enunciação (interlocutores, lugar e tempo) sobre a organização discursiva (aqui se incluem os modelos inspirados por Benveniste, 1966 e o trabalho de Branckart et al., 1985); as tipologias cognitivas, que tratam principalmente da organização cognitiva, pré-lingüística, subjacente à organização de certas seqüências – narrativa, descritiva etc. (nesse grupo estaria o modelo de Adam, 1987); a tipologia sócio-interacionista de Bakhtin (1992). (BRANDÃO, 2000, p. 22).

Dentre as tipologias citadas por Brandão (2000), será abordada apenas aquela apresentada por Bakhtin, pois é nesse referencial teórico que esta pesquisa está fundamentada, conforme já se explicitou. A tipologia sócio-interacionista entende o enunciado (o texto) como um produto oriundo da interação social na qual as palavras são definidas como produtos de trocas sociais.

2.1.2 Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Bakhtiniana

Segundo Machado (2007), Bakhtin, em seus estudos sobre os gêneros discursivos, considerou o dialogismo comunicativo – relações interativas – como processos de produção de linguagem, e os “gêneros e discursos passaram a ser focalizados como esferas do uso da linguagem verbal ou da comunicação fundadas na palavra” (MACHADO, 2007, p. 152).

Bakhtin (2000), em sua teoria sobre os gêneros do discurso, afirma que

[...] a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2000, p. 279).

Esses três elementos – denominados de conteúdo temático, de estilo e de construção composicional – unem-se na totalidade do enunciado, e são marcados pelas características da esfera comunicativa que está se estabelecendo, haja vista que “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 2000, p. 279, grifos do autor).

Marcuschi estabelece que os “gêneros textuais não são frutos de invenções individuais, mas formas socialmente maturadas em práticas comunicativas” (2007, p. 35). Observa-se que essas definições teóricas têm como base o pressuposto de que os enunciados são moldados conforme os modelos comunicativos já estabelecidos, ou seja, um enunciado desenvolvido individualmente somente será considerado um gênero quando for socializado, ou materializado, no que Bakhtin (2000, p. 279) denominou de “esfera de utilização da língua”, bem como aceito-cristalizado pelos usuários da língua, seja oral ou escrita.

É nesse sentido que Marcuschi (2007, p. 30) denomina os gêneros como “artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano”, isto é, para os enunciados tornarem-se gêneros, precisam ser aceitos e passarem a ser utilizados pelos indivíduos, dependem de um consenso coletivo e da interação social.

Reforçam essa reflexão as contribuições de Santos *et al.* (2009) sobre a teoria de Bakhtin. Os autores destacam que os gêneros do discurso não são obtidos por meio de manuais, mas sim na interatividade, nas esferas comunicativas do cotidiano, pois se

caracteriza como uma esfera cultural ampla, na qual são postas em prática outras esferas discursivas.

Dessa forma, compreende-se que o gênero faz parte da rotina das pessoas, visto que é resultado da interação verbal que ocorre entre os indivíduos e sua língua, ou seja, é fruto de relações comunicativas estabelecidas entre o meio e os sujeitos. Essa relação não deve ser negada ou considerada separadamente, sendo que

[...] ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gêneros que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua [...]. (BAKHTIN, 2000, p. 282).

Bakhtin (2000) ilustra muito bem o processo de ligação entre os elementos responsáveis pela atividade comunicativa, o elo que se tem entre a vida e a língua, o sujeito e o enunciado, pois a vida do indivíduo e sua relação com o meio a que pertence possibilita o surgimento de enunciados, uma vez que estes e o “tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua” (BAKHTIN, 2000, p. 285).

Segundo Calvet (2002, p. 12), “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”, pois é por meio da linguagem que os indivíduos se comunicam e se relacionam. Kato (1987, p. 12) acrescenta que o “homem tem inerentemente uma necessidade individual de se expressar e uma necessidade social de se comunicar”. Pode-se dizer que o homem descobre o mundo até onde a sua linguagem lhe permite, pois a sua língua é o limite do seu mundo, como também é o elemento que possibilita a ele relacionar-se com outro. A comunicação possibilita que se reconheçam a si mesmos e aos outros. Os homens, ao se relacionarem entre si, procuram entender o mundo e o

transformam, pois a linguagem é fruto da relação do indivíduo com o meio em que está inserido, conforme postula Bakhtin (2004).

Considerando-se que os gêneros são enunciados elaborados conforme a situação comunicativa imediata, pode-se dizer que os gêneros textuais são os elementos encadeadores, mediadores entre a história da sociedade e a da língua. Bazerman (2006) observa a influência que o discurso produz na sociedade, uma vez que, segundo o autor, são produzidos diversos fatos sociais no momento em que os enunciados são produzidos, uma vez que “esses fatos não poderiam existir se as pessoas não os realizassem por meio da criação de textos” (BAZERMAN, 2006, p. 21). Para se criarem textos ou enunciados, é preciso se estar em interação verbal, em atividade comunicativa, seja ela escrita ou oral.

No curso da história, os gêneros e a teoria desenvolvida por Bakhtin a respeito dos gêneros do discurso foram objetos de estudo de grandes pesquisadores. Schneuwly (2004), ao tratar desse tema, destaca que, embora essa noção fosse tradicionalmente utilizada nos domínios retóricos e literários, foi na obra de Bakhtin (1953/1979), *Estética da criação verbal*, que recebeu uma extensão considerável, obra referenciada por inúmeros autores da contemporaneidade (SCHNEUWLY, 2004, p. 25).

Esta observação de Schneuwly (2004), referente ao estudo dos gêneros sob os domínios da literatura e da retórica, foi questionada por Bakhtin (2000), questionamento que, pode-se dizer, o conduziu ao estudo do que denominou de gêneros do discurso. Essa inquietação pode ser verificada nas próprias palavras de Bakhtin:

[...] estudaram-se, mais do que tudo, os *gêneros literários*. Mas estes, tanto na Antigüidade como na época contemporânea, sempre foram estudados pelo ângulo artístico-literário de sua especificidade, das distinções diferenciais intergenéricas (nos limites da literatura), e não enquanto tipos particulares de enunciados, com os quais contudo têm em comum a natureza *verbal* (lingüística). O problema de lingüística geral colocado pelo enunciado, e também pelos diferentes tipos de enunciados, quase nunca foi levado em conta. [...]. (BAKHTIN, 2000, p. 280, grifos do autor).

Brandão (2000) também discute essa problemática levantada por Bakhtin (2000). Segunda a autora, os gêneros foram primeiramente preocupações da retórica e da literatura por dois motivos: a linguística era uma disciplina recente da ciência da linguagem e sua preocupação inicial voltou-se a unidades menores que o texto, ou seja, visava o estudo do fonema, da frase, das palavras, entre outros níveis linguísticos. A disciplina não havia, ainda, se voltada para o texto enquanto gênero, e a partir do momento que “passa a se preocupar com o texto, começa a pensar a questão do gênero” (BRANDÃO, 2000, p. 19).

Uma perspectiva diferente – plurilingüística – é apresentada pelos estudos linguísticos quando estes deixam de trabalhar somente com o texto literário, tratando de estudos de outros textos, ou, como define Brandão (2000, p. 19), para o estudo de “textos quaisquer”.

Segundo Machado (2007), o estudo do gênero e do discurso desenvolvido por Bakhtin demonstrou a necessidade de um olhar voltado para as práticas comunicativas prosaicas que os diferentes usos da linguagem propiciam, isto é, a manifestação de pluralidade. Esse afastamento da teoria clássica dos gêneros abriu diferentes campos de estudo da linguagem, possibilitando uma aproximação em direção aos estudos das manifestações discursivas da heterogeneidade linguística.

No que diz respeito à heterogeneidade dos gêneros do discurso, Bakhtin (2000) destaca que os gêneros são oriundos da interação verbal entre os indivíduos e, uma vez que esta é diversificada, influencia na construção de enunciados, diversificando o gênero. Dessa forma, compreende-se que

[...] a riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos) [...]. (BAKHTIN, 2000, p. 279, grifos do autor).

Da mesma forma pela qual são utilizados pelo ser humano, os gêneros também podem ser por ele produzidos. O desenvolvimento e evolução dos primeiros gêneros contribuem para o nascimento e o crescimento de outros. É um contínuo, isto é, a língua evolui com os indivíduos e estes evoluem com a língua; o que modifica também é modificado, ou seja, ao evoluírem em sociedade, os homens evoluem linguisticamente, e acabam incorporando novos elementos em suas interações verbais.

Para Bakhtin (2000), a heterogeneidade dos gêneros do discurso não deve ser minimizada em tentativas de classificação; a atenção deve ser voltada à diferença existente entre os gêneros de discurso primário e o gênero de discurso secundário.

O gênero de discurso primário diz respeito a textos informais, simples, e o gênero de discurso secundário corresponde a textos formais, complexos. Estes, ao contrário dos primeiros, dependem do contexto criado, ou seja, os gêneros primários desenvolvem-se espontaneamente, são estruturados no decorrer da situação comunicativa, e os gêneros secundários são determinados pela situação comunicativa, não são espontâneos.

Os gêneros primários, por serem simples, são informais, desenvolvem-se em contextos imediatos, cotidianos. Já os gêneros secundários são definidos como complexos porque exigem mais formalidade, são mediados, geralmente, pela leitura e escrita, como se pode confirmar com as próprias palavras de Bakhtin: “os gêneros secundários do discurso [...] aparecem em circunstância de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita [...]” (2002, p. 281).

Para Bakhtin, os gêneros secundários transformam-se a partir da absorção dos gêneros primários, que, “[...] ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios [...]” (BAKHTIN, 2000, p. 281). Para o autor, os gêneros dependem do ponto de vista da comunicação de troca verbal, o que

Ihe permite distinguir as produções verbais espontâneas, pertencentes aos gêneros primários (aqueles do cotidiano), e produções construídas e/ou elaboradas institucionalmente, pertencentes aos gêneros secundários (produções científicas: textos dissertativos, artigos, teses, dissertações, literários, entre outros), que derivam dos gêneros primários de discurso.

2.1.3 Gênero: Algumas Definições

O presente trabalho, conforme já se anunciou, tem como base central a teoria bakhtiniana sobre o gênero, enfocando também as contribuições de Marcuschi (2005, 2007) referente aos conceitos de gênero textual e de tipo textual. Contudo, serão também discutidas, neste tópico, algumas definições de gênero propostas por outros pesquisadores, alguns seguidores de Bakhtin, outros com suas próprias conceituações ou baseados em outras correntes.

Para Bakhtin, os gêneros do discurso são “tipos relativamente estáveis de enunciados” (2000, p. 279). Bazerman, seguidor da teoria bakhtiniana, cita que os gêneros são o que os indivíduos usam e reconhecem em qualquer momento do tempo, são “processos de atividades socialmente organizadas” (2006, p. 31), ou seja,

[...] os gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos. (BAZERMAN, 2006, p. 31).

Bronckart (2006) não utiliza a terminologia ‘gênero do discurso’, mas sim ‘gênero de texto’ (diferenças que serão discutidas mais adiante), uma vez que parte do estudo do texto,

pois esse é o termo que agrega ao léxico ‘gênero’ (gênero de texto). Sendo assim, o autor considera os textos como produtos resultantes do manuseio de “mecanismos estruturantes diversos, heterogêneos e”, algumas vezes, facultativos, haja vista que qualquer “produção de texto implica, conseqüentemente e necessariamente, *escolhas* relativas à seleção e à combinação de mecanismos estruturantes, das operações cognitivas e de suas modalidades de realização lingüística [...]” (BRONCKART, 2006, p. 143, grifo do autor).

Essas escolhas contribuem para que os gêneros se adaptem às atividades comunicativas a que se destinam. Para tanto, sob essa perspectiva de escolhas, Bronckart acrescenta que os gêneros de textos “são produtos de *configurações de escolhas* entre esses [gêneros] possíveis, que se encontram momentaneamente “cristalizados” ou estabilizados pelo uso [...]” (2006, p. 143).

Conforme Swales (1990 *apud* PAVANI e KOCHÊ, 2006, p. 111), “o gênero é facilmente usado para referir uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. Essa definição tem ligação com a teoria clássica dos gêneros literários e retóricos, e, com a teoria lingüística dos gêneros, passa-se a considerar o estudo de textos plurilíngues, quaisquer textos, como lembra Brandão (2000).

Marcuschi frequentemente discute a relação entre gênero e tipo textual (que se verá adiante), bem como a abordagem referente à mobilidade e à diversidade dos gêneros. Para Marcuschi, os gêneros são frutos de um trabalho coletivo e

[...] contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos [...]. (MARCUSCHI, 2007, p. 19).

Segundo o autor, os gêneros surgem com as atividades e com as necessidades sócio-culturais, como também com as inovações tecnológicas, a se considerar a quantidade de gêneros que existem hoje e a que existia antes da comunicação escrita. O mesmo autor diferencia, ainda, gênero de texto de tipo de texto. Para tanto, estabelece que

[...] usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilos e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva* [...] e assim por diante. (MARCUSCHI, 2007, p. 22-23, grifos do autor).

Os gêneros são unidades flexíveis e variáveis, se multiplicam, se renovam, se adaptam e se originam da necessidade comunicativa do ser humano. Para Castro *et al.* (2009), entende-se que

gêneros são línguas em uso social, ou quando usamos a língua na escola, ou quando usamos a língua fora dela para nossa comunicação, seja quando usamos gêneros escritos, seja quando usamos gêneros orais. Os gêneros são línguas em uso, são línguas vivas, são instrumentos de comunicação/interação. São instrumentos indispensáveis, todas as pessoas usam gêneros para se comunicar, para interagir. (CASTRO *et al.*, 2009, p. 650-651).

Em síntese, pode-se dizer que gênero é um instrumento por meio do qual os indivíduos se comunicam verbalmente no dia-a-dia; são construções oriundas das atividades comunicativas imediatas e programadas; sendo orais ou escritas, adaptam-se ao contexto estabelecido, visto que, como lembra Marcuschi, os gêneros se caracterizam “muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades lingüísticas e estruturais” (2007, p. 20).

Bakhtin (2000) deixa explícitas em sua obra a diversidade dos gêneros e a da atividade humana, destacando a natureza inesgotável desta última e a natureza infinita da primeira. Ambas se modificam, visto que, ao passo que a atividade humana se desenvolve, fica mais complexa, e os gêneros que a comportam ampliam-se e diferenciam-se. Trata-se de um processo contínuo e paralelo; se um se modifica, conseqüentemente, o outro também irá se modificar.

Nessa perspectiva, observa-se que os gêneros “surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem” (MARCUSCHI, 2007, p. 20), ou, como lembra Bronckart, “[...] *os gêneros mudam necessariamente com o tempo* ou com a história das formações sociais de linguagem [...]” (2006, p. 144, grifos do autor). Pode-se dizer que, geralmente, as conceituações sobre o gênero mantêm uma ligação com as mudanças culturais, linguísticas e temporais, pois são resultados da vida em sociedade, sendo que, dado seu propósito discursivo, os gêneros não são insensíveis “às características da sua esfera, ou melhor, elas as ‘mostram’”. Todo gênero tem um conteúdo temático determinado: seu objeto discursivo e finalidade discursiva, sua orientação de sentido específica para com ele e os outros participantes da interação” (RODRIGUES, 2005, p. 167).

Marcuschi (2007) afirma que os gêneros, da mesma forma que surgem, também podem desaparecer; também são difíceis de definir quanto à sua forma, tendo em vista que são inúmeros em variedade de formas. O que devem ser observados e contemplados são os usos e os “condicionamentos sócio-pragmáticos caracterizados como práticas sócio-discursivas” (MARCUSCHI, 2007, p. 20).

A respeito da mobilidade e do surgimento de novos gêneros, pode-se reforçar essa posição com as palavras de Marcuschi, ao afirmar que é “sabido que quanto mais um gênero circula, mais ele é suscetível de mudanças e alterações por se achar estreitamente ligado a uma moldagem social” (2005, p. 25). Contudo, assim como o gênero surge, também pode

desaparecer se deixar de circular, isto é, “o seu desaparecimento se dá pela ausência das condições sociocomunicativas que o engendraram” (RODRIGUES, 2005, p. 166).

Um gênero pode originar outro, pode desdobrar-se, de acordo com a necessidade de formar um outro gênero, pois os gêneros se desenvolvem de forma dinâmica e globalizada ou conforme as “novas tecnologias, como o telefone, o rádio, a televisão e a internet” (MARCUSCHI, 2005, p. 22). Esses suportes tecnológicos têm grande abrangência na atividade comunicativa dos indivíduos e, “por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos” (MARCUSCHI, 2007, p. 20), como o *e-mail* (carta virtual), o *chat* (bate-papo virtual), o telefonema, a notícia, a videoconferência, entre muitos outros.

Sendo assim, os gêneros surgem para atender às necessidades discursivas das pessoas que, à medida que evoluem, modificam o meio em que vivem. O crescimento tecnológico intenso influencia na cultura, nos meios de socialização, na linguagem, em suma, em toda a vida dos seres humanos. A tecnologia tem grande influência na formação de novos gêneros; no entanto, será a sua intensidade de uso e a sua interferência nas atividades comunicativas do dia-a-dia que darão origem aos gêneros, conforme explica Marcuschi (2007).

2.1.4 Gênero de Discurso e Gênero Textual, Tipo de Discurso e Tipo Textual

Bakhtin (2000), quando iniciou seus estudos a respeito dos gêneros, os definiu como “gêneros do discurso”. Conforme já foi citado, a teoria clássica dos gêneros somente estava ligada à literatura e à retórica, dois campos mais formais e complexos. Nesse sentido, Bakhtin

(2000) sentiu a necessidade de se estudar o discurso cotidiano, que denominou de livre e simples, uma vez que era nesse momento que o indivíduo se relacionava espontaneamente com a língua, com o meio e consigo mesmo.

Foi a partir desse estudo primário, denominado de gêneros do discurso primário, que Bakhtin (2000) desenvolveu a teoria dos gêneros do discurso secundário. Estes se definem pela sua natureza complexa e formal, geralmente escrita. Nessa perspectiva, Bakhtin (2002) valeu-se, principalmente, do romance, que pode apresentar a hibridização de outros gêneros em seu interior, como uma carta, diálogos cotidianos, mapas, entre outros.

Marcuschi (2007) estabelece uma diferença entre discurso e texto, entidades que não podem ser tomadas como idênticas, segundo o autor. Nesse âmbito linguístico de conceituações, muitas discussões foram propostas, mas, de forma geral, pode-se dizer que “[...] *texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. *Discurso* é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos [...]” (MARCUSCHI, 2007, p. 24).

Pode-se ainda acrescentar que o discurso se refere “aos usos coletivos da língua que são sempre institucionalizados, isto é, legitimados por alguma instância da atividade humana socialmente organizada [...]” (MARCUSCHI, 2005, p. 20). Alguns usos coletivos são mais marcados do que outros pelas instituições que reduzem, quase anulam, as mudanças, como, por exemplo, os formulários, os estatutos, a legislação e os documentos; já o contrário se dá com textos literários ou científicos, uma vez que estes são mais susceptíveis às mudanças, adaptações e inovações.

Marcuschi, para discutir a abordagem denominativa de *gênero textual*, estabelece que “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *texto*. Em outros termos, partimos da ideia de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual [...]” (2007, p.

22). Essa posição Marcuschi ancora nas próprias palavras de Bakhtin (2000) e respalda na maioria dos pesquisadores que veem a “língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais. Esta visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva. Privilegia a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da língua [...]” (MARCUSCHI, 2007, p. 22).

Dessa forma, o texto é o veículo responsável pela comunicação entre os seres humanos. Em outras palavras, “todas as nossas manifestações verbais mediante a língua se dão como *textos* e não como elementos lingüísticos isolados. Estes textos são enunciados no plano das ações sociais situadas e históricas” (MARCUSCHI, 2005, p. 20).

Para Bronckart, dever-se-ia aplicar “[...] a noção de ‘gênero’ somente aos textos (‘gêneros de textos’) [...]” (2006, p. 141). No que diz respeito ao tipo de discurso (tipo textual, conforme Marcuschi), Bronckart faz uma distinção entre gênero textual e tipo de discurso:

[...] diferença de estatuto entre textos pertencentes a um gênero e tipos de discurso: os primeiros são unidades comunicativas globais, articuladas a um agir de linguagem, ao passo que os segundos são unidades lingüísticas infra-ordenadas, ‘segmentos’ que não se constituem textos por si mesmos, mas que entram na composição dos textos em modalidades variáveis. (BRONCKART, 2006, p. 150-151).

Parte-se do pressuposto de que é impossível se comunicar sem textos. Estes se constituem em gêneros, que são moldados, adaptados, criados ou ampliados pela relação interativa de comunicação verbal que se estabelece entre os homens. Nesse sentido, conforme analisa Marcuschi,

[...] usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela *natureza lingüística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, *os tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*. (MARCUSCHI, 2007, p. 22, grifos do autor).

O autor argumenta ainda que, quando se determina um tipo textual como narrativo, argumentativo ou descritivo, não se está denominando o gênero, mas sim uma sequência de base predominante. Ao se considerar a sequência de base, considera-se, também, a heterogeneidade textual, pois dificilmente será encontrado um texto em estado puro, sem misturas sequenciais tipológicas. Assim, o que vai denominar um texto como sendo narrativo ou argumentativo será sua sequência de base predominante, posto que “[...] entre as características básicas dos tipos textuais está o fato de eles serem definidos por seus traços lingüísticos predominantes. Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto [...]” (MARCUSCHI, 2007, p. 27).

Sendo assim, identificam-se no texto quais são as sequências que o compõe; em seguida, verifica-se qual é a sequência que tem mais presença, um predomínio maior; a partir dessa análise, se faz sua tipificação como narrativo ou descritivo, por exemplo.

A respeito disso, Machado alerta para o fato de que “pode haver textos sem nenhum tipo de sequência, texto globalmente organizados em uma única *seqüência* e textos organizados por meio de vários tipos de *seqüência*” (2005, p. 247, grifo da autora), mas o que vai denominá-lo como sendo de determinado tipo textual será a sua sequência predominante. Essas diferentes sequências que podem compor os textos acabam caracterizando-os como textos híbridos, isto é, se apresentam mais de uma sequência de base, não são textos em estado puro, são textos heterogêneos.

Savioli e Fiorin (1991, p. 289) também consideram a teoria de que um texto, geralmente, tem um formato híbrido, uma vez que, na maioria dos casos, “[...] não encontramos um texto em estado puro, já que o descritivo, o narrativo e o dissertativo podem interpolar-se num único texto. Isso não impede que, por conveniência didática, se estude cada um desses tipos de texto separadamente”.

Bakhtin afirma que não “[...] há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado [...]” (2000, p. 281), uma vez que a atividade humana é diversificada e constante. Nesse sentido,

[...] é fácil perceber que só se misturam, mesclam e unem coisas que pré-existem, isto é, a hibridização é a confluência de dois gêneros e este é o fato mais corriqueiro no dia-a-dia em que passamos de um gênero a outro ou até mesmo inserimos um no outro seja na fala ou na escrita. A teoria dos gêneros não serve tanto para a identificação de um gênero como tal e sim para a percepção de como o funcionamento da língua é dinâmico e embora sempre manifesto em textos, nunca deixa de se renovar nesse processo [...]. (MARCUSCHI, 2005, p. 25).

Não é enriquecedor criticar negativamente a heterogeneidade dos gêneros, pois, ao se tomar essa atitude, se está negando a criatividade interdiscursiva dos seres humanos de serem espontâneos e inovadores. Isso porque os gêneros surgem e se adaptam para atender às necessidades culturais, plurilinguísticas, sociais, comunicativas, visto que há “um grande número de gêneros a serviço do homem e [...] é quase impossível uma situação de interação verbal que não tenha como instrumento um gênero textual” (ZANUTTO; OLIVEIRA, 2004, p. 85).

Para fechar as discussões sobre a questão terminológica apresentadas por diferentes pesquisadores, cita-se Costa (2008), que também traz algumas contribuições ao discorrer sobre as diferentes nomenclaturas aqui abordadas e apresentar, ainda, outras expressões e conceituações:

1) Discurso: linguagem em uso, manifestada/realizada empiricamente nos textos enunciados, assumidos por uma enunciação; 2) gêneros discursivos que se agrupam com características comuns e supõem regras comunicacionais, que não se restringem ao que é dito, mas que remetem a um modo próprio de dizer, como a correspondência ou a receita, etc. [...]; 3) gêneros textuais que se agrupam com um feixe de características comuns: a carta, o ofício, etc. na correspondência, ou receitas de bolo ou carne assada, etc. nas receitas; 4) subgêneros de texto que possuem algumas características

comuns às do gênero a que pertencem [...] como a carta comercial de cobrança na correspondência comercial ou receita de bolo de fubá nas receitas [...]; 5) os textos são unidades de sentido, dadas por recorrência daquilo que é dito e de um modo próprio de dizer, com unidades lingüísticas empíricas e concretas, produtos legíveis ou audíveis, com objetivo comunicativo, [...]; 6) tipos de discurso: narrativo, expositivo, argumentativo, institucional, conversacional, etc. que organizam o texto; 7) o domínio discursivo: esfera/instância de atividade humana que produz textos com algumas características comuns, isto é, o *lugar* onde os textos ocorrem/circulam [...]; 8) comunidade discursiva: compartilha gêneros discursivos e textuais [...]. (COSTA, 2008, p. 26-27, grifo do autor).

Conforme os construtos estabelecidos por Costa (2008), observa-se, como bem lembram Bakhtin, Marcuschi, entre outros estudiosos, que os gêneros são heterogêneos, e o uso de determinando gênero e não o de outro dependerá da situação comunicativa que está estabelecida ou que irá se estabelecer. Há casos, como ocorre com a Redação de Vestibular, em que o gênero vem pré-estabelecido e impassível de contestação. Nesse tipo de teste, às vezes, são apresentados mais de um gênero textual, dentre os quais o vestibulando precisa escolher um para guiar sua produção escrita; mas não há a possibilidade de inserir um outro gênero textual. A escolha se dará dentro das propostas.

No que se refere ao conhecimento sobre os gêneros, vale lembrar que, na Redação de vestibular, não é somente “[...] a noção de gênero que conta, mas também a noção de tipologia textual [...]” (SANTOS *et al.*, 2009, p. 59). Portanto, quanto maior for o conhecimento e o domínio que o vestibulando tiver desses conteúdos, mais preparado estará para produzir o seu texto.

2.2 O GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR

A Redação de Vestibular como gênero textual diz respeito a um estudo ainda recente que considera a redação dos concursos vestibulares como um gênero específico. A produção

escrita nesse contexto é fruto de uma situação produtiva que modifica os gêneros textuais bases para a produção proposta.

No caso específico desta pesquisa, o Concurso Vestibular/2008 da Unioeste, como já citado, apresentou duas proposta para a escritura do texto: elaboração de uma dissertação/texto argumentativo ou de uma carta de leitor. Esta seria, supostamente, enviada para uma revista, e a primeira, para um jornal, mas o destinatário real consiste na Banca de Correção de Redação. A mudança parece ser pequena, mas modifica o gênero e lhe atribui características diferentes. Essa posição ainda merece mais estudos, pois, como qualquer conceito novo, envolve polêmicas e discussões a serem transpostas, dada a existência de concepções anteriores que apresentam perspectivas de análise diversas da aqui esboçada.

2.2.1 Um Novo Gênero: a Redação de Vestibular

Pavani e Kochë (2006, p. 110) descrevem a Redação de Vestibular como um gênero textual fundamental para o ingresso na universidade e entendem que sua produção deve ser considerada uma prática social. Meurer (2002), citado por Araújo (2006, p. 5), destaca que “um gênero é um tipo específico de texto, caracterizado e reconhecido pela função específica, pela organização retórica mais ou menos típica e pelo contexto onde é utilizado”.

Pavani e Kochë concordam com essa abordagem e salientam que a “redação de vestibular é um gênero discursivo que está presente na vida dos vestibulandos, caracterizando-se por desempenhar uma determinada função social, pois o candidato à vaga é solicitado a fazer uma prova avaliativa que inclui uma redação” (PAVANI e KOCHË, 2006, p. 115-116).

Caldeira, também considera a Redação de Vestibular como um gênero, uma vez que trata-se de “um tipo de texto que nasceu de uma necessidade social, cultural e política, e que, como qualquer outro gênero, retrata o momento sócio-histórico da sociedade na qual ele se insere” (2006, p. 32); ou seja, a Redação de Vestibular além de criar um processo social, constitui-se como tal, tendo em vista que, no momento em que escrevem uma “redação, os candidatos usam a linguagem para refletir sobre suas experiências e não propriamente para atuarem ou agirem através da linguagem. O próprio processo de produção do texto converte-se num processo social e por isso caracteriza-se como um gênero” (CALDEIRA, 2006, p. 46).

Para Araújo, a Redação de Vestibular é:

(1) Um tipo específico de texto porque tem existência empírica numa dada situação sócio-comunicativa: candidatos que querem uma vaga na Universidade e a seleção que deve ser feita em função da discrepância entre oferta e demanda; (2) caracteriza-se pela função precípua de avaliar a competência comunicativa no uso da linguagem escrita do egresso do ensino médio aspirante ao ensino superior, e (3) a organização retórica, depende, [...] do(s) gênero(s) indicado(s). (ARAÚJO, 2006, p. 5).

Conforme Araújo, existe uma situação: o concurso promovido e as vagas disponibilizadas; um local e data: Universidade e dia da prova; interessados: vestibulandos; avaliação: verificação da competência comunicativa dos candidatos; e o gênero textual: elaboração de um texto dentro das especificidades dos gêneros propostos. Como observa Caldeira, “é mister que não seja abandonado o reconhecimento de que” a Redação de Vestibular pode ser “um gênero textual, por ter-se concebido a partir de uma recorrência social, inerente a um contexto de situação e cultura” (2009, p. 1).

Conforme Pilar, a “redação de vestibular tem sido geralmente apresentada sob a perspectiva da tipologia textual – que classifica textos em dissertativos, descritivos e narrativos” (2002, p. 160), sendo a dissertação/texto-argumentativo a produção escrita mais solicitada em Concursos de Vestibulares. Para Araújo, a Redação de Vestibular consiste em

um gênero híbrido, um gênero sob outro, no qual o gênero “original perde várias de suas características iniciais, principalmente as relacionadas à circulação e a interação com a audiência [...]” (2006, p. 5), uma vez que, no caso de Concursos de Vestibular, geralmente, tem-se um interlocutor fictício/virtual e um interlocutor real. A delimitação do interlocutor é importante, pois é ela quem “aponta o tipo de linguagem empregada no texto, a maneira de expor o assunto, em virtude do gênero escolhido e do lugar de circulação, conduzindo o autor a uma construção mais adequada do texto” (MENEGASSI, 2007, p. 3).

Angelo, Zanini e Menegassi (2007, p. 16) atestam que “nenhum texto é produzido sem interlocutor. Ao escrever, o autor sempre tem em mente a pessoa a quem o texto se destina, mesmo que esta pessoa não seja real, mas virtual”. Como se pode verificar, a proposta número ‘um’ da Prova de Redação do Concurso Vestibular/2008 da Unioeste estabelece que se elabore uma dissertação para ser publicada em um jornal. Entretanto, o texto produzido não será publicado no jornal, o que significa dizer que o leitor de jornal é apenas um interlocutor fictício, enquanto o interlocutor real é a Banca de Correção de Redações. Essa mudança de destinatários modifica o gênero, pois o vestibulando vai escrever consciente de que seu leitor será a Banca e não o jornal, sua atenção e preocupação serão maiores, pois será avaliado. É essa consciência do leitor real que altera o gênero proposto; e, quando ocorre alteração, tem-se uma mudança no gênero base, que passa a dar forma a outro gênero: a Redação de Vestibular.

Segundo Menegassi, a “delimitação do interlocutor [...] permite ao aluno ter uma visão certa de quem é seu leitor” (2007, p. 3). O conhecimento do destinatário do texto auxilia na produção escrita, pois o enunciado elabora-se “em função do outro. Isso quer dizer que o autor sempre espera ser compreendido pelo leitor, de forma que elabora seu texto utilizando os recursos expressivos que julga serem pertinentes para que se estabeleça o diálogo entre ele e o leitor” (OLIVEIRA; BENITES, 2009, p. 6). Compreende-se, dessa maneira, que o

interlocutor verdadeiro, aquele ao qual a dissertação/texto argumentativo será destinada, não é a redação do jornal ou os leitores desse veículo, mas sim a Banca de Correção de Redação, como já foi mencionado. Esta é composta por professores de Língua Portuguesa do Ensino Superior e do Ensino Médio, que avaliam a escrita e a argumentatividade dos candidatos.

Assim, o vestibulando sabe que sua linguagem escrita será avaliada, como também sabe que não terá oportunidade de refazer o seu texto buscando melhorá-lo, pois o contexto de sala de aula é diferente do contexto de vestibular, uma vez que, na escola, o professor age como um professor-corretor, que aponta as inadequações encontradas, e o aluno pode refazer o texto. Já a produção textual desenvolvida em contextos de vestibular, o professor é um avaliador que “apenas identifica as marcas textuais que indicam o grau de competência do vestibulando na sua produção escrita” (FRANCO Jr.; VASCONCELOS; MENEGASSI, 1997, p. 98). Nesse contexto, de realizações “sócio-comunicativas concretas, os gêneros indicados na prova passam a atender o propósito específico de selecionar candidatos, passam a ser, portanto, somente redação” (ARAÚJO, 2006, p. 5).

O vestibulando sabe que a finalidade de seu texto é a avaliação da sua competência linguística. Segundo Pilar (2002), a finalidade é responsável por determinar a organização, a estrutura e o estilo – gênero – do texto. Nessa mesma linha de raciocínio, Angelo, Zanini e Menegassi (2007) destacam que o “aluno precisa saber por que está escrevendo o que está escrevendo para ter condições de organizar melhor o seu texto” (ANGELO, ZANINI e MENEGASSI, 2007, p. 16).

Da mesma forma que o conhecimento do interlocutor e da finalidade de sua produção, o domínio dos gêneros textuais é muito importante, tendo em vista que, geralmente, em situações de produção textual mediadas por concursos, são apresentados gêneros específicos, frequentemente dois ou mais gêneros diferentes. Quando ocorre essa diversificação de propostas, o candidato tem a oportunidade de escolher o gênero em que irá desenvolver a sua

redação. O que o vestibulando não pode fazer é optar pela escritura de outros gêneros que não sejam os solicitados na proposta do concurso. Destaca-se que os candidatos têm conhecimento apenas dos gêneros a serem desenvolvidos no momento da prova.

Por meio dessas reflexões, compreende-se que há gêneros específicos para situações específicas, e que nem sempre a escolha do gênero vai depender da espontaneidade dos indivíduos; muitas vezes dependerá do contexto de produção, que, geralmente, já vem estabelecido quando a “escolha do gênero se faz em função da definição dos parâmetros da situação que guiam a ação” (SCHNEUWLY, 2004, p. 27).

Como já apresentado anteriormente, os candidatos têm a oportunidade de optar por uma das propostas apresentadas na prova; porém, não podem produzir um gênero de texto que não esteja na proposta, pois correm o risco de terem o texto anulado pela Banca de Correção. Nesse sentido, Marcuschi (2007, p. 34) esclarece que “não há só a questão da produção adequada do gênero, mas também um uso adequado”; por exemplo, seria uma situação indecorosa e desrespeitosa se um padre, durante a missa, enquanto profere o seu sermão, contasse uma piada pornográfica. Essa situação não se encaixa no contexto em que seria inserida, uma vez que a piada pornográfica é um gênero que fere a situação específica do discurso religioso. O mesmo ocorre quando não se atende ao que é proposto nos concursos. Em outras palavras, a elaboração de um gênero textual que não esteja especificado na proposta rompe com o contexto estabelecido.

Sobre a especificidade de um texto, Pavani e Kochê dizem que a

[...] finalidade do texto determina sua organização, sua estrutura e seu estilo, ou seja, seu gênero. A escolha não é completamente espontânea, pois leva em conta um conjunto de elementos essenciais, como quem está falando, para quem se está falando, qual é a sua finalidade e qual é o assunto do texto, além dos aspectos lingüísticos presentes. (PAVANI e KOCHÊ, 2006, p. 111-112).

A Redação de Vestibular consiste em uma modalidade de produção textual que envolve os diversos aspectos apresentados por Pavani e Kochê (2006), o que exige uma excelente tessitura textual e, ainda, a abordagem dos elementos apresentados na proposta. E, uma vez que a Redação de Vestibular é utilizada para avaliar – com base em, no máximo, trinta linhas (no caso do vestibular da UNIOESTE) – a capacidade de escrita do candidato, cabe a este convencer “a Banca de que merece entrar na Universidade” (DITTRICH, FAVARETTO; BRITZ, 2009, p. 42).

Ainda sobre a questão em tela, vale recorrer mais uma vez a Bronckart (2006), que chama a atenção para o fato de as condições que regem a abertura e o fechamento dos textos não se restringirem apenas às regras linguísticas da língua, mas também são oriundas das condições de realização da tessitura, que, por serem variáveis, acabam influenciando no desenvolvimento da produção.

Marcuschi considera que o “[...] trabalho com os gêneros textuais é uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia a dia [...]” (2007, p. 35), pois se tem a oportunidade, em alguns casos de atividade comunicativa, de escolher o gênero que melhor atenda ou que se adapte ao contexto (BRONCKART, 2006, p. 147). Entretanto, no caso da Redação de Vestibular, essa escolha, em geral, não é possível, uma vez que o gênero a ser desenvolvido já está pré-estabelecido. O que pode ocorrer, quando a Prova de Redação apresentar mais de uma proposta, é a possibilidade de se fazer a escolha de um entre dois ou três gêneros.

A partir dessa discussão referente à Redação de Vestibular como gênero, destaca-se a sua importância no contexto de vestibular, uma vez que consiste em uma prova obrigatória/eliminatória, decisiva para o acesso do vestibulando à Universidade. Essa decisão foi aprovada, no dia 17 de dezembro de 2001, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que assinou a portaria 2.941/2001 – CEPE, publicada no Diário Oficial da União no

dia 18 de dezembro de 2001 e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2002. Essa portaria tornou “obrigatória a redação em todos os processos seletivos nas instituições de ensino superior” e o “candidato que tirar nota zero na redação estará eliminado” (MEC - Assessoria de Comunicação Social). Conforme as palavras do ministro,

[...] a portaria vem resolver o problema do custo da correção da redação reclamado por muitas instituições [...] também considera importante aproveitar esse momento para reforçar a redação em todos os níveis de ensino. "Nós queremos incentivar os alunos a raciocinar, incentivar os professores a ensinar os alunos a pensar e a redigir e incentivar as escolas de ensino médio a dar prioridade à redação". (MEC, 2008).

O incentivo proposto pelo ministro Paulo Renato diz respeito a uma preocupação que inquieta inúmeros professores de redação, uma vez que a maioria dos estudantes, mesmo depois de anos de escolarização, ainda não tem domínio da língua portuguesa e/ou dos gêneros textuais. Dessa forma, apresentam-se dificuldades quando solicitados a produzirem um texto, seja dissertativo/argumentativo, seja de outro tipo. Acredita-se que a decisão de tornar a Redação de Vestibular obrigatória/eliminatória possa resultar em uma atenção especial ao ensino de redação nas escolas, formando alunos que tenham domínio da linguagem institucionalizada e dos gêneros textuais.

CAPÍTULO III

A REFLEXÃO SOBRE O ADJETIVO E A SUA EXPRESSIVIDADE ENUNCIATIVA

3.1 O ADJETIVO

3.1.1 O Contexto Histórico do Adjetivo: Conceituações e Definições

A *Gramática de Port-Royal*, de autoria de Arnauld e Lancelot, foi publicada em 1653, na França, e representa um dos primeiros documentos escritos que abordou a classe adjetiva. Os dois estudiosos desenvolveram uma teoria na qual discutiram o adjetivo e o substantivo paralelamente, haja vista que este pode existir sem o adjetivo; já o adjetivo somente existirá se estiver caracterizando um substantivo, afirmação que pode ser comprovada nas próprias palavras de Arnauld e Lancelot: “[...] as *substâncias* subsistem por elas mesmas, enquanto os *acidentes* só existem pelas substâncias” (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31, grifos nossos).

Segundo a *Gramática de Port-Royal*, denomina-se de substância os objetos e as coisas de nossos pensamentos, enquanto que o acidente diz respeito à maneira das coisas. A definição de *substância* para o *substantivo* e de *acidente* para o *adjetivo* resultou na “[...] origem primeira dos nomes *substantivos* e *adjetivos*” (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31, grifos dos autores). Essa teoria pode ser reforçada e validada com o referencial explicativo abaixo:

[...] a substância é aquilo que subsiste por si mesmo, chamaram-se nome substantivo todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E, ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que signifiquem substâncias, quando por sua maneira de significar devem estar junto aos outros nomes no discurso. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p.31).

Tendo como base a discussão estabelecida até o presente momento, torna-se extensor e complementar desenvolver um histórico da evolução do adjetivo, visando identificar e apresentar conceituações adaptadas e enriquecidas, processos que, no decorrer dos anos, contribuíram para explicitar e ampliar as pesquisas referentes à classe adjetiva.

Para Almeida, à classe adjetiva “pertencem todas as palavras que se referem ao substantivo para indicar-lhe uma qualidade, ou seja, *adjetivo é toda a palavra que modifica a compreensão do substantivo*, afetando, quanto à idéia, a substância da coisa: homem *inteligente* [...]” (ALMEIDA, 1979, p. 137, grifos do autor).

Essa definição apresentada por Almeida (1979) vêm ao encontro do estudo do adjetivo e do substantivo proposto pela *Gramática de Port-Royal* ao confirmar que o acidente modifica a substância, afetando-a. Da mesma forma age Rocha Lima, em sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, ao definir o adjetivo como a “palavra que modifica o substantivo, exprimindo aparência, modo de ser ou qualidade” (LIMA, 1985, p. 86). Lima (1985), ao destacar o ato de exprimir aparência, modo e qualidade, reforça as palavras de Almeida (1979) a respeito do fato de o acidente afetar a substância.

Já Cegalla, na *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, define os adjetivos como as “palavras que expressam as qualidades ou características dos seres” (CEGALLA, 1985, p. 136). O autor se utiliza do termo ‘qualificar’ para descrever o papel do adjetivo, que, ao caracterizar as coisas ou os seres, está lhes descrevendo e atribuindo caracteres; e, quando isso acontece, tem-se o processo de modificação do substantivo.

Barros, na *Nova Gramática da Língua Portuguesa*, conceitua o adjetivo como a “palavra que caracteriza o ser ou coisa designada pelo substantivo. Varia no português,

concordando em gênero e número com o substantivo (exceto nomes de plantas, flores e objetos que designam cores) e admitindo flexões de grau comparativo e superlativo” (BARROS, 1985, p. 182), apresentando, assim, outras funções e características do adjetivo.

Sacconi, ao conceituar o adjetivo, apresenta outras possibilidades por ele exercidas. Como se pode observar na definição apresentada pelo autor, além de qualidade, o adjetivo pode indicar um defeito, uma condição ou um estado, como se pode verificar nessa passagem: adjetivo é “toda e qualquer palavra que, junto de um substantivo, indica qualidade, defeito, estado ou condição [...]” (SACCONI, 1999, p. 177).

Neves estabelece que os adjetivos “são usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um *substantivo*” (2000, p. 173, grifo da autora). Segundo a autora, os adjetivos exercem algumas funções sintáticas:

a) FUNÇÃO DE ADNOMINAL – O *adjetivo* é *periférico* no *sintagma nominal*. Ele acompanha, pois, o *substantivo*, exercendo a função tradicionalmente denominada *adjunto adnominal*. [...]. b) FUNÇÃO DE PREDICATIVO – O *adjetivo* é *núcleo* no *sintagma verbal*, e é, portanto, *núcleo* do predicado. [...]. c) FUNÇÃO DE ARGUMENTO – O *adjetivo* tem *função* na *estrutura argumental* do nome com o qual ocorre, isto é, ele exprime o que seria um *complemento* do nome (*complemento nominal*). [...]. d) FUNÇÃO APOSITIVA – O *adjetivo* pode constituir uma expansão de um termo ocorrente na estrutura da oração, podendo, de tal modo, ser omitido sem afetar essa estrutura. [...]. e) FUNÇÕES PRÓPRIAS DE SUBSTANTIVO – O *adjetivo* passa facilmente a designar um conjunto de propriedades, ou seja, um tipo de indivíduos, e passa, então, a ser usado como núcleo do *sintagma nominal*. [...]. (NEVES, 2000, p. 180-184, grifos da autora).

Nos estudos de Macambira, o adjetivo é definido sob três prismas, o morfológico, o sintático e o semântico. No que diz respeito ao aspecto mórfico, pertence “à classe do adjetivo toda a palavra que produz oposições formais, correspondentes ao grau positivo e o grau superlativo, sufixado por *-íssimo*, *-érrimo*, *-limo* [...]” (MACAMBIRA, 1987, p. 36). No que tange ao aspecto sintático, pertence “à classe do adjetivo toda a palavra variável que se deixa

preceder pelos advérbios correlativos *tão* ou *quão* [...]” (p. 37). Entretanto, no âmbito semântico, Macambira (1987) questiona uma definição por ele mesmo apresentada, a qual sugere que “pertence à classe do adjetivo toda palavra que exprime qualidade” (p. 38). De acordo com a teoria do autor, existem palavras que exprimem qualidade, sem, contudo, serem caracterizadas como adjetivos, fato observado, por exemplo, no léxico *bondade*. Essa constatação leva o autor a dizer que a definição acima “não resiste à menor crítica [...]” (MACAMBIRA, 1987, p. 38), visto que *bondade* exprime uma qualidade, mas a palavra não retrata um caso de adjetivo.

Macambira (1987) finaliza a discussão concluindo que “adjetivo é a palavra variável que serve para modificar o substantivo” (p. 38), definição que considera a união de informações morfológicas, sintáticas e semânticas em uma dada palavra, processo que pode ser denominado de tríplice aliança. A possibilidade de *modificar o substantivo* consiste na atividade essencial do adjetivo, segundo Cunha e Cintra (1999).

Na gramática de Cunha e Cintra, podem-se observar, no transcorrer de uma definição geral do adjetivo, duas utilidades, ou seja, ao passo que o adjetivo é considerado em sua essência como o elemento modificador do substantivo, também serve:

(1) para caracterizar os seres, os objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo, indicando-lhe: (a) qualidade (ou defeito) [...]; (b) o modo de ser [...]; (c) o aspecto ou aparência [...]; (d) o estado [...]. (2) para estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de produtividade, de procedência, [...]. (CUNHA e CINTRA, 1999, p. 238).

Melo, na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, ao conceituar o adjetivo como “a palavra que exprime qualidade enquanto existente num ser [...]” (2001, p. 70), conduz ao que se pode denominar de existência adjetiva, isto é, somente existirá o adjetivo se houver um substantivo para ser caracterizado. Essa abordagem concorda com os estudos de Arnaud e Lancelot (1992) no que tange à explicação dada pelos autores sobre o fato de o

substantivo existir por si, independente do adjetivo. Também a definição apresentada por Basílio (1995, p. 190-191) segue essa linha de análise: “o substantivo designa um indivíduo caracterizado através do significado do adjetivo; e o adjetivo apenas caracteriza o substantivo a que se refere”, e os “processos de formação de adjetivos servem ao propósito de formar predicadores ou elementos de atribuição de qualidades e propriedades a substantivos” (BASILIO, 2008, p. 53). Insere-se também nessa perspectiva de análise o conceito de adjetivo apresentado por Emediato (2008, p. 268): “classe de palavra que serve, de modo geral, para qualificar um substantivo, estando, pois, com ele relacionado”.

Já Bechara, na 37ª edição revisada e ampliada da *Moderna Gramática Portuguesa*, denomina e conceitua o adjetivo como “a classe de lexema se caracteriza por constituir a *delimitação*, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado” (2004, p. 142, grifos do autor).

Pode-se dizer que essa definição tem um caráter um tanto quanto complexo e é de difícil entendimento para um estudante ainda em fase inicial de estudos; contudo, não deixa de ter relação com as definições já discutidas até o momento. Além disso, há que se considerar que o entendimento dos conceitos vai depender do conhecimento linguístico de cada indivíduo e que é possível buscar esclarecimentos em outras gramáticas ou dicionários, uma vez que as gramáticas apresentam algumas variações na terminologia. No entanto, a base praticamente é a mesma, sendo que a conceituação geral do adjetivo diz respeito à caracterização do substantivo, como se pode observar no traçado histórico desenvolvido até o momento. As gramáticas e os dicionários mais atuais, muitos dos quais passaram por revisões e adaptações recentes, não deixam de teorizar acerca desse referencial e representam, normalmente, o aporte teórico mais próximo de estudos sobre a linguagem, tendo em vista

que o acesso às obras clássicas – como *A gramática de Port-Royal*, por exemplo – nem sempre é possível.

Dessa forma, recorre-se a pesquisas principalmente em dicionários, como o *Novo Dicionário Aurélio* (2004), tendo em vista que as gramáticas não representam o único meio de se chegar a conceituações e definições – neste caso, da classe adjetiva. O *Novo Dicionário Aurélio* apresenta a seguinte definição de adjetivo:

Adetivo. [Do lat. *Adjectivu.*] S. m. 1. *E. Ling.* Palavra que modifica o substantivo, indicando qualidade, caráter, modo de ser ou estado: *pessoa caridosa; boa casa.* [...] Adjetivo atributivo. [...] Adjetivo de dois gêneros. [...] Adjetivo de dois gêneros e de dois números. [...] Adjetivo de dois números. [...] Adjetivo determinativo. [...] Adjetivo gentílico. [...] Adjetivo pátrio. [...] Adjetivo predicativo. [...] Adjetivo qualitativo. [...]. (FERREIRA, 2004, p. 52, grifos do autor).

Essa citação apresenta uma definição geral de adjetivo, e, ainda, de alguns tipos de adjetivos que também podem ser encontrados em gramáticas, inclusive nas já citadas. Segundo o *Novo Dicionário Aurélio* (2004), o adjetivo atributivo funciona como adjunto adnominal; o de dois gêneros é aquele que tem apenas uma forma para os dois gêneros; já o de dois gêneros e de dois números apresenta uma única forma tanto para o feminino quanto para o masculino, bem como para o singular e para o plural; o de dois números tem uma única forma para os dois números; o determinativo é o pronome adjetivo; o gentílico é utilizado para o povo ou etnia de uma região, lugar; o pátrio se refere ao país, cidade, vila, entre outros; o predicativo diz respeito ao predicado; e o qualitativo é o próprio adjetivo.

Tendo como base as pressuposições estabelecidas no transcorrer da discussão teórica, foi possível observar que ao adjetivo e ao substantivo foram dadas nomenclaturas diferentes; a partir destas, elaborou-se o quadro abaixo, que ilustra o processo de nomeação atribuída a essas duas entidades linguísticas no transcorrer da história:

	SUBSTANTIVO	ADJETIVO
1 ^a	Coisas	maneira das coisas
2 ^a	substância	acidente
3 ^a	substantivo	adjetivo
4 ^a	elemento caracterizado pelo adjetivo	caracterizador (aquele que caracteriza o substantivo)
5 ^a	elemento modificado pelo adjetivo	modificador (aquele que modifica o substantivo)

Tabela 1 – Descrição das classes ‘substantivo’ e ‘adjetivo’

Com base no quadro acima, observa-se que as três primeiras definições dizem respeito às teorias desenvolvidas por Arnauld e Lancelot, em meados de 1653, na *Gramática de Port-Royal*. Nesta, verificou-se que, primeiramente, o substantivo foi chamado de *coisas*, em seguida, de *substância* e, por último, *substantivo*, enquanto o adjetivo foi denominado de *maneira das coisas*, em seguida, de *acidente* e, por fim, *adjetivo*. No que diz respeito às determinações número quatro e cinco, a maioria das gramáticas pesquisadas denomina o adjetivo de caracterizador, a palavra que caracteriza o substantivo, enquanto uma minoria o classifica como modificador.

Na *Gramática Descritiva do Português*, Perini, considerando que a separação entre o substantivo e o adjetivo “[...] é tão pouco marcada que há razões para duvidar da existência de duas classes distintas [...]” (PERINI, 1995, p. 321), questiona a divisão tradicional estabelecida entre a classe dos substantivos e a dos adjetivos.

A partir dessa problematização, o autor estabeleceu sete grupos de palavras, que denominou como sendo do tipo adjetivo ou substantivo, e, por meio destes, definiu duas grandes classes: a das palavras que são modificadores e predicativos (+Mod, +Pv) e a das palavras que não são modificadores e nem predicativos (-Mod, -Pv). Sua proposta resulta na seguinte conceituação: “substantivos são, pois, todas as palavras que podem ser complementos do predicado e não podem ser nem modificadores nem predicativos; adjetivos são as palavras que podem ser complementos do predicado, e também modificadores e predicativos [...]” (PERINI, 1995, p. 327).

Portanto, compreende-se, a partir das definições de adjetivos dadas no transcórre do texto, que, para a existência do adjetivo, é fundamental a existência de um substantivo, ou seja, um elemento para ser modificado e/ou caracterizado. A possibilidade de um adjetivo ter função de substantivo, e vice-versa, será discutida nos tópicos subsequentes.

3.1.2 Tipos de Adjetivos

Sacconi (1999) diz que os adjetivos podem ser simples quando são constituídos a partir de apenas um radical (palavra): *branco, claro*; compostos quando são constituídos por mais de um radical (palavra): *branco-escuro*. Já Almeida (1979) inclui nessa lista outros dois tipos: o primitivo e o derivado: o primeiro (*parado, formal, leve*) dá origem ao derivado, e este é originário daquele: *pardacento, formalístico, leviano*.

Segundo Cunha e Cintra (1999, p. 241), citando Gonzalo Sobejano (1970, p. 83), são poucos os adjetivos primitivos que “designam por si mesmos uma qualidade, sem referência a uma substância ou ação que a representem”. Em sua maioria, os adjetivos são oriundos da derivação de um verbo ou substantivo (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 241).

Barros (1985) apresenta quatro modalidades de divisão e emprego dos adjetivos: a) Adjetivos restritivos: são os adjetivos “que atuam de maneira evidente sobre a compreensão e a extensão do substantivo”, por exemplo, “*casa confortável*. A casa, só por ser casa, não é obrigatoriamente *confortável*. Essa é uma qualidade extrínseca, isto é, que não vem incluída na noção de *casa*” (BARROS, 1985, p. 183, grifos do autor); b) Adjetivos explicativos: apresentam características intrínsecas do substantivo. “[...] embora pareçam redundantes e desnecessários [...], se empregados com oportunidade, comunicam ênfase à frase, além de

colocarem em evidência aquela entre outras qualidades intrínsecas do substantivo” (p. 183). Ou seja, em *fogo quente*, *neve gelada*, *homem mortal* tem-se a verificação de que todo o fogo é quente, assim como a neve é gelada e todo o homem é mortal, características que não precisam ser repetidas com o uso de adjetivos, pois já fazem parte do substantivo; porém, tem-se no uso do adjetivo uma forma de dar realce. Contudo, ao passo que se põe em evidência, omitem-se outras qualidades que o substantivo pode ter, como *inteligente*, *bípede* em *homem mortal*, por exemplo; c) Adjetivos descritivos e impressivos: O primeiro traduz “uma característica objetiva e incontestável do substantivo”, por exemplo, *casa verde*; o segundo traduz uma “qualidade aproximada; quando a qualidade atribuída é, antes, produto de impressões pessoais”, por exemplo, *casa esverdeada* (p. 183); e d) Adjetivos melhorativos e pejorativos: “os adjetivos que causam boa impressão são chamados *melhorativos*; os que causam má impressão, *pejorativos*” (p. 183, grifos do autor), por exemplo: *é uma pessoa polida*; *ele é grosso*.

Nos adjetivos restritivos, pode-se verificar que a característica que acompanha os substantivos não é estável, isto é, não está explícita no próprio substantivo, como ocorre com os adjetivos explicativos; este, como o próprio nome diz, reitera uma característica já existente no substantivo. Já os adjetivos restritivos, conforme Almeida (1979), podem apresentar uma qualidade que pode existir ou deixar de existir no substantivo. Portanto, uma pessoa *boa* pode se comportar como uma pessoa *má* segundos depois, já uma pedra jamais será *mole*, assim como o fogo jamais será *frio*.

Callou e Serra (2003a) definem as classes restritivas como descritivas, e os explicativos como avaliativos, como se pode verificar nesse excerto: “o adjetivo é marcado como *descritivo* quando caracteriza objetivamente, de forma ‘não contestável’, o núcleo do SN, [...] ou como *avaliativo*, que apresenta uma característica do substantivo passível de

contestação por ser de caráter subjetivo [...]” (CALLOU; SERRA, 2003a, p. 193, grifos das autoras).

Para Neves (2000), os adjetivos estão divididos em duas subclasses. Uma denominada de *qualificadores* ou *qualificativos* e outra de *classificadores* ou *classificatórios*. Os primeiros indicam ao substantivo que estão acompanhando uma “propriedade que não necessariamente compõe o feixe das propriedades que o definem. Diz-se que esses *adjetivos* qualificam o *substantivo*, o que pode implicar uma característica mais, ou menos, subjetiva, mas sempre revestida de certa vaguidade [...]” (NEVES, 2000, p. 184-185, grifos da autora).

Já os adjetivos *classificadores* possuem um caráter não-vago, uma vez que são denominativos e não predicativos. Esses “*adjetivos* colocam o *substantivo* que acompanham em uma subclasse” (denominativos), “trazendo em si uma indicação objetiva sobre essa subclasse. [...]” (NEVES, 2000, p. 186, grifos da autora).

Segundo Da Silva (2008), os adjetivos avaliativos correspondem aos adjetivos *qualificadores* de Neves (2000). O autor ainda acrescenta que os *qualificadores*

[...] atribuem ao nome uma determinada propriedade ou qualificação dependente de julgamento pessoal (subjetiva). As relações com o nome são internas, pois se incorporam à natureza do nome, como um traço deste. Este tipo de adjetivo pode ocorrer posposto ou anteposto ao nome. (DA SILVA, 2008, p. 136).

Da Silva (2008) estabelece que os adjetivos *qualificadores/avaliativos* podem vir antes ou depois do substantivo, enquanto o *classificador* pode ocorrer apenas na posição posposta, e, ao relacionar entidades, as *classifica*. Sendo assim, verifica-se que “a flexibilidade de movimentação dos adjetivos no sintagma do português fica por conta dos *avaliativos*: pospostos e antepostos [...]” (DA SILVA, 2008, p. 137, grifos do autor).

Almeida (1979) apresenta, além dos adjetivos restritivos e explicativos, a classe dos adjetivos pátrios. Estes indicam nacionalidade, pátria ou a procedência das coisas ou seres.

Recebem esse nome por derivarem do próprio nome do lugar ou da nação. Esses adjetivos podem ser chamados de gentílicos ou étnicos “quando designativos da raça ou região de origem” (p. 138). Como exemplos, citam-se: *Judéia, judeu, judaico – judengo, judio*; Polônia, *polonês, polônio – polaco* (forma pejorativa no Brasil).

Já Cegalla (1985) não cita nenhuma das classes adjetivas referidas acima; entretanto, comenta os adjetivos eruditos, “que significam ‘relativo a’, ‘próprio de’, ‘semelhante a’, ‘da cor de’” que “equivalem a locuções adjetivas: *torácico* = do tórax, [...] *férreo* = de ferro, como ferro” (CEGALLA, 1985, p. 137, grifos do autor).

3.1.3 A Locução Adjetiva

A locução adjetiva “é uma expressão que equivale a um adjetivo” (CEGALLA, 1985, p. 136). Emediato, da mesma forma que Cegalla, considera a locução adjetiva como uma “expressão formada por um grupo de duas ou mais palavras que correspondem a um adjetivo e tem a mesma função, ou seja, a de qualificar um substantivo” (EMEDIATO, 2008, p. 269). É importante ressaltar que nem sempre uma locução adjetiva terá o mesmo valor de um adjetivo erudito, ou seja,

[...] quando dizemos “altar *marmóreo*”, indicamos uma qualidade por meio do adjetivo *marmóreo*, igual qualidade indicamos quando dizemos “altar *de mármore*”, empregando, para qualificar o substantivo *altar*, mais de uma palavra: *de mármore*. É verdade que existe certa diferença de sentido nessas expressões, pois um “altar *marmóreo*” pode não ser *de mármore* e, sim, imitação; mas idêntica é uma função do adjetivo *marmóreo* e o da locução *de mármore*: qualificar o substantivo *altar*. (ALMEIDA, 1979, p. 141, grifos do autor).

Assim sendo, indiferente de poder apresentar uma característica distinta, tanto a locução adjetiva quanto o adjetivo erudito qualificam o substantivo, esta é sua função.

3.1.4 A Flexão dos Adjetivos

Os adjetivos variam em gênero, número e grau. A variação em gênero e número ocorre em paralelo; tem-se, assim, *gatos peludos*, *gato peludo*, *gatas peludas*, *gata peluda*. Um substantivo, quando vem qualificado por um adjetivo, requer que este esteja em concordância com aquele, pois quando ocorre de um estar no singular e o outro no plural, tem-se uma transgressão da regra normativa: *gatos peludo*. Também em *gato peluda* ocorre uma transgressão, pois o substantivo está no feminino e o adjetivo no masculino; não há concordância dos gêneros. Os adjetivos são divididos em uniformes quando possuem uma única forma para os gêneros feminino e masculino: *a moça feliz* / *o moço feliz*; e biformes: nesse caso, para cada gênero há uma forma: *a moça boa* / *o moço bom*.

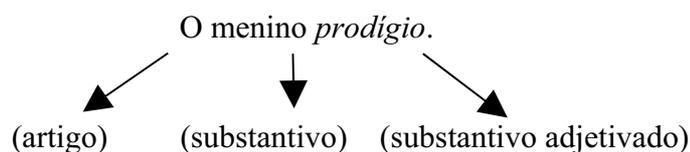
Conforme prevê a gramática de Cegalla (1985), no caso de adjetivos compostos, a flexão feminina ocorre somente no segundo elemento: sociedade luso-brasileira. Já para o plural dos adjetivos compostos, é preciso seguir alguns princípios: sendo os componentes adjetivos, apenas o último varia, cabelos *castanho-escuros*. Entretanto, há algumas exceções, como: surdo-mudo, surdos-mudos, em que ambos variam. As exceções incluem também casos de invariabilidade: *azul-celeste* e *azul-marinho*: *carros azul-marinho*, *moto azul-celeste*. Se a primeira palavra do adjetivo composto for um vocábulo invariável, somente a segunda (o adjetivo) se flexionará (palavra+adjetivo): *esforços sobre-humanos*. Já no caso de compostos (adjetivo+substantivo), estes são invariáveis: *ternos verde-oliva* (com essa regra,

“subentende-se a expressão ‘*da cor de*’: tapetes *verde-esmeralda* = tapetes *da cor verde da esmeralda*” (CEGALLA, 1985, p. 140, grifos do autor). Ficam invariáveis as locuções adjetivas modeladas por cor+de+substantivo: *vestidos cor-de-rosa*, *olhos cor do mar*. A respeito desse tipo de expressão, Cegalla (1985, p. 140, grifos do autor) declara que por “amor da concisão, freqüentemente dizemos apenas: fitas *violeta*, ternos *cinza*, luvas *creme* [...]”.

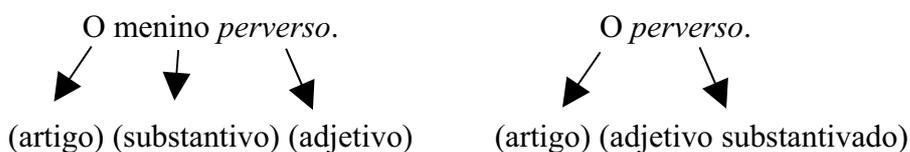
Quanto ao grau do adjetivo, Cegalla diz que esse recurso (1985, p. 143) “exprime a intensidade das qualidades dos seres”. São dois no total: o comparativo e o superlativo. O comparativo tem três formas: i) de igualdade: Antônio é *tão* alto *como/quanto/quão* Pedro; ii) de superioridade, nas formas analítica: Antônio é *mais alto (do) que* Pedro, e sintética (formas herdadas do latim): Antônio é *maior (do) que* Pedro; e ii) de inferioridade: Antônio é *menos alto (do) que* Pedro. Quanto ao grau superlativo, duas formas são possíveis: o absoluto e o relativo. O primeiro subdivide-se em absoluto analítico – a casa é *muito alta* – e absoluto sintético – a casa é *altíssima*. Com relação ao relativo, tem-se o de superioridade analítico – Antônio é *o mais alto* de todos; o sintético – esta casa é *a maior* de todas; e o relativo de inferioridade: Antônio é *o menos alto* de todos nós. A análise do grau do adjetivo é muito mais extensiva do que a aqui apresentada; entretanto, uma vez que a pesquisa proposta se restringe aos casos de substantivo+adjetivo, ou de adjetivo+substantivo, não serão aqui discutidas todas as possibilidades de flexão.

3.1.5 A Adjetivação do Substantivo e a Substantivação do Adjetivo

O processo de adjetivação do substantivo ocorre quando um substantivo passa a caracterizar outro substantivo (substantivo+substantivo). Aquele que é antecedido pelo artigo assume a função de substantivo, e o seguinte é o substantivo adjetivado: o menino *prodígio*:



Já a substantivação do adjetivo caracteriza-se como um processo que se desenvolve a partir da formação artigo+substantivo+adjetivo: o menino *perverso*. Para tanto, retira-se o substantivo e mantém-se a formação artigo+adjetivo: o *perverso*. Assim, *perverso* passa a ser o substantivo, pois um artigo o antecede:



Esse processo é teorizado por Almeida:

[...] Do fato de vir o adjetivo qualificando o substantivo, resulta muitas vezes que, tirando-se o substantivo, continua sendo este facilmente subentendido, sem prejuízo para o sentido; assim é que se diz “o cego” – “um *avarento*” – “aquele *perverso*” etc. Tais adjetivos assumem então o caráter do substantivo, e é disso confirmação o fato de poderem vir acompanhados de um artigo. Sempre que tal acontece, tais adjetivos se dizem adjetivos substantivados. *Adjetivo substantivado* é, pois, o adjetivo que exerce função de substantivo. [...] o substantivo pode passar para a classe dos adjetivos. Tal sucede sempre que o substantivo se relaciona com outro substantivo, passando, pois, a ser modificador, e, por conseguinte, a funcionar como adjetivo: menino *monstro*, filho *homem* [...] *Prodígio*, *homem* [...] são substantivos, mas, por virem modificando substantivos, tornam-se adjetivos. Diz-se, nesses casos, que o *substantivo* está *adjetivado*. *Substantivo adjetivado* é, portanto, o substantivo que exerce função de adjetivo. (ALMEIDA, 1979, p. 137, grifos do autor).

O caráter de mudança de classe, apresentado dessa forma, possibilita que adjetivos se tornem substantivos e vice-versa, sendo o artigo o elemento indispensável para caracterizar e determinar o substantivo, isto é, determinar que aquele vocábulo (adjetivo) está naquele momento fazendo o papel de um substantivo, ou o contrário. Porém, não se altera o fato de que o adjetivo não pode existir independentemente do substantivo.

3.1.6 A Expressividade Enunciativa do Adjetivo

Para Cunha e Cintra (1999), o adjetivo desempenha um papel importante na fala e na escrita, uma vez que é o elemento fundamental de caracterização do substantivo. Sendo assim, “quer para a *precisão* do enunciado, quer para sua *expressividade*, o adjetivo impõe-se como termo imprescindível, mas a exigir de quem dele se utilize cuidados especiais, principalmente bom senso e bom gosto” (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 259, grifos dos autores).

A mesma perspectiva de análise assumem Damke *et al.* (2009), que afirmam que não se pode utilizar *qualquer adjetivo*, como também de *qualquer maneira* para qualificar o substantivo. “Apesar de haver adjetivos *mais genéricos* como *bonito, importante, grande*, entre outros, que podem ser usados para qualificar praticamente todos os substantivos, a maioria é usada em contextos bastante específicos” (p. 117, grifos dos autores).

O manuseio da linguagem no que diz respeito ao trabalho com as palavras, à seleção lexical, não é tarefa fácil, pois exige, além de conhecimentos linguísticos e de mundo, moderação no seu uso. Isso porque assim como “o adjetivo bem empregado dá realce à frase, tornando-a mais expressiva e mais fluente, o excesso de adjetivação ou a impropriedade no

seu emprego são responsáveis por situações ridículas e até censuráveis” (BARROS, 1985, p. 186).

Muitas vezes, a confusão surge quando se tem mais de um significado para um mesmo significante – seja adjetivo, seja substantivo –, para usar os termos de Saussure (1987), haja vista que determinado vocábulo pode significar coisas diferentes para diferentes pessoas, uma vez que nesse processo podem se confrontar os sentidos do léxico, do nível semântico e pragmático. A discussão que se ilustra a seguir não diz respeito exclusivamente ao uso de adjetivo, mas retrata os fluxos de sentido entre o léxico, o nível semântico e o pragmático. Ribeiro e von Borstel (2008, p. 308-310), utilizando o léxico “banana”, estabelecem uma reflexão a respeito das informações semântico-pragmáticas:

- a)– Olha a [Ø] banana!
- b)– Olha o [Ø] banana!

Nos exemplos (a) e (b), tem-se o vocábulo “banana” anteposto a um artigo, o que atribui à palavra em questão a função de substantivo, “palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 171). A palavra “banana” não tem flexão de gênero – como “gato/gata” –, sendo distinguida apenas pelo gênero do artigo a ela anteposto.

Obiol (1980, p. 103) assim descreve o vocábulo *banana*: “s. f. Fruto da bananeira. *Brás*. Gesto obscuro, feitos com as mãos ou mão; cartucho alongado de dinamite. [...] s. m. Homem fraco, sem energia; palerma, pateta. *Adj.* Molenga, moleirão; diz-se da rês de chifres descaídos”. Cunha apresenta a seguinte definição: “s.f. ‘fruto da bananeira, planta da fam. Das musáceas’ XVI; ‘ext. pessoa frouxa, palerma, sem energia.’ XVIII” [...]. (2000, p. 92). Para Ferreira, o vocábulo *banana* é “[De or. afr.] S. f. 1. O fruto de qualquer espécie do gênero *Musa* [v. *musa2* (1 e 2)]. 2. *Bot.* Bananeira (1). 3. *Bras.* *Chulo* O pênis. 4. *Bras.* *Chulo* V.

*manguito*2. S. 2 g. 5. Pessoa frouxa, palerma, sem energia; banazola, bananzola” (2004, p. 259).

Observa-se que nas três definições apresentadas existem semelhanças (fruto da bananeira e pessoa molenga, palerma) e algumas diferenças, como, por exemplo, o fato de Obiol acrescer aos sentidos descritos os significados de *cartucho de dinamite* e *gesto feito com as mãos*, e de Ferreira apresentar um sentido chulo corrente no português brasileiro, relativo ao órgão genital masculino.

O vocábulo enunciado como exemplo e aplicado nas frases (a) e (b) tem a função de substantivo, dado a situação de não ter nenhum outro elemento que o caracterize, ou outro item lexical que o substitua, o que daria à palavra a função de adjetivo, como observa-se nas frases (c) a (e):

- c) – Olha a(o) menina(o) banana!
- d) – Ele fez um gesto banana!
- e) – As crianças pegaram uma bomba banana!

Nas frases acima, o vocábulo *banana* assume a função de adjetivo, enquanto nas frases (a) e (b) retrata um caso de substantivo, como já se explicitou. No entanto, as frases (a) e (b) podem apresentar um sentido ambíguo, na medida em que o interlocutor pode ficar em dúvida quanto à expressividade semântica do léxico *banana*, em decorrência das definições apresentadas pelos dicionários consultados. As interpretações poderiam ser variadas, como se pode observar no esquema abaixo:

f) – Assim que Belinha chegar, terei uma conversa séria com ela. Já cansei de lhe dizer que não pode deixar as crianças lhe fazerem de gato e sapato! – falou Joana ao seu pai. – Olha a banana! – disse o pai de Joana ao ver Belinha se aproximar.

Dentro desse contexto, na frase (f), o significado atribuído à palavra *banana* só pode ser *pessoa frouxa, palerma, sem energia*, ao contrário do que ocorre nas frases (a) e (b), que apresentam ambiguidade, uma vez que não há como se definir a intenção que o escritor tinha em mente ao se valer desse item lexical.

3.1.7 A Expressividade Enunciativa na Ordem do Adjetivo

O adjetivo pode ocupar duas posições na frase: anterior ou posterior à palavra determinada. Segundo Lapa (1968 *apud* Callou e Serra, 2003a, p.191), “*quando o adjetivo está logo depois do substantivo, tende a conservar o valor próprio, objetivo, intelectual; quando está antes, tende a perder o próprio valor e adquirir um sentido afetivo*” (grifos das autoras). Essa teoria pode ser reforçada com Barros (1985), que também vê na posposição a conservação de seu valor intelectual e objetivo, e na anteposição o valor afetivo.

Callou e Serra (2003b) e Sales (2006) acrescentam que, na atribuição do caráter expressivo, quanto à ordem, mantém-se uma inter-relação entre *posição do adjetivo* na frase e a sua *natureza semântica*, uma vez que o “adjetivo pode ser classificado como *descritivo* quando caracteriza objetivamente o núcleo do SN ou como *avaliativo* quando apresenta uma característica do substantivo passível de contestação por ser de caráter subjetivo, ou seja, por envolver um juízo de valor” (CALLOU; SERRA, 2003b, p. 8, grifos das autoras).

Cunha e Cintra estabelecem que,

[...] sendo a seqüência SUBSTANTIVO+ADJETIVO a predominante no enunciado lógico, deriva daí a noção de que o adjetivo posposto possui valor objetivo: noite *escura*, dia *triste*, rapaz *bom*, campos *verdes*. [...] sendo a seqüência ADJETIVO+SUBSTANTIVO provocada pela ênfase dada ao qualificativo, daí decorre a noção de que, anteposto, o adjetivo assume um valor subjetivo: *escura* noite, *triste* dia, *bom* rapaz, *verdes* campos. (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 259-260, grifos dos autores).

A partir das palavras dos autores, verifica-se que a denominação de objetivo resultou da predominância dessa posposição nos enunciados lógicos, e a de subjetivo pela ênfase que a anteposição dá ao qualificativo. Os dois autores apresentam algumas regras de uso quanto à posição do adjetivo; primeiramente, referem-se ao adjetivo posposto ao substantivo:

[...] colocam-se normalmente depois do substantivo: a) os adjetivos de natureza classificatória, como os técnicos e os de relação, que indicam uma categoria na espécie designada pelo substantivo: animal *doméstico*, água *mineral*, flor *silvestre*, deputado *estadual*; b) os adjetivos que designam características muito salientes do substantivo, tais como forma, dimensão, cor e estado: terreno *plano*, calça *preta*, homem *baixo*, mamoeiro *carregado*; c) os adjetivos seguidos de um complemento nominal: um programa *fácil de cumprir*, uma providência *necessária ao ensino*. (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 260-261, grifos dos autores).

Como se pode observar, a posposição ocorre com mais frequência e, geralmente, se dá por meio de três tipos de uso do adjetivo posposto ao substantivo. No que diz respeito à anteposição do adjetivo ao substantivo, trata-se de um fenômeno que aparece com menos frequência. Cunha e Cintra estabelecem dois momentos de anteposição do adjetivo, tendo o primeiro três opções de usos:

De um modo constante, só se colocam antes do substantivo: a) os superlativos relativos: *o melhor*, *o pior*, *o maior*, *o menor*: *O melhor meio* de ganhar é poupar. *O maior castigo* da injúria é havê-la feito. b) certos adjetivos monossilábicos que formam com o substantivo expressões equivalentes a substantivos compostos: *O pior cego* é o que não quer ver. *O menor descuido* pode ser fatal [...]. c) adjetivos que nesta posição adquirem

sentido especial, como *simples* (= mero, só, único); comparem-se: Nessa ocasião ele era um *simples* escrevente [= um mero escrevente]. Este escritor tem um estilo *simples* [= um estilo não complexo]. (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 260-261, grifos dos autores).

A segunda situação de uso da anteposição do adjetivo gera um sentido figurado, como em: “um *grande* homem [= grandeza figurada], um homem *grande* [= grandeza material], uma *pobre* mulher [= uma mulher infeliz], uma mulher *pobre* [= uma mulher sem recursos]” (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 261, grifos dos autores).

Também Sacconi (1999) entende que, quando há posposição, há mudança de significado: “*alto* funcionário (f. de posição elevada) funcionário *alto* (f. de elevada estatura), [...] *bravo* rapaz (f. corajoso)/rapaz *bravo* (r. furioso) [...]” (p. 186, grifos do autor). Quando se trata de um pronome adjetivo anteposto ao substantivo, também se verifica mudança de significado: “*certo* homem (determinado homem)/homem *certo* (h. adequado), *diversos* modelos (*alguns* m.)/modelos *diversos* (m. diferentes) [...]”. O adjetivo *mero* só aparece anteposto ao substantivo: *mero* palavreado, *mera* coincidência [...]” (SACCONI, 1999, p. 186, grifos do autor).

No que tange à ordem do adjetivo nos sintagmas, Barros explica que “a nossa língua oferece relativa liberdade. A escolha individual, condicionada à ênfase ou à entonação, é variável dentro de certos limites, mas em alguns casos há uma norma tradicional fixa [...]” (1985, p. 186). Quando ocorre a ordem inversa, geralmente em estilos afetivos, “a anteposição de um termo é, de regra, uma forma de realçá-lo” (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 259).

Sob uma concepção de enunciação, Maingueneau afirma que a literatura tem uma preferência pela anteposição, uma vez que mantém uma relação com a cultura, e escrever “*a verde natureza* ou *as rústicas cabanas* é abandonar um universo de referentes delimitáveis por um universo de qualidades codificadas na cultura [...]” (MAINGUENEAU, 1996, p. 152, grifos do autor). O autor destaca que o contexto em que os usos estão inseridos diz muito

sobre o que se pretende significar com as informações dadas em uma determinada produção escrita.

A possibilidade de uso da anteposição pode ocorrer ou não em uma língua, visto que cada língua tem suas regras. Callou e Serra, ao fazerem uma comparação entre as línguas quanto à posição dos adjetivos, também afirmam que em “línguas como o português e o espanhol a posição que o adjetivo ocupa no SN é mais ‘livre’, se comparada ao inglês, por exemplo, que tem uma ordem bastante rígida para a colocação dos adjetivos, sempre antepostos ao nome” (CALLOU; SERRA, 2003a, p. 194).

Para ressaltar essas considerações, cita-se Paschoal, que contribui com informações acerca da escolha posicional do adjetivo: “pertence à natureza das línguas germânicas a anteposição do adjetivo ao substantivo” enquanto que em “grego e em latim, assim como em algumas línguas neolatinas, a anteposição e a posposição são possíveis e geram nuances de significado” (2007, p. 147).

Barros observa que

[...] a extrema mobilidade do adjetivo proporciona ao redator variantes ou oposições de melhor valor. Enquanto em vários idiomas o adjetivo está preso a colocações fixas que lhe impedem qualquer mobilidade estilística, capando-lhe a expressividade, o adjetivo da língua portuguesa usufrui de tal liberdade de colocação que enriquece afortunadamente a expressão de riquíssimas variantes. (BARROS, 1985, p. 187).

Explicita-se que o item lexical “capando”, usado por Barros (1985), pode ser compreendido como sinônimo de “tirando”, haja vista que o autor quis explicar que, ao se privar o adjetivo da mobilidade estilística, se está negando ou proibindo que ele expresse outro sentido.

Ainda sobre a anteposição do adjetivo, entende-se que essa manobra linguística “ocorre quando se pretende realçar o substantivo, por meio de uma qualidade sobre a qual se quer chamar a atenção. É preferida com adjetivos que exprimem qualidades morais ou físicas,

dignas de admiração ou desprezo, normalmente em frases exclamativas [...]” (BARROS, 1985, p. 187).

Câmara também discorre a respeito da posição posposta ao adjetivo. Conforme seus estudos, a anteposição é decorrente “do enfraquecimento da função descritiva em proveito da reação afetiva que o predicado descrito pode carregar” (CAMARA JR, 1967 *apud* CAMARA JR, 2002, p. 87).

Neves alerta para a necessidade de se observar que existem diferenças de comportamento entre os adjetivos qualificadores e classificadores. Quando estão em função adnominal, “os *adjetivos classificadores* (aí incluídos os *adjetivos* que exercem papel na *estrutura argumental do nome*) aparecem normalmente pospostos” (NEVES, 2000, p. 210, grifos da autora). Contudo, a autora ressalva que podem existir construções obrigatórias/cristalizadas em que o adjetivo sempre vem ocupando a anteposição, “guardando a posição da língua de origem”, como em “*O PÁTRIO poder* [...]” (NEVES, 2000, p. 211, grifos da autora).

Para a autora, o adjetivo qualificador, na função de adjunto adnominal, pode ser anteposto (posição mais frequente em contextos literários, pois apresenta maior efeito de sentido e subjetividade; sua posição é mais marcada) ou posposto (posição menos marcada e mais frequente na linguagem comum).

Entretanto, apesar de o adjetivo denominado de qualificador não ter, no geral, uma posição definida dentro do sintagma nominal, isso não quer dizer que a ordem pode ser absolutamente livre. Sobre essa questão, Neves ainda acrescenta que existem “restrições a determinadas colocações, e, além disso, ocorrem diferenças, em maior ou menor grau, nos resultados semânticos, em decorrência de diferenças da posição dos elementos nos *sintagmas nominais* que contêm adjetivos” (NEVES, 2000, p. 201-202, grifos da autora).

As afirmações de Neves (2000) são endossadas por Mira Mateus *et al.* (1983) e por Callou *et al.* (2002), que estabelecem uma ordem livre, em que o adjetivo pode estar tanto antes como depois do substantivo, não alterando o sentido expressivo do adjetivo, e uma fixa, em que o adjetivo é obrigatoriamente posposto ou obrigatoriamente anteposto ao substantivo. Acrescentam, ainda, uma ordem livre *com* alteração de sentido, ou seja, o sentido do adjetivo é alterado conforme a posição que ocupa, anteposta ou posposta.

Neves destaca também que os substantivos considerados

[...] *abstratos* favorecem mais a anteposição de *adjetivos qualificadores*, exatamente porque a qualificação de *abstratos* é sempre menos objetiva – mais apreciativa e menos descritiva – que a de *concretos* [...]. Menos usuais, e, por isso mesmo, de maior efeito, são as ocorrências de *qualificadores* antepostos a *substantivos concretos* [...]. (NEVES, 2000, p. 205, grifos da autora).

Essa teorização de Neves vai ao encontro do estudo de Sales (2006), que verificou um índice de 57% de uso do adjetivo posposto ao substantivo em casos de núcleos imateriais, e um percentual de 68% de posposição em núcleos materiais.

Quanto à posição do adjetivo no sintagma nominal, Callou e Serra (2003a), em pesquisa sobre a ordem assumida por essa classe gramatical nos últimos quatro séculos, observaram, por meio de análises em anúncios publicados nas cartas de jornais, a variação posicional do adjetivo. Segundo as autoras, a ordem do adjetivo foi alterada, haja vista que nos primeiros séculos a posição mais frequente era a anteposta, a qual, com o passar dos anos, foi dando lugar à posição posposta ao substantivo. Os dados quantitativos de Callou e Serra (2003a, p. 195) comprovam que, no “[...] século XVII, a anteposição apresenta peso relativo maior (.65) e vai decrescendo até atingir, no século XX, peso relativo (.36)”. Vê-se, como essas porcentagens, que o uso anteposto do adjetivo sofreu uma queda significativa em três séculos.

Usando um *corpus* diferente daquele analisado por Callou e Serra (2003a) (textos jornalísticos), Da Silva (2008) verificou essa mudança de posição em textos de cunho literário. O autor estabeleceu que

[...] no *período romântico* há um número razoavelmente grande de ocorrência de *avaliativos antepostos* (40,8%). Essa porcentagem vai gradualmente decrescendo até atingir 15,2% nos períodos *moderno* e *pós-moderno*. Por outro lado, os *avaliativos pospostos* têm um aumento enorme nesse percurso. De 36,5% vão para 70,6%. (DA SILVA, 2008, p. 138, grifos do autor).

Conforme a pesquisa de Da Silva, a mudança de posição tem demonstrado alterações “lingüísticas decorrentes dos movimentos literários”, isto é, reflete “o papel do contexto discursivo” (2008, p. 138).

Considerando todas as considerações feitas até o momento acerca do adjetivo, pode-se dizer que seu uso não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista, uma vez que, conforme apontam os estudiosos citados, a anteposição do adjetivo não é uma regra normativa do português. Contudo, a sua ocorrência é possível, podendo resultar em um sentido diferente quanto aos aspectos semântico e pragmático: ter sentido intelectual e objetivo, quando posposto, ou afetivo e subjetivo, quando anteposto.

Vale ressaltar que não se deve esquecer o papel do contexto nessa atribuição de sentido(s), não apenas o contexto de produção, mas também o textual. Em outras palavras, os usos não devem ser considerados isolados; ao contrário, deve-se levar em conta o todo que forma um texto e as visões de mundo envolvidas no ato comunicativo em que os adjetivos tomam parte.

Para Da Silva, a perda de espaço das anteposições para as posposições pode ser resultado do contexto, tendo em vista que “qualquer variação no emprego do adjetivo está vinculada à sua classe, ao tipo de discurso no qual se insere e ao efeito de sentido pretendido pelo autor” (2008, p. 138). Callou e Serra (2003b, p. 1) verificaram que “há uma motivação

muito mais semântico-discursiva que estritamente sintática para a posição que os adjetivos ocupam no SN” (2003b, p. 1). A mesma interpretação é dada por Sales (2006), que vê uma estreita relação entre o sentido semântico e o gênero textual.

Ainda sobre a anteposição do adjetivo, quando há uma redundância entre o adjetivo e o substantivo, a compreensão do significado é mais fácil, ou seja, pensa-se em redundância como usos já cristalizados e culturalmente partilhados entre os indivíduos. Por exemplo, *brancos cordeiros* remete à inocência, à pureza, já *selvagens cordeiros* parece estranho e fora de contexto, pois a visão que se tem dos cordeiros é de animais dóceis, calmos; nesse sentido, a impressão que se tem é de algo estranho, fora do comum, resultado da “ausência de uma redundância pré-estabelecida na cultura, *é o universo criado pelo texto que vem legitimar as anteposições*” (MAINGUENEAU, 1996, p. 153, grifos do autor), tendo em vista que a “anteposição se torna um importante mecanismo lingüístico-discursivo de intensificação” (CALLOU; SERRA, 2003b, p. 12).

Portanto, se fosse habitual os cordeiros terem atitudes violentas, o uso de *selvagens cordeiros* seria muito natural. Há nessa relação de redundância pré-estabelecida na cultura uma “dialética entre o dado e o novo: todo texto se apoia num espaço semântico pré-existente, mas pode também estabelecer redes inéditas que podem, por sua vez, constituir um dado para textos posteriores” [...] (MAINGUENEAU, 1996, p. 153). É no contexto social e cultural que se podem encontrar os elementos semântico-pragmáticos que embasarão a explicação da unidade lexical utilizada no enunciado.

Nessa discussão, podem-se acrescer os estudos de Callou e Serra (2003b), já citados, sobre o caráter posicional do adjetivo em jornais dos séculos XIX e XX. Apesar de o texto literário apresentar uma composição diferente do texto de informação, ambos refletem e buscam por efeitos de sentidos que contribuem para persuadir e convencer seu leitor.

Também é relevante para a reflexão a respeito dessa questão o estudo apresentado por Maingueneau, que considera que é o espaço do texto que vai dar aval para as anteposições. A citação de Callou e Serra sobre o texto de informação também se aplica, mesmo tratando-se de um *corpora* textual diferente, pois a distribuição de “adjetivos antepostos e pospostos, avaliativos e descritivos dependerá, mais uma vez, de pressões semânticas, pragmáticas, discursivas, etc., e, por que não dizer, da sobrevivência no mundo comercial de hoje, atuando para realizações de uma ou outra variante” (CALLOU; SERRA, 2003b, p. 12). Ou, nas palavras de Da Silva, dependerá da “interação entre *discurso* e *características sintático-semânticas* do adjetivo que predomina sua posição no sintagma” (2008, p. 140, grifos do autor).

Dentre as cinco suposições confirmadas na pesquisa de Callou e Serra (2003b, p. 13), destaca-se, como fecho dessa discussão, a relação entre o texto e os elementos linguísticos, neste caso, o adjetivo. Segundo as autoras,

[...] iv) o fator *tipo de texto* nos permite refletir sobre o motivo pelo qual ocorre mais anteposição de adjetivos em anúncios, nos quais o peso relativo é superior a (.50), do que em editoriais e notícias de jornais, [...], e finalmente, v) há uma estreita relação entre a posição do adjetivo, o seu valor semântico e o tipo de texto em que se insere. (CALLOU; SERRA, 2003b, p. 13, grifos das autoras).

A prática de ensino da linguagem envolvendo o gênero textual vem sendo muito discutida, uma vez que a língua se desenvolve em enunciados, sejam escritos ou orais. A linguagem não pode existir isoladamente, ela forma os discursos e os enunciados a transformam. Para Geraldi (1997, p. 135), faz-se necessário pensar na “produção de textos (orais e escritos) como ponto de partida (e ponto de chegada) de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua”.

Dessa forma, no capítulo a seguir, será verificado se as possibilidades estabelecidas neste capítulo se aplicam e são visíveis nos recortes de expressividade enunciativa analisados,

uma vez que o discurso escrito apresenta itens lexicais que cotidianamente passam por acréscimos de sentidos, sejam semânticos ou pragmáticos, podendo, muitas vezes, apresentar sentidos diferentes para cada leitor ou escritor.

CAPÍTULO IV

O USO LINGUÍSTICO DO ADJETIVO NO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR

4.1 TRÊS MODALIDADES DE ANÁLISE

A multiplicidade e a diversidade de adjetivos que compõem as redações do *corpus* serão abordadas a partir de três modalidades de interpretação baseadas no estudo de Callou *et al.* (2002), que estabelecem a posição livre *sem* alteração de sentido (anteposta ou posposta), a posição obrigatória (anteposta ou posposta – usos cristalizados) e a posição livre *com* alteração de sentido (anteposta ou posposta). Este estudo se aplicará às construções básicas do adjetivo: SUBSTANTIVO+ADJETIVO e ADJETIVO+SUBSTANTIVO, procurando verificar em que modalidade as expressões coletadas se encaixam e qual é a mais recorrente nos textos dos vestibulandos. As análises estarão embasadas, principalmente, nos estudos de Callou e Serra (2003a, 2003b), Maingueneau (1996), Barros (1985), Cunha e Cintra (1999), Sacconi (1999) e Neves (2000). Acrescenta-se que o uso dos termos “Adjetivo” e “Substantivo”, doravante, serão apresentados como (A) e (S), respectivamente.

4.1.1 O Sentido Objetivo e o Sentido Subjetivo do Uso do Adjetivo: a posição é livre, mas *com* alteração de sentido

Quando ocorre uma mudança de sentido em uma posição livre do adjetivo, tem-se o que se denominou de ‘sentido objetivo na posposição’ e de ‘sentido subjetivo na anteposição’.

A posição não é marcada, mas sua ordem decorre da expressividade enunciativa que o escritor quer dar ao gênero textual ou do sentido que tenciona dar ao substantivo empregado. Assim, se pretende mostrar um sentido objetivo ou conservar o valor próprio do adjetivo, o escritor se valerá da posposição; já se recorrer à anteposição, tal escolha poderá acarretar a perda do valor próprio do adjetivo, que passa a adquirir um sentido afetivo e/ou subjetivo. Vejam-se os recortes abaixo, retirados do *corpus*:

- (01) [...] A escravidão, portanto, trata-se de um *antigo problema*. (redação 1.067/2008: linha 11 – (A+S);
 (02) A escravidão no Brasil é um *problema antigo*, vem desde a sua colonização. [...]. (redação 1.067/2008: linha 20 – (S+A);

A posição (A+S), na expressão *antigo problema* (01), diz respeito a um problema *de longa data, há muito tempo ocorrido*; também dá a ideia de ser um problema determinado, que, quando mencionado, conduz a um contexto específico; já o recorte (02) apresenta a ordem inversa (S+A) e tem sua expressividade enunciativa significando um problema *velho*, mas sem delimitação, podendo referir-se a qualquer problema já ocorrido. Observa-se que o léxico *antigo* ficaria mais expressivo se estivesse junto a um substantivo material, como nos exemplos: “olha o *carro antigo*” (velho), “olha um *antigo carro*” (de longa data, relíquia), ou, ainda, “olha o *antigo carro* do seu João” (anterior).

Análise semelhante recebem os recortes a seguir:

- (03) [...] Persiste não mais com suas *antigas características*, pois a ideologia que a sustentava foi suplantada. [...]. (redação 1.067/2008: linhas 12-13 – (A+S);
 (04) [...] sustentando *antigas práticas* que não condizem com o chamado ‘mundo moderno’. (redação 1.324/2008: linhas 03-04 – (A+S);

Nos fragmentos (03) e (04), podem-se considerar as mesmas suposições apresentadas para os recortes (01) e (02), e, ainda, acrescentar o sentido de *ultrapassadas* ao léxico *antigas*

para a posição (A+S). Também se poderia acrescentar para os recortes (01), (03) e (04), que apresentam o adjetivo *antigo/a*, o sentido de *velho*, caso fossem invertidas as posições de (S+A) para (A+S), promovendo, a partir dessa manobra, uma intensificação do adjetivo anteposto.

Busca-se nos estudos de Muller, Negrão e Nunes-Pemberton (2009) outros exemplos do uso do adjetivo *antigo*. Nos recortes por eles analisados, encontram-se os seguintes casos: (Ia) “inclusive o *antigo procurador* parece que não era...”; (Ib) “já que evidentemente se tratava de um *edifício antigo ... construído...*”. Para os autores, em (Ia), “*antigo* não significa necessariamente *velho*, mas sim algo/alguém que ‘não é mais...’”, enquanto que, em (Ib), “*antigo* significa *velho*” (MULLER, NEGRÃO; NUNES-PEMBERTON, 2009, p. 16, grifos dos autores).

Neves (2000) faz também uma análise sobre o adjetivo *antigo*. De acordo com a autora, os adjetivos *antigo* e *novo* ocorrem somente após o nome quando: indicam idade, como em: (IIa) “[...] não existe mais nada do conceito *antigo* nos textos de hoje”; (IIb) “[...] viajando pela estrada *nova*, cujo asfalto foi colocado na véspera [...]”; em indicações técnico-científicas e/ou denotativas em absoluto: (IIc) “[...] seu irmão mais *velho* [...]”. Os adjetivos “indicadores de idade tornam-se *qualificadores* se, à noção de quantidade de tempo transcorrido, se somar uma avaliação sobre a idade” (NEVES, 2000, p. 198, grifos da autora), como ocorre nesses dois exemplos: (IId) “Eu não acredito que exista algum livro *antigo* num raio de pelo menos três quilômetros” e (IIe) “Querida ter algum indício *novo* sobre Lutércio”. Quando se trata de substituição no tempo, sempre aparecerá anteposto: do presente para o passado: (IIIf) “O dono do cinema, que o comprou do *velho* dono [...]”; (IIg) “O *antigo* presidente [...]”; e do passado para o presente: (IIh) “[...] conforme o acordo com o *novo* proprietário.”; (IIi) “José Romualdo Bahia é o *novo* presidente da Associação [...]” (p. 198, grifos da autora).

Já na expressão enunciativa abaixo, as observações semânticas apresentam uma mudança de expressividade quanto à posposição:

(05) [...] desde *Roma Antiga* ela ainda está presente [...]. (redação 7.576/2008: linhas 02-03) – (SP+A);

A expressão *Roma Antiga* é correspondente às expressões: *Idade Média*, *Período Colonial*, *Grécia Antiga*, *Brasil Colonial*, dentre tantas outras. As expressões destacadas dizem respeito a períodos específicos da História de cada país, representando um marco histórico. Em alguns casos, pode-se antepor o adjetivo e verificar uma expressividade enunciativa diferente, como ocorre com o recorte (05); em outros, a posposição tem caráter obrigatório, como em *Idade Média*.

(06) Paradoxalmente, porém, a escravidão é um *novo problema* em solo brasileiro. [...]. (redação 1.067/2008: linha 12 – (A+S);

(07) [...] Ela também é um *problema novo*, pois adaptou-se ao capitalismo [...]. (redação 1.067/2008: linhas 20-21 – (S+A);

A expressão *novo problema* (06), na posição (A+S), remete a um sentido expressivo que se refere ao vocábulo *outro*: a escravidão consiste em *outro* problema dentre os demais problemas que existem no Brasil. Já na posição (S+A), observada no recorte (07), pode apresentar uma expressividade enunciativa diferente, pois *novo* se referiria a um problema *recente*.

A mesma possibilidade de interpretação se aplica aos enunciados abaixo:

(08) [...] Agora ela se apresenta em *novas formas* [...]. (redação 1.067/2008: linha 14 – (A+S);

(09) [...] Eis algumas, a título de exemplos, *formas novas* de escravidão [...]. (redação 1.067/2008: linha 17 – (S+A);

(10) [...] não será suficiente para acabar com a *nova escravidão*. [...]. (redação 1.067/2008: linha 23 – (A+S);

- (11) [...] procurar uma *nova colocação*. (redação 8.781/2008: linhas 14-15) – (A+S);
 (12) Não aderiram a *nova lei* de imediato, [...]. (redação 9.062/2008: linha 03) – (A+S);
 (13) [...] agora modernizado e com um *novo nome*: Trabalho escravo contemporâneo. (redação 9.062/2008: linha 05-06) – (A+S).

O posicionamento anteposto dos adjetivos *novas/nova/novo* remete a um *outro* elemento, acrescido aos já existentes. *Novas formas* = *outras forma*; *nova escravidão* = *outra escravidão*; *nova lei* = *outra lei* e *novo nome* = *outro nome*. Interpretação diversa recebem as expressões em que o adjetivo aparece após os substantivos: *formas novas* = *formas recentes*; *escravidão nova* = *escravidão recente*; *lei nova* = *lei recente* e *nome novo* = *nome recente*. Os casos pospostos são relativos a algo que foi criado recentemente. Estudos realizados por Neves (2000) sobre o adjetivo *novo* foram apresentados anteriormente em contexto com a análise do léxico *antigo* – recortes (01) a (05).

- (14) [...] Olhando o *cenário atual*, percebemos que imitar o gesto da Princesa Isabel não será suficiente [...]. (redação 1.067/2008: linhas 22-23 – (S+A);
 (15) [...] Não há mais lugar no *mundo atual* [...]. (redação 4.202/2008: linha 06) – (S+A);
 (16) [...] pela perpetuação da escravidão no Brasil neste *formato atual*. [...]. (redação 4.202/2008: linha 24) – (S+A);
 (17) No entanto, a cultura imoral da dominação continua movendo a *economia atual*. [...]. (redação 6.320/2008: linhas 08-09) – (S+A);
 (18) Portanto, a escravidão moderna no *Brasil atual* é resultado de uma política social injusta e degradante, [...]. (redação 8.781/2008: linhas 25-26) – (S+A);
 (19) O trabalho escravo persiste na *sociedade atual* mesmo após a abolição através da Lei Áurea. [...]. (redação 9.009/2008: linha 01) – (S+A).

A expressão (14) *cenário atual* (S+A) se refere a um contexto que faz parte *da época* em que se está falando, está situando o cenário em um determinado momento do tempo; já na posição inversa (A+S), há um sentido expressivo que conduz a uma interpretação de valor, ou seja, *atual* com sentido de *real*, *verdadeiro*. Essa suposição se aplica aos seis recortes destacados, tanto para a anteposição como para a posposição. Observa-se que em nenhum dos

seis recortes ocorreu o adjetivo em posição anteposta, o que indica que essa é a posição mais frequente desse léxico.

(20) Nem a democracia nem o capitalismo cumpriram suas promessas de construir um *mundo justo* [...]. (redação 1.067/2008: linhas 01-02) – (S+A).

Nessa posição (S+A), a expressão *mundo justo* gera uma expressividade enunciativa que diz respeito a um mundo *correto*; a inversão para (A+S), nesse enunciado, e dentro desse contexto, apenas enfatizaria o adjetivo. Porém, caso esse adjetivo estivesse caracterizando o substantivo *corsário* – por exemplo, em “o corsário *justo*” –, nessa posição (S+A), ter-se-ia o sentido de *apertado, colado* ao corpo; mas na posição (A+S), *justo* poderia se referir a *adequado*.

(21) [...] pois lá o *problema maior* se refere aos imigrantes [...]. (redação 1.324/2008: linhas 19-20 – (S+A).

A expressão *problema maior*, formada pela estrutura (S+A), dá ao léxico *maior* um sentido expressivo relativo a *tamanho*, que apresenta uma *preocupação maior*, dentre os problemas existentes, os imigrantes são caracterizados pela expressão um *problema maior*. Já na posição (A+S), verifica-se que o adjetivo anteposto apresenta um sentido expressivo que envolve graus de *importância, grandeza*.

(22) [...] ou por *simples busca* de suprir suas necessidades básicas, [...]. (redação 1.911/2008: linha 06 – (A+S).

Com a anteposição do adjetivo *simples*, nessa expressão, tem-se um sentido expressivo, podendo o item lexical ser substituído pelo adjetivo *mero*, enquanto que na posposição observa-se uma expressividade enunciativa relativa a algo *singelo, básico, não complexo*.

Os recortes analisados abaixo foram divididos de acordo com as propostas de análise estabelecidas para cada grupo:

- (23) [...] com *grande parcela* da população mundial ainda submetida a tais práticas. (redação 1.324/2008: linhas 15-16 – (A+S);
 (24) [...] Essa *grande parcela* da sociedade desempregada, [...]. (redação 9.000/2008: linha 10) – (A+S);
 (25) [...] o Brasil possui em *grande parte* de seu território [...]. (redação 2.046/2008: linha 07 – (A+S).

Esses três recortes – (23), (24) e (25) –, ao apresentarem o adjetivo *grandes* anteposto ao substantivo, referendam sentidos subjetivos e que dizem respeito a uma *parte* de um todo, uma parte da população mundial, uma parte da sociedade desempregada e uma parte (porção) do território. Já na posição inversa (S+A), *grandes* estaria relacionada a tamanhos, referente a *numerosa*, nos recortes (23) e (24), e relativo à *extensão* territorial, no recorte (25).

- (26) [...] é necessário muito mais do que uma *grande operação* de libertação, [...]. (redação 1.911/2008: linhas 17-18 – (A+S);
 (27) [...] para punir exemplarmente altas autoridades e detentores de *grandes riquezas*, [...]. (redação 4.994/2008: linhas 23-24) – (A+S).

Nesses dois recortes, (26) e (27), o adjetivo *grande(s)* pode apresentar sentido expressivo de *surpreendente(s)*, *extraordinária(s)*; porém, a formação inversa (S+A) não se encaixa no contexto em que as duas expressões estão inseridas, ou seja, poderia se pensar na expressão enunciativa *operação grande* (médica) ou (policial), mas o enunciado quer chamar a atenção para o fato de que uma operação de libertação (*enorme e/ou forte*) não será suficiente, e outra atitude precisará ser tomada para resolver o problema. Já, *riquezas grandes*, na formação (S+A), não é usual, parece estranha, pois, na formação de um enunciado, é mais constante (A+S).

(28) Além disso, é de *grande valia* ressaltar o papel dos ‘senhores de engenho’ contemporâneos, [...]. (redação 2.046/2008: linhas 13-14 – (A+S).

A análise do recorte (27) pode ser estendida ao recorte (28). Neste, a formação (A+S) é tão obrigatória quanto aquela observada nas expressões *mero aluno* (A+S) e *formas propícias* (S+A). Sendo assim, no enunciado (28), o substantivo parece ser mais expressivo que o próprio adjetivo ao se pensar em *valia* como *importância*, e em *grande* com sentido de *tamanho*: de *tamanho importância*.

(29) [...] nas *grandes cidades*, como nas *fabriquetas* de vestuário [...]. (redação 4.202/2008: linha 14) – (A+S);

(30) [...] Em meados de 2007 assistimos a repercussão de uma operação realizada numa *grande fazenda* [...]. (redação 4.994/2008: linhas 11-12) – (A+S);

(31) [...] Como as *grandes fazendas* são isoladas o trabalhador não consegue fazer uso de sua voz, [...]. (redação 9.009/2008: linhas 10-11) – (A+S);

(32) [...] e substituídas por barracos em *grandes favelas*. [...]. (redação 9.062/2008: linhas 09-10) – (A+S);

(33) [...] a falta de alternativas para um *grande contingente* de desempregados desqualificados. [...]. (redação 4.994/2008: linhas 06-07) – (A+S).

Já nos recortes (29), (30) e (31), o léxico *grande(s)*, estando anteposto, tem valor de *notável, poderoso(a), riqueza, influência*, enquanto nos recortes (32) e (33), *grandes* está mais relacionado a *numerosas*. A inversão em quatro casos, exceto em (33), aponta para o sentido de *extensão territorial*. Entretanto, no enunciado (32), tanto o uso anteposto (A+S) quanto o posposto (S+A) resulta no mesmo sentido: *numeroso*. Ainda nesse recorte, o adjetivo *grande* anteposto é usado como um mecanismo de intensificação, uma maneira de chamar a atenção ao vocábulo e de dar realce à expressão enunciativa.

(34) [...] E os donos delas eram *grandes latifundiários*. [...]. (redação 3.349/2008: linha 19 – (A+S);

(35) Lá os *grandes proprietários* de terra chantageiam os trabalhadores [...]. (redação 9.009/2008: linha 09) – (A+S).

Esses dois recortes, (34) e (35), tendo o adjetivo *grandes* anteposto, apresentam nessa formação a mesma expressividade enunciativa destacadas nos recortes (29), (30) e (31), relativa a *influentes, poderosos, ricos*. No entanto, a inversão da ordem para (S+A), no primeiro caso (34), com sentido de *extensão territorial*, não se aplica, visto que *latifundiários* está se referindo a sujeitos e não a latifúndio. Apesar de *latifundiário*, nesse contexto, estar se referindo aos donos de latifúndios, também não se pode aplicar o sentido semântico de altura, visto que esse sentido não se encaixa no contexto em que a expressão está inserida. A mesma discussão se aplica ao léxico *proprietários* (35).

Verificou-se que os recortes (29), (30), (31) e (32) se referem a substantivos relativos a espaços, enquanto os recortes (33), (34) e (35) dizem respeito a pessoas. Sendo assim, nos três últimos recortes, não se aplica o sentido expressivo condizente a *tamanho*.

Já nos enunciados “Tenho um *amigo grande*” e “Tenho um *grande amigo*”, existe uma diferença expressiva de sentido, pois há a possibilidade de se relacionar *grande* com *tamanho/altura* em “Tenho um *amigo grande*”, enquanto em “Tenho um *grande amigo*” o léxico *grande* tem valor de *importante, excelente, especial, um amigo para todas as horas*. Como se pode verificar, a anteposição nesse exemplo apresentou uma expressividade enunciativa diferente da observada nos recortes (23) a (35).

Destaca-se que todos os recortes analisados que utilizaram o léxico *grande(s)* tinham o adjetivo na posição anteposta. Pressupõe-se que, com essa posição, os escritores buscaram uma forma de expressividade enunciativa subjetiva para os adjetivos utilizados nos enunciados.

Neves (2000) estabeleceu quatro critérios de análise para o adjetivo *grandes*, que podem ser verificados a seguir:

- (a) Com *nome concreto* não-humano = “de grande porte”, “volumoso”.
Posposto (descritivo): *Enrolei o lenço GRANDE na mão esquerda, punhal*

firme na direita. (AM); O gado pinzgauer possui caixa torácica GRANDE. (AGF). Anteposto (apreciativo):[...] na parede uma GRANDE borboleta negra. (DZ). Atrás do GRANDE portão de barras verticais [...] (ACM). # Atitude valorativa ligada à anteposição do adjetivo fica evidente em ocorrências como: Que o otimismo é uma GRANDE coisa não resta a menor dúvida, (AL); (grande coisa = “coisa de grande importância”) A GRANDE vantagem que o analfabeto [...] (CV), (grande vantagem = “vantagem de grande importância). (b) Com nome humano, Posposto (descritivo) = “de grande porte”: [...] a já denominada Zélia, menina GRANDE e gorda. (ANA). Anteposto (apreciativo) = “importante”, “de muito valor”: É um GRANDE administrador [...] (AC). (c) Com nome abstrato = “de grandes proporções”, “profundo”. Posposto (descritivo): O clima parece ter influência GRANDE pelas suas conseqüências na determinação da luz, [...] . (AE). Anteposto (apreciativo): [...] a pessoa de tão GRANDE beleza e distinção. (A). (d) Com nome coletivo (anteposto ou posposto) = “de muitos elementos”: [...] a colaboração de uma GRANDE equipe [...] (CRU), Os vermes não constituem um só GRANDE grupo biológico. (GAN), Depois, um grupo GRANDE, forte [...] (AF). (NEVES, 2000, p. 209-210, grifos da autora).

No enunciado (36), tem-se o adjetivo *caros* anteposto:

(36) [...] Nós, *caros* leitores; [...]. (redação 1.911/2008: linha 25 – (A+S).

Nessa formação (A+S), *caros* diz respeito a *queridos, amados* leitores; na posição inversa (S+A), teria um outro sentido, mais objetivo se envolvesse um nome não humano, visto que *leitores caros* seria relativo a leitores dispendiosos, de custo elevado. Neves (2000) estabelece as seguintes pressuposições sobre o adjetivo *caros*:

(a) Com *nome concreto* não-humano (sempre *posposto*) = “de alto custo (para aquisição ou para uso)”. Posposto (descritivo): *Com dinheiro curto e o combustível CARO [...]. (ESP), Estou hospedado num hotel CARO. (CRE).*
 (b) Com *nome humano* = “querido”. Posposto (descritivo): *Um amigo CARO é sempre prestigiado (ANA); Anteposto (apreciativo): Obrigado, meu CARO Mateus! (PEL), Venha você, meu CARO ouvinte [...]. (RO).*
 (c) Com *nome abstrato* = “dispendioso”. Posposto (descritivo): *Bezerra tinha um hobby CARO e luxuoso [...]. (FA); Anteposto (apreciativo): [...] a realização de um CARO sistema de transporte. (JL-O).*
 (d) Com *nome de qualquer subclasse e com complemento da forma a+nome humano* (sempre *posposto*): *Esse fora sempre um dos projetos mais CAROS a Chico Vacariano [...]. (INC).* (NEVES, 2000, p. 208-209 – grifos da autora).

Verifica-se que há uma diferença na interpretação da formação (S+A) se comparada a análise feita do enunciado (36) com a discussão de Neves (2000). Ou seja, para a autora, o adjetivo *caro* posposto tem valor relativo a *querido* (item b); já na interpretação do recorte (36), tem-se essa possibilidade para a formação (A+S). Essa divergência de pontos de vista pode ser oriunda do processo de desenvolvimento da língua, principalmente no âmbito cultural, uma vez que a língua evolui e, com ela, a sociedade.

Os recortes a seguir dizem respeito ao léxico *bom/boa*:

- (37) [...] a história desse país já vem sendo escrita a um *bom tempo*. [...].
(redação 3.349/2008: linha 02 – (A+S);
(38) [...] se torna impossível proporcionar uma *boa qualidade* de vida [...].
(redação 9.062/2008: linha 16) – (A+S).

No recorte (37), a formação (A+S) tem a anteposição do adjetivo revelando uma expressividade enunciativa diferente da posição (S+A), que tem o adjetivo posposto. Observa-se que, da forma como se encontra no enunciado acima, *bom* diz respeito a um *longo tempo*, mas, ao se considerar a inversão dos elementos, tem-se outro sentido expressivo: *tempo bom* estaria se referindo ao *clima*. Na linguagem jornalística, mais especificamente no quadro que apresenta o tempo, *clima bom* é um tempo ensolarado, sem chuva. Mas essa possibilidade de interpretação para (S+A) não se aplica ao enunciado em que está presente a expressão sob análise. Em (38), o adjetivo *boa* é relativo a *excelente, ótima*.

O léxico *bom* consiste em um item lexical que possui diferentes significados semânticos. Essa diversidade expressiva pode ser verificada abaixo:

Bom [Do lat. *bonu*.] Adjetivo 1. Que tem todas as qualidades adequadas à sua natureza ou função: *bom* carro; *boa* vaca. 2. Benévolo, bondoso, benigno: *Tem bom coração*. 3. Misericordioso, caritativo. 4. Rigoroso no cumprimento de suas obrigações: *bom* pai de família. 5. Que alcançou alto grau de proficiência; eficiente, competente, hábil: *bom* médico; *bom* pintor. 6. Digno de crédito; seguro, garantido: *bom* investimento. 7. Que funciona bem (órgão ou aparelho). 8. Próprio, adequado: *água boa para beber*. 9. Favorável,

lucrativo, proveitoso: *bom negócio*. 10.Perfeito, completo: *Fez um bom negócio*. 11.Grande, amplo. 12.Agradável, aprazível: *Passamos um bom fim de semana*. 13.Afável, cortês: *Tem bom gênio*. 14.Gostoso, saboroso: *Comeu-se uma boa peixada*. 15.Válido, legal: *O cheque não é falso: é bom*. 16.Bras. Pop. Muito disposto; corajoso, valente, bravo: *cabra bom*. 17.Tem, por vezes, um sentido intensivo, reforçando a idéia contida no substantivo ou na expressão que antecede: *Fiquei um bom quarto de hora à sua espera; [...]*. (FERREIRA, 2004, p. 313, grifos do autor).

Como se pode observar na definição do léxico *bom*, apresentado pelo dicionário, há um predomínio da anteposição, sendo posposto apenas nos casos descritos em “8” e “16”. Observem-se esses enunciados: “Uma *boa mulher*” (generosa, bondosa) e “Uma *mulher boa*” (gostosa). No primeiro caso, o adjetivo está anteposto, como no ponto “2” estabelecido no dicionário, mas, no segundo caso, o adjetivo está posposto; porém, a expressividade enunciativa que ressalta aparece na definição proposta pelo dicionário na formação (S+A), ponto “14”. Uma justificativa para a ocorrência desse sentido é a construção cultural socialmente desenvolvida, que avalia com certa frequência uma mulher *boa* como *gostosa* (S+A), avaliação esta feita, especialmente, pelos homens.

Pode-se verificar em Neves (2000) uma discussão também a respeito do vocábulo *bom*:

(a) Com *nome humano* = “de boas qualidades”, “bondoso”. Posposto (descritivo): *O senhor é um homem BOM, neste mundo de maldade*. (IN); Anteposto (apreciativo): *Você é um BOM RAPAZ, mas agora me criou um problema*. (CNT). (b) Com *nome animado* = “de bom desempenho”, “eficiente”. Posposto (descritivo): *Lá havia um rapaz BOM nisso*. (VEJ) [...]. Anteposto (apreciativo): *BOM aluno, o menino ou o rapaz educado sabe manter-se tranqüilo*. (AE) [...]. (c) Com *nome concreto* = “de boa qualidade”. Posposto (descritivo): *Não precisa pegar na enxada, tem sempre manteiga para a macaxeira e o cará, mora numa casa BOA*. (FO). Anteposto (apreciativo): *[...] reservar um BOM cômodo para pessoa ilustre [...]*. (AM). (d) Com *nome abstrato* = “adequado”, “apreciado”. Posposto (descritivo): *Para que um instrutor possa realizar um trabalho BOM [...]*. (PFI) [...]. Anteposto (apreciativo): *A perspectiva é de BOM desempenho*. (AGF) [...]. (e) Com *quantificável (sempre anteposto)* = “em quantidade significativa”. *[...] uma boa dose de BOM senso*. (AGF) [...]. (NEVES, 2000, p. 207-208, grifos da autora).

Observou-se que os enunciados “Uma *boa mulher*” e “Uma *mulher boa*” e suas respectivas interpretações são compatíveis com os dados propostos por Ferreira (2004) no que tange à anteposição do adjetivo *bom/boa* significando uma pessoa *generosa, bondosa*. Contudo, da mesma opinião não partilha Neves (2000), pois, para a autora, essa expressividade de *bondoso, generoso* se encontra na formação (S+A). Novamente, pode-se dizer que, nesse caso, há uma alternância ou modificação do uso da ordem do adjetivo. Conforme mostram Callou e Serra (2003a, 2003b), houve mudanças relativas à posição do adjetivo; casos que anteriormente se encontravam antepostos, foram substituídos pela posposição, e vice-versa. Apesar de a ordem ter sido invertida, nem sempre o sentido foi alterado.

A seguir, são desenvolvidas discussões sobre o adjetivo *pequeno*:

- (39) Tentar-se-á, nesta *pequena exposição*, mostrar a relação direta entre a Propriedade Privada [...]. (redação 3.983/2008: linhas 01-02 – (A+S);
 (40) Na região Sudeste o trabalho escravo também está presente mas é exercido nas *pequenas fábricas*. [...]. (redação 9.009/2008: linha 13-14) – (A+S);
 (41) [...] a propriedade privada da terra foi a primeira forma de divisão entre *pequenos grupos* (famílias, tribos, etc). [...]. (redação 3.983/2008: linhas 05-06 – (A+S).

No recorte (39), o adjetivo *pequena* está se referindo a *singela, modesta*, enquanto em *pequenas fábricas* (A+S), o adjetivo diz respeito a *fábricas* que detêm *poucos recursos*, sejam *financeiros* ou *tecnológicos*, que não são tão *desenvolvidas*. Já em *pequenos grupos*, o adjetivo corresponde a *números, quantidade* de pessoas que formam os grupos. A posposição do adjetivo no recorte (41) não alteraria completamente o sentido, pois a anteposição, no contexto em que está inserida, teria o mesmo sentido observado na posposição *grupos pequenos*. Contudo, a formação (A+S), nesse enunciado, é considerada mais obrigatória do que uma posição livre sem alteração de sentido. Mas, no caso dos recortes (39) e (40), a

inversão de (A+S) para (S+A) resultaria na interpretação do adjetivo como condizente a *tamanho, extensão*.

(42) [...] Ela deu origem ao Estado o qual estava imbuído de mediar os conflitos entre os *diferentes proprietários* e não-proprietários. [...]. (redação 3.983/2008: linhas 06-08 – (A+S).

O adjetivo *diferentes*, anteposto ao substantivo *proprietários*, tem significado expressivo mais subjetivo, está relacionado a *vários*: “os *vários proprietários*”. Em posição posposta, *diferentes* vai apresentar outro sentido, mais objetivo, aproximando-se de *divergentes, não iguais, não semelhantes*.

Ainda com relação a esse vocábulo, Muller, Negrão e Nunes-Pemberton (2009, p. 16) acrescentam que *diferente* anteposto tem “efeito de quantificação equivalente a *outro*”: (IIIa) “eu posso representar, graficamente, o resultado dessa turma em *diferentes disciplinas*”, ou enquanto *diferente* relativo a “*de um outro tipo*”: (IIIb) “você poderiam descrever um *prato diferente*” (grifos dos autores).

A discussão do léxico *diferente* tem relação com a reflexão feita a partir do item *diversos/as*. Sendo assim, verificam-se pontos de análise semelhantes entre o recorte (42) e os recortes abaixo:

(43) [...] Pelo contrário, está presente em *diversos países*, inclusive do primeiro mundo. [...]. (redação 4.398/2008: linhas 21-22) – (A+S);

(44) Porém, hoje, temos *diversos meios* de comunicação [...]. (redação 5.252/2008: linha 18) – (A+S);

(45) [...] em *diversas regiões* do nosso país. (redação 5.252/2008: linha 03) – (A+S);

(46) [...] Negros e mulatos compunham a maioria dessa população que prestava trabalhos forçados em *diversos setores* da economia nacional [...]. (redação 8.781/2008: linhas 03-04) – (S+A e A+S).

Nos recortes (43), (44), (45) e (46), o adjetivo *diversos/as* anteposto está relacionado a *vários/as*, como em: *vários países* (uma parte de todos os países). Caso a ordem fosse invertida, o adjetivo seria relativo a *diferentes*, como estabelecido na análise do recorte (42).

Observando o adjetivo *diversa*, Da Silva (2008) analisa o enunciado “*Tanto a manifestação do sistema linguístico como forma e sua realização como uso têm significado, mas esse significado é de natureza diversa em cada caso*” (p. 137, grifos do autor). Nesse recorte, *diversa* “significa *diferente, distinto*. Anteposto, expressaria multiplicidade [...]” (DA SILVA, 2008, p. 137, grifos do autor). Essa discussão vem ao encontro das interpretações dadas os recortes (43) a (46).

(47) Historicamente, uma *classe dominante* sempre subjugou os mais fracos [...]. (redação 4.094/2008: linha 01 – (S+A).

Nesse recorte, o adjetivo *dominante*, na posição (S+A), significa *aquela que domina*, que é *poderosa, influente*. Anteposto ao nome, poderia apresentar um sentido um pouco diferente, relativo à predominância, ou seja, uma classe que *predomina* sobre as outras, que é mais *difundida*. Porém, não é comum e usual verificar esse tipo de formação (A+S) para a expressão destacada; frequentemente, utiliza-se a posição contrária (S+A), como foi posta no recorte.

(48) [...] com o que está acontecendo com esses *pobres escravizados* por esse país, [...]. (redação 4.094/2008: linhas 21-22 – (A+S);

(49) [...] que faz com que *trabalhadores pobres* se sujeitem às condições impostas [...]. (redação 4.398/2008: linhas 25-26) – (S+A);

(50) [...] essa escravidão torna-se mais evidente em *países pobres*, [...]. (redação 9.000/2008: linha 07) – (S+A).

O adjetivo *pobres* possui diferentes interpretações semânticas: pode estar relacionado a *infelicidade (infeliz)*; a *pobreza, miseráveis, sem recursos financeiros*, ou ser relativo a *pouca produtividade*. No primeiro recorte (48), a anteposição do adjetivo *pobres* resulta em

sua interpretação como significando *infelizes*, enquanto nos outros dois recortes – (49) e (50) – *pobres* diz respeito a *pobreza, sem recursos sustentáveis*. O sentido de pouca produtividade não se aplica a esses enunciados, está mais relacionado à produção, como em *terra pobre*.

Neves (2000), em seus estudos, também mostra algumas análises relativas ao léxico *pobres*:

(a) Com *nome humano*. Posposto = “sem recursos”, “sem dinheiro” (descritivo): *Eu sou um **homem POBRE***. (DEL); Anteposto = “desgraçado”, “infeliz” (apreciativo): *O **POBRE** homem sofria*. (BH). (b) Com *nome de animal* (sempre *anteposto*) = “desgraçado”, “infeliz” (apreciativo): *Um dia peguei um dos meus escravos maltratando uma **POBRE** mula*. (TV). (c) Com *nome concreto* = “modesto”, “de baixo custo”. Posposto (descritivo): *O pano se ergue e mostra cenário de um **quintal POBRE***. (NOF); Anteposto (apreciativo): *Encarou uma imagem que, da sua **POBRE** mesa-de-cabeceira, o fixava sempre*. (ROM). (d) Com *nome abstrato*. Posposto = “despojado”, “sem recursos”: *Repete-se como realejo de Nicola, a **linguagem POBRE** [...]*. (MAR); Anteposto = “sem valor, “humilde” (apreciativo): [...] *Reflexionava sem segurança mas desejoso de ficar com a minha **POBRE** moral*. (AV) (NEVES, 2000, p. 206, grifos da autora).

O recorte (50) não se refere a pessoa (+humano), mas apresenta a mesma possibilidade de interpretação proposta por Neves (2000) no item (a).

No recorte abaixo, se tem o uso do adjetivo *importante*:

(51) [...] Representou *papel importante* no desenvolvimento não só do Brasil, [...]. (redação 4.202/2008: linhas 02-03) – (S+A).

A posição (S+A), que envolve o adjetivo *importante*, nesse enunciado, se refere a *fundamental*: representou *papel fundamental/essencial*; porém, antepondo o adjetivo, verifica-se outro sentido expressivo relativo a *destaque*. Talvez a anteposição fique mais clara com a expressão: “o ator representou um *importante papel* na peça”: um papel *de destaque*.

(52) [...] pela falta de segurança e *jornada longa* [...]. (redação 4.202/2008: linha 19) – (S+A);

- (53) [...] Dívidas ao empregador, *longas jornadas* de trabalho [...]. (redação 6.320/2008: linhas 14-15) – (A+S);
 (54) [...] condições de trabalho degradantes, *longas jornadas* de trabalho, [...]. (redação 7.576/2008: linha 21) – (A+S);
 (55) [...] Ainda se têm as *longas jornadas* de trabalho [...]. (redação 9.062/2008: linhas 08-09) – (A+S);
 (56) Os trabalhadores são explorados se submetendo a *longas jornadas* de trabalho, [...]. (redação 9.062/2008: linhas 13-14) – (A+S).

Nas dezenove redações que constituem o *corpus*, foram encontrados cinco usos envolvendo os itens lexicais *jornada(s)* e *longa(s)*, dos quais apenas um apresenta a formação (S+A): o recorte (52). Os demais fragmentos apresentaram a posição (A+S), demonstrando um predomínio da anteposição na expressão em tela.

O adjetivo *longa*, quando posposto, refere-se a algo *demorado*; já nos casos de anteposição, diz respeito a *extensão*, jornadas *extensas*, que remontam a muito tempo, de longa data. Quanto à anteposição, a análise feita se estende à expressão abaixo:

- (57) [...] registram seus nomes nas *longas páginas* da História do Brasil. [...]. (redação 8.740/2008: linhas 03-04) – (A+S).

Nesse recorte (57), tem-se a mudança do substantivo *jornadas* para *páginas*. Na formação (A+S), o adjetivo *longas páginas* apresenta o mesmo sentido observado em *longas jornadas*, relativo a *extensas*. Em (S+A), *páginas longas* não se refere apenas a páginas demoradas, mas pode estar relacionada também a páginas de tamanho maior que o padrão – como, por exemplo, de tamanho 19cmX21cm –, ou, ainda, a laudas que apresentam um texto extenso.

- (58) [...] Esta escravidão hidierna (hodierna de hoje) tem *contornos específicos* [...]. (redação 4.218/2008: linhas 16-17 – (S+A) – (entre parênteses explicação nossa).

O recorte acima (58) apresenta a formação (S+A), estando o adjetivo *específicos* anteposto e apresentando o sentido de *delimitados, demarcados*, já estabelecidos como tais, podendo apresentar, ainda, na anteposição, a interpretação semântica de *determinados*.

(59) [...] o *alto índice* de desemprego verificado em nossa sociedade [...]. (redação 5.252/2008: linha 06) – (A+S);

(60) [...] para punir exemplarmente *altas autoridades* [...]. (redação 4.994/2008: linha 23) – (A+S);

(61) [...] Sob rótulos de *altos cargos*, excessos de posição e benefícios para a família todo [...]. (redação 6.320/2008: linhas 20-21) – (A+S);

(62) [...] o “homem informado” segue paradoxalmente a *altos padrões* de vida confortável e ‘satisfeita’. [...]. (redação 5.252/2008: linha 06) – (A+S).

O léxico *alto*, posposto, frequentemente refere-se a *comprimento, extensão*, tem nessa posição um sentido objetivo. Nos recortes acima, anteposto, o item lexical *altos* está relacionado a *elevados*. A anteposição envolve um número maior de sentidos e, dependendo do substantivo que o adjetivo *alto* estiver caracterizando, pode apresentar expressividade enunciativa diferente, como se pode verificar na definição de *alto* apresentada pelo Dicionário Aurélio:

Alto2 [Do lat. *altu*.] Adjetivo 1. De grande extensão vertical; elevado: *prédio alto*. 2. Levantado, erguido; ereto: *seios altos*. 3. Elevado, grande, intenso: *foros de alta temperatura*. 4. Que soa forte: “Todos falavam em voz *alta*, de mesa para mesa” (Domingos Monteiro, *Histórias das Horas Vagas*, p. 117). 5. Ilustre, superior, preclaro: *o alto imperador*. 6. Excelente, insigne, nobre: *homem de altas qualidades de espírito*. 7. Elevado, eminente, categorizado: *alto cargo*. 8. Grande, importante, relevante: *os altos negócios do Estado*. 9. De muita importância; grave, sério: *alta traição*. 10. Difícil, superior, transcendente: *alta matemática*. 11. Magnífico, elevado, sublime: “Deste Deus homem, *alto*, e infinito, / Os Livros que tu pedes, não trazia.” (Luís de Camões, *Os Lusíadas*, I, 66); “Tinha um filho e Deus levou-lho. *Altos* juízos seus!” (Rebello da Silva, *Contos e Lendas*, p. 185); *oração em alto estilo*. 12. De grande alcance; penetrante, agudo: *alta inteligência*. 13. Altivo, brioso. 14. Que revela arrojo, destemor; arrojado: *altas façanhas*. 15. Completo, total, absoluto: *Um grito lancinante cortou o alto silêncio da noite*. 16. Que não é módico; elevado: *preço alto*. 17. Muito fundo; profundo: “Ver as nuvens do mar com largo cano / Sorver as *altas* águas do Oceano.” (Luís de Camões, *Os Lusíadas*, V, 18.) 18. Afastado no tempo; remoto: *a alta Antiguidade*. 19. Adiantado no seu curso: “Se acordo agora, noite *alta*, sem poder dormir, é para ver a outra casa” (Augusto Meyer, *Segredos da Infância*, p. 57). 20. Diz-se do mar que fica longe da costa. [V., nesta acepç., *alto-mar*.] 21. Situado

em nível ou altitude superior à de outro: *bairro alto*. 22.Situado ao norte: *o alto Nilo*. 23.Distante, remoto, longínquo: *Nasceu no alto sertão*. 24.Diz-se do trecho (e dos lugares circunvizinhos) de um rio mais próximo às suas nascentes: *o alto rio Negro*. 25.Bras. Pop. Um tanto embriagado; bêbado: *estar, ficar, andar alto*. [...] (FERREIRA, 2004, p. 106, grifos do autor).

Pode-se observar na definição acima que *alto* pode ser relativo a *algo erguido, elevado, intenso, de grande extensão, agudo, distante*, entre tantos outros sentidos, e que sua expressividade está ligada ao caráter do substantivo que estiver caracterizando.

(63) [...] que perdura até o *presente momento*. (redação 7.576/2008: linhas 04-05) – (A+S).

A anteposição de *presente*, no recorte (63), refere-se a algo que está acontecendo no momento em que a ocorrência é registrada, que iniciou em um dado momento (passado) e que ainda está ocorrendo (presente). Já *momento presente* (S+A) não se encaixa nesse enunciado. Caso a palavra *até* não estivesse precedendo a expressão em tela, poder-se-ia pensar em algo que está sendo registrado no momento atual, no presente: “O *presente momento* está marcado por discórdias”. No entanto, caso a expressão do enunciado (63) estivesse invertida (S+A), o sentido não mudaria; na anteposição, ter-se-ia uma expressão enfática.

(64) [...] para a permanência do ‘*personagem escravo*’. (redação 7.576/2008: linhas 17-18) – (S+A).

O recorte (64) apresenta o item lexical *escravo* para caracterizar a *personagem*. Esse item lexical pode representar tanto o papel de substantivo quanto o de adjetivo, mas, nesse caso, está caracterizando o substantivo *personagem*, isto é, pode-se dizer que a expressão *personagem escravo* diz respeito a um indivíduo que está fazendo/representando o papel de escravo. Caso sua ordem fosse invertida, ter-se-ia uma anteposição da unidade lexical *escravo*, ocorrendo uma mudança expressiva na enunciação adjetiva, pois apresentaria um

sentido mais subjetivo e afetivo, que estaria enfatizando a função do indivíduo/personagem; poder-se-ia pensar em um sujeito que é escravo do papel que está atuando – é um escravo da situação que desenvolve. Caso fosse acrescido de artigos indefinidos e/ou definidos do gênero masculino – “o/um escravo personagem” – *escravo* assumiria a sua função de substantivo, e *personagem* passaria pelo processo de adjetivação do substantivo.

(65) [...] governantes e *líderes políticos* [...]. (redação 8.740/2008: linhas 02-03) – (S+A).

Na expressão *líderes políticos*, tem-se pessoas (políticos) que são líderes de partidos políticos ou políticos que se destacam e, por isso, são considerados *líderes políticos*. Na posição inversa, pode-se pensar em políticos que são líderes de algo, de qualquer coisa, não necessariamente ligada à gestão política.

(66) [...] acumulando *enormes dívidas* para com o seu ‘senhor’. (redação 9.000/2008: linhas 19-20) – (A+S).

O item lexical *enormes*, anteposto, pode significar *extraordinárias*, *monstruosas*, e anteposto, pode ter sentido de *grandes* (relativo ao tamanho). Mas, como tanto a anteposição como a posposição são frequentes, muitas vezes os sentidos se mesclam, e, independentemente da posição que o adjetivo ocupa, podem apresentar a mesma expressividade enunciativa.

(67) [...] E nós, ‘*homens inteligentes*’ estamos informados para o dia de nossa abolição? (redação 6.320/2008: linhas 27-28) – (S+A).

Nessa formação (S+A), o adjetivo *inteligentes* é apresentado como sendo relativo à *sabedoria* (sábios), *conhecimento* (detentores de conhecimento) e está de acordo com o contexto e a expressividade enunciativa que o escritor quis apresentar. Já a posição (A+S) não

se encaixaria no enunciado, pois o adjetivo *inteligentes*, nessa posição, estaria se referindo a *espertos*.

A formação (S+A) composta pela expressão *trabalho escravo* foi a mais utilizada pelos escritores. A presença dessa expressão é decorrente da temática da proposta número ‘um’ da prova de redação do concurso Vestibular/2008 da Unioeste, que abordava o trabalho escravo contemporâneo. Acresce-se que nas redações do *corpus* ainda foram verificadas outras ocorrências com os itens lexicais *trabalho* e *escravo*; porém, como estavam ligadas a outros adjetivos, com a estrutura composta por mais de um adjetivo, não foram demarcados para a análise, uma vez que o estudo de tais estruturas precisaria estar baseado em outras concepções teóricas, como as desenvolvidas por Da Silva (2008).

Pode-se observar, nos recortes a seguir, produzidos pelos vestibulandos, que há várias situações enunciativas no que tange ao uso do adjetivo em questão:

- (68) A pior destas práticas é, sem dúvida, o *trabalho escravo* [...]. (redação 1.324/2008: linha 05 – (S+A);
- (69) [...] a nossa passividade frente ao *trabalho escravo* [...]. (redação 1.324/2008: linha 24 – (S+A);
- (70) [...] o *trabalho escravo* ainda existe no Brasil. [...]. (redação 3.349/2008: linhas 09-10 – (S+A);
- (71) O abismo social que existe no Brasil é uma das principais causa do *trabalho escravo*. [...]. (redação 3.349/2008: linhas 16-17 – (S+A);
- (72) [...] Já foram denunciadas algumas ‘fazendas’ que concentravam *trabalho escravo* no Pará. [...]. (redação 3.349/2008: linhas 18-19 – (S+A);
- (73) A propriedade Privada e a Sua Relação com o *Trabalho Escravo*. (redação 3.983/2008: título – (S+A);
- (74) [...] mostrar a relação direta entre a propriedade privada dos meios de produção e o *trabalho escravo*. (redação 3.983/2008: linhas 01-03 – (S+A);
- (75) [...] feito isso, *trabalho escravo* se diferencia do formal/precarizado, do informal/precarizado, [...]. (redação 3.983/2008: linhas 24-25 – (S+A);
- (76) O *trabalho escravo* no Brasil. (redação 4.202/2008: título) – (S+A);
- (77) [...] Focos de *trabalho escravo* são encontrados em lugares de difícil acesso, [...]. (redação 4.202/2008: linhas 09-10 – (S+A);
- (78) A assinatura da Lei Áurea em treze de maio de 1888 não enterrou a vergonha que representou quase três séculos de *trabalho escravo* no Brasil. [...]. (redação 4.398/2008: linhas 01-03 – (S+A);
- (79) [...] existem hoje no Brasil cerca de 25 mil pessoas submetidas a condições de *trabalho escravo*. [...]. (redação 4.398/2008: linhas 07-08 – (S+A);

- (80) Outra forma também recorrente de manifestação do *trabalho escravo* é o sistema de acumulação de dúvidas. [...]. (redação 4.398/2008: linhas 13-14 – (S+A);
- (81) Por que é tão difícil erradicar o *trabalho escravo* no Brasil? [...]. (redação 4.994/2008: linha 10 – (S+A);
- (82) O *trabalho escravo* no Brasil. (redação 5.252/2008: título – (S+A);
- (83) Temos visto ultimamente nos meios de comunicação reportagens acerca do *trabalho escravo* que existe atualmente em diversas regiões do nosso país. (redação 5.252/2008: linha 01-03 – (S+A);
- (84) Arcaica pois ainda existem cerca de 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao *trabalho escravo* segundo a Comissão Pastoral da Terra. [...]. (redação 6.320/2008: linhas 10-11 – (S+A);
- (85) A dinâmica da produção industrial também utiliza-se de uma forma de trabalho que pode ser analisada como *trabalho escravo*, [...]. (redação 7.576/2008: linhas 19-20 – (S+A);
- (86) [...] que contrariam o Plano Nacional para Erradicação do *Trabalho Escravo*, [...]. (redação 7.576/2008: linha 22 – (S+A);
- (87) [...] No Brasil, são 25 mil pessoas submetidas ao *trabalho escravo*, [...]. (redação 9.000/2008: linhas 22-23 – (S+A);
- (88) O *trabalho escravo* persiste na sociedade atual mesmo após a abolição através da Lei Áurea. [...]. (redação 9.009/2008: linhas 01-02 – (S+A);
- (89) Na região Sudeste o *trabalho escravo* também está presente [...]. (redação 9.009/2008: linha 13 – (S+A);
- (90) [...] Políticas para erradicar o *trabalho escravo* são necessárias [...]. (redação 9.009/2008: linhas 21-22 – (S+A);
- (91) [...] Contudo, em pleno século XXI ressurgiu o *trabalho escravo*, [...]. (redação 9.062/2008: linhas 04-05 – (S+A).

Em (S+A), a expressão *trabalho escravo* é relativa a uma forma de trabalho desenvolvida por meio de condições escravas, ou seja, os trabalhadores não são remunerados adequadamente, vivem em condições semelhantes aos escravos de 1800, por exemplo. Já a inversão não se encaixa no contexto, pois leva a pensar que o trabalho é um escravo, assim como uma *bola é escrava* de um jogador, como se exemplifica com os enunciado “No futebol, a *escrava bola*, é jogada de um lado para outro”; o mesmo se verifica, por exemplo, em “O pintor com seu *escravo pincel* mancha a tela”. É claro que essas possibilidades de (A+S) para o adjetivo *escravo* são mais aceitáveis na linguagem literária, esfera em que o escritor tem uma maior liberdade em utilizar expressões estilísticas com a palavra. A utilização da posposição, nesses casos relativos a *trabalho escravo*, também é oriunda do conhecimento enciclopédico do escritor. Em outras palavras, os vestibulandos tinham conhecimento da história escravocrata do Brasil; dessa forma, com base em seus

conhecimentos de mundo e linguísticos, utilizaram a posposição, uma vez que suas intenções comunicativas estavam voltadas para a afirmação do *trabalho escravo*.

Em síntese, pode-se dizer que as redações que constituem o *corpus* apresentam um número representativo de expressões formadas por um adjetivo e por um substantivo na posição livre *com* alteração de sentido. Mais especificamente, são incluídos nessa categoria noventa e um recortes dos cento e setenta e três coletados, o que representa mais de 50% das expressões que foram analisadas.

Alguns usos de adjetivos, como o de *caro* e *boa/bom*, apresentaram algumas diferenças teóricas quanto à sua posição e aos sentidos distintos oriundos de sua ordem. Contudo, há que se observar que, assim como as pessoas evoluem e mudam, a linguagem também se modifica e se enriquece com novas representações semânticas e interpretações pragmáticas. Assim, um uso expressivo marcado pela posposição nos séculos passados pode apresentar uma alternância de sua ordem, resultando em anteposição no momento presente. A posição pode se alterar, mas nem sempre o sentido se altera. Se *leitor caro* significava leitor *querido*, atualmente *caro leitor* apresenta o sentido de *querido leitor*. Nesse caso, tem-se o mesmo sentido para o mesmo léxico, mas em posições diferentes. Já o item lexical *amante* antigamente era relativo a aquele que ama; atualmente, diz respeito a uma pessoa que tem relações extraconjugais. Tal interpretação pode ser pejorativa ou não, dependendo do contexto em que o enunciado está culturalmente inserido.

4.1.2 Usos Cristalizados do Adjetivo: obrigatoriamente anteposto ou posposto

Os usos considerados cristalizados são aqueles que estão presentes no dia-a-dia e que estão bem marcados, seja pela posposição ou pela anteposição, e, geralmente, não aceitam

alteração de sua ordem; dessa forma, são considerados como usos obrigatórios. A inversão da ordem, nesse caso, pode causar um sentido estranho, isto é, a mudança pode causar estranheza ao interlocutor.

Para Maingueneau (1996), às vezes, será o contexto quem vai explicar e dar validade à inversão. Nesse sentido, uma posição aparentemente estranha pode ser explicada dentro do contexto em que foi inserida. As inversões de usos cristalizados geralmente ocorrem em textos de cunho literário.

O fragmento (92) inicia a análise dos recortes considerados cristalizados:

(92) [...] uma *população marginalizada* pelos baixos investimentos sociais e educacionais, [...]. (redação 2.046/2008: linhas 08-09 – (S+A).

Nesse recorte, *população marginalizada* poderia se referir tanto a uma população que vive à *margem* da sociedade, como também a uma população composta por *marginais*, *delinquentes*. Porém, no contexto em que foi inserida, o sentido de *delinquentes* não se encaixa; o escritor está se referindo às pessoas que não têm acesso a alguns setores da sociedade.

(93) [...] pela *dívida contraída* e impossível de saldar, [...]. (redação 4.202/2008: linha 18) – (S+A).

O item lexical *contraída* pode apresentar diferentes sentidos, mas, no enunciado acima, tem uma posição considerada obrigatória e carrega o significado de *assumida*, *adquirida*. Se *contraída* estivesse unida ao substantivo *barriga*, teria sentido de *encolhida*, *apertada*. Já em (o) “*menina contraída*”, reporta-se ao sentido *tímida*, *acanhada*, *sem espontaneidade*.

(94) [...] ainda nos surpreendemos com a notícia da existência de *peessoas reduzidas* à servidão [...]. (redação 4.218/2008: linhas 15-16) – (S+A).

Esse enunciado (94) apresenta a expressão *peessoas reduzidas*, na formação (S+A), cujo adjetivo tem sentido expressivo de *submissas, rebaixadas, levadas* à servidão. A inversão, nesse contexto, não se aplica, pois *reduzidas* estaria se referindo a *poucas pessoas*. Há ainda outra possibilidade de análise para a formação (S+A): *reduzidas* significando *pequenas, diminuídas*, como em *páginas reduzidas*.

(95) [...] um grupo de *senadores ligados* à ‘Bancada Ruralista’ [...]. (redação 4.994/2008: linha 17) – (S+A).

Essa expressão (95) consiste em um uso obrigatório, pois está se referindo a *senadores* que estão *unidos* à “Bancada Ruralista”. O item lexical *ligados* pode estar relacionado também à *esperteza*, estar *atento* a algo, como se exemplifica nos enunciados “Um grupo de *rapazes ligados* (atentos) às conversas da platéia” e “Veja que *crianças ligadas* (espertas) no roubo”.

(96) [...] incide a mudança nas *classes exploradas* [...]. (redação 3.983/2008: linhas 26-27 – (S+A).

Essa expressão pode apresentar duas interpretações semânticas distintas para o adjetivo *exploradas*, na formação (S+A): a primeira diz respeito a *abusadas, enganadas*, e a segunda se refere a *pesquisadas, estudadas*. No enunciado (96), o item lexical *exploradas* é relativo a *abusadas, enganadas*, pois o escritor está discutindo a situação de exploração pela qual muitas pessoas vêm passando.

(97) [...] (nascido na *Revolução Francesa* [...]. (redação 1.067/2008: linhas 02-03 – (S+A);

- (98) [...] A diferença é que na Mesopotâmia e no *Período Colonial*, [...]. (redação 4.094/2008: linhas 04-05 – (S+A);
- (99) Durante toda antiguidade e parte da *Idade Média* [...]. (redação 4.218/2008: linha 01 – (S+A);
- (100) No alvorecer da *Idade Moderna* [...]. (redação 4.218/2008: linha 05 – (S+A);
- (101) [...] condenados ao trabalho forçado na *América Colonial*. [...]. (redação 4.218/2008: linha 07 – (S+A);
- (102) [...] no *Brasil Colonial* [...]. (redação 9.062/2008: linhas 12 – (S+A);
- (103) [...] As *Nações Imperialistas* utilizaram-se da mão de obra escrava [...]. (redação 7.576/2008: linha 06 – (S+A).

A expressão *Revolução Francesa*, no recorte (97), retrata mais um caso de uso obrigatório no que tange à posição ocupada pelos itens envolvidos, uma vez que faz referência a um acontecimento histórico que demarcou a História da França. A mesma conceituação se aplica às expressões destacadas nos recortes (98) a (102) – *Período Colonial*, *Idade Média*, *Idade Moderna*, *América Colônia*, *Brasil Colonial* –, tendo em vista que todos esses itens lexicais representam processos e situações vividas pelos seus respectivos povos em um dado momento da história.

Para ilustrar essa discussão, veja-se o que diz o Dicionário Aurélio sobre *Idade Média*, uma das expressões sob análise: “1.Período histórico da Europa, compreendido entre o começo do séc. V e meados do séc. XV, marcado esp. pelo feudalismo” (FERREIRA, 2004, p. 1065). A mesma interpretação pode ser dada à expressão *Nações Imperialistas*, pois representa um momento de povo e sua história, como em *Nações Indígenas*.

- (104) [...] percebemos que imitar o gesto da *Princesa Isabel* não será suficiente para acabar com a nova escravidão. [...]. (redação 1.067/2008: linhas 22-23 – (S+SP);
- (105) [...] após aproximadamente 388 anos de escravidão, detectou-se a *Lei Áurea*. [...]. (redação 3.349/2008: linhas 04-05 – (S+A);
- (106) [...] A assinatura da *Lei Áurea* em treze de maio de 1888 [...]. (redação 4.398/2008: linha 01 – (S+A);
- (107) [...] Com a *Lei Áurea*, de 1888, assinada pela princesa regente Isabel. (redação 8.781/2008: linha 06 – (S+A);
- (108) [...] pela *princesa Isabel* [...]. (redação 9.000/2008: linha 02 – (S+SP);
- (109) [...] por meio da *Lei Áurea* [...]. (redação 9.000/2008: linha 02 – (S+A);

- (110) [...] mesmo após a Abolição através da *Lei Áurea* [...]. (redação 9.009/2008: linhas 01-02 – (S+A);
 (111) Desde a *Lei Áurea*, assinada pela *princesa Isabel* [...]. (redação 9.062/2008: linha 01 – (S+A e S+SP);
 (112) [...] Caim assassina seu *Irmão Abel* por não aceitar a vitória do irmão.” (redação 6.320/2008: linhas 03-04 – (S+A).

Nos recortes (104), (108) e (111), tem-se a formação substantivo comum+substantivo próprio (*princesa Isabel*). Essa construção não possibilita uma inversão, uma vez que a pessoa que aboliu a escravidão no século XIX era denominada *princesa Isabel*, e não *Isabel princesa*. Caso fosse esta a forma estabelecida em meados de 1880, na atualidade, o uso *Isabel princesa* não pareceria estranha e seria uma expressão comum. O mesmo se passa com a expressão *Irmão Abel* (112), já que não se usa *Abel irmão*, *Joana irmã*, *Paulo sogro*, entre outros.

Em *Lei Áurea*, tem-se outro uso cristalizado, como os anteriormente analisados; porém, sua formação é (S+A). Nada impede que se inverta a expressão, resultando em *áurea lei*; mas, nesse caso, ter-se-ia uma lei qualquer da cor do ouro ou uma adjetivação do substantivo ouro, e não uma lei específica, como ocorre com *Lei Áurea*: documento em que se declara o fim da escravidão, instituindo a liberdade aos escravos.

- (113) [...] pela *Universidade Federal*, do Rio de Janeiro [...]. (redação 4.398/2008: linha 20 – (S+A);
 (114) [...] envolvendo o *Ministério Público* ao trabalho [...]. (redação 4.994/2008: linha 14– (S+A);
 (115) [...] e a *Policia Federal* [...]. (redação 4.994/2008: linha 15 – (S+A).

Os recortes (113) a (115) apresentam expressões utilizadas nas repartições públicas, que têm uso cristalizado há muito tempo na sociedade. Assim como as expressões presentes em (97) a (103) representam algo (situações históricas), as expressões em tela também representam algo: órgãos públicos..

- (116) [...] Essa conjuntura foi cantada por Castro Alves no poema ‘*Navio Negreiro*’. [...]. (redação 3.349/2008: linhas 23-24 – (S+A);
 (117) [...] ‘o *Navio Negreiro*’[...]. (redação 7.576/2008: linha 12 – (S+A).

Sobre a expressão destacada nos recortes (116) e (117) recai análise semelhante à desenvolvida para as expressões dos recortes (97) a (103). Contudo, o que diferencia *Navio Negreiro* é a natureza de sua delimitação, isto é, consiste em um poema que abordou a escravidão no Brasil, é uma obra literária. Portanto, a formação (S+A), nesse contexto, é obrigatória.

- (118) A *Propriedade Privada* e a Sua Relação com o Trabalho Escravo. (redação 3.983/2008: título – (S+A);
 (119) [...] mostrar a relação direta entre a *propriedade privada* [...]. (redação 3.983/2008: linhas 01-02 – (S+A);
 (120) Conforme Friedrich Engels, em ‘A origem da Família da Propriedade Privada e do Estado’ [...]. (redação 3.983/2008: linhas 04-05 – (S+A);
 (121) [...] a *propriedade privada* da terra foi a primeira forma de divisão entre pequenos grupos (famílias, tribos, etc). [...]. (redação 3.983/2008: linhas 05-06 – (S+A);
 (122) Também o trabalho – ou melhor, a força de trabalho – é assegurada juridicamente como *propriedade privada* de todos que dela fizerem uso, [...]. (redação 3.983/2008: linhas 11-12 – (S+A).

Os recortes (118) a (122) foram retirados da mesma redação, ou seja, as situações enunciativas dos itens lexicais em destaque ocorreram somente no texto de número 3.983/2008. Todas apresentaram a formação (S+A) e consistem em uma expressão com posição obrigatória. O terceiro recorte (120) apresenta o título de uma obra no qual a expressão *propriedade privada* aparece; nesse caso, como ocorre com *Navio Negreiro* – (116) e (117) –, a posição do adjetivo não pode ser alterada, pois consiste em um nome registrado.

- (123) [...] É urgente a necessidade de reforçar, principalmente, tópicos como *responsabilidade social*. [...]. (redação 2.046/2008: linhas 21-22 – (S+A);
 (124) [...] Isso requer ética dos governantes e *responsabilidade social* do povo. (redação 3.349/2008: linha 30 – (S+A).

A formação inversa proposta para as expressões destacadas em (123) e (124) não é aceitável, uma vez que também apresentam uso cristalizado, não se fala ou se escreve *social*

responsabilidade. Talvez fora do contexto discursivo, ou seja, isolado do enunciado, a apresentação da expressão na ordem adjetivo+substantivo não pareça estranha; mas, no contexto sob análise, não parece adequada. A mesma análise se aplica às expressões atualizadas nos recortes (125) e (126):

- (125) A *diferença social* marginaliza uma camada da população que não consegue viver com dignidade. [...]. (redação 4.094/2008: linhas 07-08 – (S+A);
 (126) [...] onde a *desigualdade social* é extremamente gritante [...]. redação 9.000/2008: linhas 07-08 – (S+A e A+S).

Nesses dois recortes, (125) e (126), a inversão também não é possível, uma vez que não é usual *social diferença* ou *social desigualdade*; as formações (S+A) são obrigatórias. No recorte (126), tem-se, também um uso obrigatório, mas com posição (A+S): *extremamente gritante*. Vale citar que as formações obrigatórias com adjetivo anteposto foram encontradas em pequenas quantidades nas redações do *corpus*, um fator que influencia no pouco uso dessa estrutura no gênero textual desenvolvido.

Os recortes abaixo também apresentam usos expressivos cristalizados:

- (127) [...] Infringe-se aos *direitos humanos* deste cidadão. [...]. (redação 3.349/2008: linha 13 – (S+A);
 (128) [...] em alerta contra esta grave e evidente violação dos *direitos humanos* [...]. (redação 4.398/2008: linhas 28-29 – (S+A);
 (129) [...] abusando do poder e violam os *direitos humanos* [...]. redação 9.000/2008: linhas 15-16 – (S+A);
 (130) [...] garantindo assim os *direitos humanos* [...]. redação 9000/2008: linhas 26-27 – (S+A);
 (131) [...] que abala a evolução dos *direitos civis*. [...]. (redação 4.094/2008: linha 24 – (S+A);
 (132) [...] o trabalhador está sujeito a supressão de *direitos básicos* [...]. (redação 4.398/2008: linhas 09-10 – (S+A);
 (133) [...] esses trabalhadores semi-escravos tem poucas condições de lutar por seus *direitos legais* [...]. redação 8.781/2008: linhas 19-20 – (S+A).

O que difere os recortes (127) a (133) são os adjetivos que acompanham o substantivo *direitos*. Em *direitos humanos*, sabe-se que os *direitos* referidos se destinam às pessoas, aos

seres humanos e não aos animais (para estes, ter-se-ia *direitos animais*). A expressão *direitos civis* esclarece que se está falando das pessoas em geral e que não são *militares*, como em “*pessoa física*” (não tem empresa) ou “*pessoa jurídica*” (que tem firma, CNPJ, entre outros). Já a expressão *direitos básicos* abrange os *direitos fundamentais*, *necessários* à sobrevivência. No recorte (133), *direitos legais* corresponde a *direitos autênticos*, que estão *dentro da lei*, e não a *direitos engraçados*, *bons*, como se observa em “Tenho um *colega legal*”, que emprega o adjetivo em tela.

- (134) [...] e de sua *extensão territorial* [...]. (redação 4.994/2008: linha 03 – (S+A);
 (135) [...] A *extensão territorial* é um fator que facilita a clandestinidade [...]. (redação 4.994/2008: linhas 07-08 – (S+A).

As expressões em destaque nos enunciados acima correspondem à formação (S+A) e referem-se a *extensão de terra*, *tamanho do território*. A inversão da ordem também não é aceitável nesse caso; trata-se de uma expressão de cunho geográfico e que se tornou cristalizada na sociedade.

- (136) [...] No entanto, a *cultura moral* da dominação continua movendo a economia atual. [...]. (redação 6.320/2008: linhas 08-09 – (S+A).

Essa expressão (136) é um tanto quanto estranha, pois a interpretação semântica do léxico *moral*, geralmente, está ligada a *regras* e a seu cumprimento pelas pessoas, está relacionada a *respeito*; quando as regras são quebradas, tem-se um sujeito *imoral*. A *moral* está relacionada a atitudes *corretas* e está mais próxima dos princípios da Igreja. No recorte acima, a expressão *cultura moral* pode ser interpretada como *consciência*: “a *consciência* da dominação continua movendo a economia atual”.

Ainda com relação aos usos cristalizados, ocorreram as seguintes expressões: *necessidades básicas*, *abismo social*, *opressão moral*, *espírito humano*, *evolução humana*,

produtos primários, comunidade internacional, garantias pessoais, descrição bíblica, segunda metade, colonização brasileira, produção industrial, plano nacional, vergonha nacional, afazeres domésticos, imagem nacional, quadro social, interferência internacional e princípios humanos. Esses itens lexicais podem ser verificados nos recortes a seguir:

- (137) [...] com grande parcela da *população mundial* ainda submetida a tais práticas. (redação 1.324/2008: linhas 15-16 – (S+A);
- (138) [...] ou por simples busca de suprir suas *necessidades básicas*, [...]. (redação 1.911/2008: linha 06 – (S+A);
- (139) O *abismo social* que existe no Brasil [...]. (redação 3.349/2008: linha 16 – (S+A);
- (140) [...] e pela *opressão moral* [...]. (redação 4.202/2008: linhas 19-20 – (S+A);
- (141) [...] é a reforma do *espírito humano* [...]. (redação 4.218/2008: linha 26 – (S+A);
- (142) [...] na prática de uma lei fundamental da *evolução humana* [...]. (redação 4.218/2008: linha 27 – (S+A);
- (143) [...] metrópoles da Europa que adquiriam *produtos primários* [...]. (redação 5.252/2008: linhas 13-14 – (S+A);
- (144) [...] toda a *comunidade internacional* [...]. (redação 4.398/2008: linha 28 – (S+A);
- (145) [...] *garantias pessoais* para o ser humano [...]. (redação 5.252/2008: linha 20 – (S+A);
- (146) [...] Segundo a *descrição bíblica* pós-criação [...]. (redação 6.320/2008: linhas 03 – (S+A);
- (147) [...] no início da imigração europeia na *segunda metade* do século XIX [...]. (redação 4.398/2008: linhas 15-16 – (A+S);
- (148) [...] essa transformação da *realidade escravista* manifestou-se também na *colonização brasileira* [...]. (redação 7.576/2008: linhas 03-04 – (S+A e S+A);
- (149) [...] A dinâmica da *produção industrial* [...]. (redação 7.576/2008: linha 19 – (S+A);
- (150) [...] que contrariam o *plano nacional* para erradicação do trabalho escravo [...]. (redação 7.576/2008: linha 22 – (S+A);
- (151) *Vergonha nacional*. (redação 8.781/2008: linha título – (S+A);
- (152) [...] diversos setores da *economia nacional* [...] nos *afazeres domésticos* [...]. (redação 8.781/2008: linhas 04-06 – (S+A e S+A);
- (153) [...] Mancha a *imagem nacional* perante o resto do mundo [...]. (redação 8.781/2008: linhas 28-29 – (S+A);
- (154) [...] E preciso reverter esse *quadro social* [...]. (redação 9000/2008: linha 25 – (S+A);
- (155) [...] o nível que chegou exige *interferência internacional* no Brasil [...]. (redação 9.009/2008: linhas 22-23 – (S+A);
- (156) [...] destruindo *princípios humanos* [...]. (redação 8.740/2008: linha 16 – (S+A).

Os recortes abaixo apresentados também apresentam uma formação obrigatória:

- (157) [...] prejudicando a saúde com jornadas diárias exaustivas, sem acesso a *atendimento médico*, [...]. (redação 4.094/2008: linhas 09-10 – (S+A);
(158) [...] A inexistência de *atendimento médico* [...]. redação 9.062/2008: linhas 10-11 – (S+A);

As expressões aqui mostradas são oriundas da esfera da saúde e correspondem a um direito que as pessoas têm. A inversão da posição não se aplica e não é usual, já que também são formadas a partir de uma estrutura fixa, obrigatória.

A argumentação no gênero textual em foco, muitas vezes, é marcada pelo caráter lexical mais objetivo, pois o escritor precisa assumir uma posição, defender uma tese e construir argumentos consistentes que deem validade à sua produção escrita. Acredita-se que essa intenção guiou o uso expressivo de estruturas cristalizadas observado nas redações que constituem o *corpus*. Pode-se dizer que as cristalizações são culturalmente construídas na sociedade.

As expressões consideradas cristalizadas correspondem a sessenta e sete das cento e setenta e três que fazem parte do *corpus* de análise. Elas apresentaram um índice maior de ocorrências do que as expressões definidas em posição livre *sem* alteração de sentido.

Como já anunciado acima, o predomínio dessas estruturas obrigatórias, em parte, é resultado da necessidade de se produzir o gênero textual exigido, haja vista que a produção escrita dissertativo-argumentativa tem um caráter mais objetivo. Assim, levado pelo intuito de persuadir o leitor, o escritor normalmente apresenta uma posição e defende-a com objetividade e clareza; do contrário, corre o risco de não ter seus objetivos atingidos.

Observou-se também que grande parte das expressões analisadas corresponde a enunciados comumente compartilhados no dia-a-dia em processos de interação comunicativa entre os sujeitos falantes/escritores, isto é, não são expressões de pouco uso ou de contextos específicos, como da área médica ou do direito, por exemplo.

Há que se observar, ainda, que os usos destacados como cristalizados demonstram que os escritores têm domínio do tema dissertado, bem como leituras anteriores sobre o assunto, o que pode ser resultado de pesquisas realizadas antes da prova, as quais resultaram no conhecimento enciclopédico sobre a escravidão demonstrado nas produções escritas.

4.1.3 Recursos Enfáticos do Uso do Adjetivo: a posição é livre e *sem* alteração de sentido

Passa-se, agora, à observação dos casos em que o adjetivo não apresenta mudança de sentido quando da mudança de sua posição em relação ao substantivo. Aparentemente, não se altera o valor semântico do adjetivo; porém, a mudança de posição pode realçá-lo, enfatizá-lo e destacá-lo. Embora a troca de posição dificilmente resultará em alteração da expressividade, essa variação precisa ser bem destacada para se encaixar como mudança semântica.

As expressões com posição livre *sem* alteração de sentido têm recorrência menor se comparada às de uso cristalizado. Como exemplos de intensificação e realce do léxico adjetivo anteposto, destacam-se as ocorrências abaixo:

(159) [...] os jovens sem acesso a educação e *formação profissional* [...] redação 1.067/2008: linhas 18 – (S+A);

(160) [...] de forma de que ele adquira uma *voz sensata* [...]. redação 1.911/2008: linhas 20-21 – (S+A);

(161) [...] a escravidão, principalmente em *países subdesenvolvidos* continua sendo realizada [...]. redação 2.046/2008: linhas 03-04 – (S+A);

(162) O *capítulo retrógrado* da civilização [...]. redação 4.094/2008: linhas título – (S+A);

(163) [...] A escravidão acompanha o homem desde que ele se organizou nas *civilizações hidráulicas* [...]. redação 4.094/2008: linhas 02-03 – (S+A);

(164) [...] acumulam dívidas com o opressor, como garantia da *relação submissa* [...]. redação 4.094/2008: linhas 12-13 – (S+A);

(165) [...] são encontrados também de *modo disfarçado* [...]. redação 4,202/2008: linhas 13-14 – (S+A);

- (166) [...] pode-se afirmar que ainda estamos longe de eliminar essa *prática vergonhosa* de nosso território [...]. redação 4.994/2008: linhas 24-25 – (S+A);
- (167) [...] valores e princípios para encontrar o *sucesso almejado* [...]. redação 6.320/2008: linha06 – (S+A);
- (168) Na Era da informação é gritante para uma *sociedade intelectualizada* [...]. redação 6.320/2008: linha 18 – (S+A).

Observa-se que as expressões *formação profissional*, *voz sensata*, *países subdesenvolvidos*, *capítulo retrógrado*, *civilizações hidráulicas*, *relação submissa*, *modo disfarçado* e *prática vergonhosa* apresentam a formação (S+A), estando o adjetivo posposto. Essa formação é a mais corriqueira nas redações, provavelmente devido ao caráter mais objetivo exigido pelo gênero textual produzido. Sabe-se que o gênero textual dissertativo-argumentativo precisa ser muito bem fundamentado; afirmações devem ser fortemente sustentadas e argumentadas, deixando claro ao leitor a posição tomada a respeito da temática desenvolvida.

Ao se inverter a posição (S+A) para (A+S), nos recortes sob análise, verifica-se que não há uma expressão explícita de alteração de sentido. A leitura das expressões ocorre naturalmente, deixando clara a expressividade enunciativa do adjetivo no discurso. O que pode ocorrer, de um lado, é a estranheza da inversão em formações isoladas, e, de outro, a estranheza das expressões em dados contextos.

- (169) [...] a escravidão hoje baseia-se em *ilusórias ofertas* de emprego [...]. redação 9.009/2008: linha 03 – (A+S);
- (170) [...] e a *inadequada alimentação* [...]. redação 9.062/2008: linha 11 – (A+S);
- (171) O abismo social que existe no Brasil é uma das *principais causas* do trabalho escravo [...]. redação 3.349/2008: linhas 16-17 – (A+S);
- (172) [...] o trabalho escravo era o *principal modo* de produção de economia [...]. redação 4.202/2008: linhas 01-02 – (A+S);
- (173) [...] e vendiam escravos com o *principal objetivo* de auferir lucros com esse comércio [...]. redação 5.252/2008: linhas 11-12 – (A+S).

Esses recortes – (169) a (173) – apresentam expressos na posição (A+S), com o adjetivo anteposto ao substantivo: *ilusórias ofertas*, *inadequada alimentação*, *principais*

causas, principal modo e principal objetivo. A decisão pela anteposição ocorre com menos frequência nas redações do *corpus*. Como o adjetivo já está anteposto, fica mais fácil verificar a não-alteração de sentido, isto é, observar que se trata de uma posição livre *sem* alteração de sentido. Nesse caso, a anteposição consiste em uma forma de ênfase, pois é uma maneira de dar realce e destacar o item lexical adjetivo de maneira expressiva.

Os usos considerados como posição livre *sem* alteração de sentido representaram a menor quantidade do *corpus* expressivo: constataram-se apenas quinze casos, sendo dez pospostos e cinco antepostos.

A inversão e a não-alteração de sentido é um processo muito relativo e está extremamente ligado a contextos culturais resultantes de longos processos de aceitação e de usos linguísticos, o que levou a uma cristalização lexical. Segundo os estudos de Callou e Serra (2003a, 2003b), a ordem do adjetivo na frase, hoje, não pode ser a mesma de séculos anteriores, e vice-versa. Além disso, uma formação considerada como determinada no passado pode apresentar no presente outra expressividade enunciativa, como é o caso já discutido sobre o léxico *caro*.

O predomínio da posposição nos casos analisados também é resultado do gênero textual desenvolvido, uma vez que este envolve a intenção de se convencer e se persuadir o leitor. Para tanto, o produtor do texto vale-se de uma linguagem mais objetiva.

Nesse contexto, conforme analisa Sales (2006), a natureza semântica e a posição do adjetivo são elementos argumentativos de que o escritor faz uso em seus textos a depender de suas intenções comunicativas. A autora ainda complementa: no “circuito discursivo, o enunciador procura construir sua *credibilidade* a partir de uma linguagem direta e objetiva. Para isso, nada mais coerente do que se utilizar de adjetivos que caracterizam objetivamente o núcleo do sintagma nominal” (2006, p. 138, grifos da autora). Ou seja, evita-se a

subjetividade para adquirir credibilidade. Assim, evita-se também o uso do adjetivo anteposto, que estaria mais relacionado à sedução do leitor, veiculando um valor afetivo ao enunciado.

Salienta-se que, assim como a língua se modifica, os gêneros textuais também sofrem alterações no decorrer dos anos, e o que deve ser observado no texto escrito é a intenção comunicativa do escritor.

CAPÍTULO V

O GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR SOB O VIÉS DA PRÁTICA LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA

O trabalho com a produção textual em sala de aula não deve se restringir apenas a tessituras esporádicas e sem relação com os demais conteúdos trabalhados nas disciplinas de Língua Portuguesa ou Literatura. Precisa, sim, estar relacionado e manter uma inter-relação com o ensino de Gênero Textual e a prática linguística, tendo em vista que não se pode negar que a utilização adequada da norma culta é avaliada nas produções escritas de concursos, principalmente, os vestibulares.

5.1 A PRÁTICA LINGUÍSTICA E A PRODUÇÃO DO GÊNERO TEXTUAL REDAÇÃO DE VESTIBULAR

Uma vez que o gênero textual Redação de Vestibular, quanto à sua forma dissertativo-argumentativa, refere-se a uma produção escrita de, no máximo, trinta linhas, o produtor do texto tem possibilidade de redigir um número reduzido de parágrafos, geralmente cinco ou seis. Como os parágrafos representam as subdivisões temáticas do texto (PIMENTEL, 2008, p. 75), faz-se necessário que sejam elaborados com muita atenção. Nesse sentido, planejar “bem um parágrafo é organizar de maneira seqüencial as idéias no texto, fixando objetivos para cada período e para cada parágrafo” (EMEDIATO, 2008, p. 87).

Conforme Pimentel (2008), o parágrafo é construído pela ideia central + a(s) ideia(s) secundária(s) + a conclusão, isto é, tem-se um parágrafo introdutório, no qual são apresentadas as ideias central e secundárias (geralmente três), que são discutidas nos

parágrafos que compõem o desenvolvimento. Cada parágrafo do desenvolvimento destina-se à discussão da ideia base a partir de uma das ideias secundárias, encaminhando-se para uma pequena conclusão que fechará o parágrafo. Essa proposta, desenvolvida por Pimentel (2008, p. 76), pode ser verificada no quadro abaixo:

Estrutura do Parágrafo	
Idéia central	Também conhecida como “tópico frasal”, é onde se concentra a “alma” do parágrafo. A idéia central é a locomotiva, o guia, e as idéias secundárias são os vagões.
Idéias secundárias	Complementam e ampliam o que foi dito na idéias central, fundamentando-a. Tudo o que foi dito na idéia central deve ser corroborado pelas idéias secundárias.
Conclusão	É o fechamento do parágrafo. Deve fechar o que foi dito na idéia central e nas idéias secundárias.

Tabela 3 –Estrutura do Parágrafo (cf. PIMENTEL, 2008)

O que se verifica é que a ideia central é o guia e as ideias secundárias derivam, em termos de conteúdo, da ideia central. Como fecho de cada parágrafo, elabora-se uma conclusão preliminar das discussões estabelecidas no parágrafo.

Pimentel (2008) observa que um parágrafo bem elaborado apresenta determinadas qualidades que precisam ser respeitadas, como a unidade, a coerência e a ênfase. A unidade é responsável pela manutenção perfeita entre as ideias central e secundárias; a coerência consiste na harmonia entre o que foi colocado na ideia central; já a ênfase possibilita que a ideia central se sobressaia, fique clara e objetiva para o leitor (PIMENTEL, 2008, p. 76).

No que tange ao conteúdo, antes de iniciar a tessitura de qualquer tipo de produção escrita, ao produtor do texto cabe munir-se do maior número possível de informações sobre o tema a ser escrito, conhecê-lo e dominá-lo. Esses são elementos que possibilitam o desenvolvimento de uma discussão mais eficiente e satisfatória, na qual as “teses devem resistir às críticas e validar uma maneira particular de ver o mundo” (PILAR, 2002, p. 169).

Uma escrita elaborada a partir de falsas compreensões do tema ou da falta de domínio deste, provavelmente não atenderá à proposta, pois não apresentará argumentos condizentes com a temática especificada. Como consequência, o escritor poderá articular suas ideias sem coesão com a ideia central e não responder adequadamente ao que se pede. Em outras palavras, dificilmente o candidato conseguirá manifestar sua opinião sobre determinado assunto se não o compreende.

A preocupação com o tema é bem evidenciada no texto abaixo:

(1) **Ler atentamente o tema**, buscando as mensagens que o autor da frase quis passar ao leitor, ou seja, descobrir a intenção do autor ao escrever a frase. (2) **Reler o tema**, anotando as palavras-chave – palavra que encerra o significado global de um contexto, ou que o explica e identifica-o. (3) **Interpretar o tema denotativamente**: definir o sentido do tema, ou seja, alcançar com a inteligência a intenção do autor, buscando as mensagens que ele quis passar ao leitor, partindo das palavras-chave e elaborando perguntas relacionadas ao tema. (4) **Interpretar**, se necessário, **conotativamente** o tema: compreender o significado das palavras usadas em sentido figurado. (5) **Delimitar a idéia apresentada pelo tema**: reestruturar o tema com suas próprias palavras, de acordo com a interpretação feita anteriormente, ou seja, escrever um pequeno parágrafo, demonstrando o que você entendeu do tema. (6) Decidir qual será o **objetivo final** de seu texto, ou seja, qual será a conclusão a que se quer chegar. (7) Refletir sobre os **argumentos** que poderão ser utilizados para chegar à conclusão escolhida, selecionando aqueles que mais condizem com o tema. (8) **Elaborar a dissertação**. (CATARINO, 2008, p. 1, grifos do autor).

Conforme se pode verificar na citação acima, Catarino destaca e chama a atenção do produtor particularmente para o tema (itens 1 a 5). Numa linha semelhante de análise, Pimentel (2008) descreve o tema como a base principal de uma produção escrita. Pressupõe-se, a partir dessas observações, que o entendimento textual é imprescindível para o desenvolvimento de uma produção que esteja de acordo com a proposta estabelecida. A ênfase dada ao tema por Catarino (2008) induz à conclusão de que, sem compreensão adequada do tema, a produção escrita não será eficaz, pois não estará condizente com a temática da proposta.

A partir da prática de reconhecimento e domínio do tema, decide-se sobre o objetivo que levará à conclusão final da produção escrita; o objetivo é a posição que o escritor tomará em relação à temática proposta. Em seguida, reflete-se sobre a argumentação a ser utilizada para sustentar a posição tomada, buscando bases sustentáveis, como dados estatísticos, citações de pesquisadores, trechos de obras clássicas literárias e/ou científicas, pois a argumentação é fundamental para a eficácia e sustentabilidade da tese a ser defendida.

Nesse sentido, Franco Jr, Vasconcelos e Menegassi (1997) asseveram que é preciso ter habilidades de questionamento e conhecimento do objeto a ser dissertado:

[...] de forma geral, para se apresentar uma tese (premissa atual) é preciso “dialogar” ou ter de alguma forma presente uma tese anterior (premissa anterior); para tanto é necessário um conhecimento prévio amplo e uma habilidade de questionamento de mundo. Os argumentos que defendem a tese e os contra-argumentos que “contestam” ou “destroem” a tese anterior também dependem desse amplo conhecimento prévio. A conclusão, por sua vez, será a decorrência da lógica deduzida das relações entre a tese e os argumentos que a sustentam (FRANCO Jr; VASCONCELOS; MENEGASSI, 1997, p. 105).

Observa-se que algumas propostas apresentam mais de um texto motivador como auxílio para a produção da redação, o que pode contribuir para dificultar a localização e a compreensão do tema. Sendo assim, sugere-se que se faça uma leitura bem atenta dos textos para identificar o tema central e, caso este seja muito amplo, o escritor poderá elencar um ponto que achar interessante ou sobre o qual tiver maior conhecimento para, então, desenvolver a sua produção escrita.

Os textos motivadores, “como o próprio nome diz, têm a função de motivar o autor, dando-lhe instrumentos para pensar melhor sobre o que vai escrever. É importante abordar os aspectos sugeridos pelos textos motivadores, mas o vital é o tema, que é o verdadeiro guia da dissertação” (PIMENTEL, 2008, p. 74).

A proposta de número ‘um’ da Redação do Concurso Vestibular/2008 da Unioeste apresentou três gêneros textuais motivadores que abordavam o tema *trabalho escravo no Brasil* como material de apoio para os candidatos desenvolverem a dissertação:

(1) O trabalho escravo contemporâneo pode ser caracterizado como aquele em que o empregador sujeita o empregado a condições de trabalho degradantes e o impede de desvincular-se de seu “contrato”. A retenção de salários, a violência física e moral, a fraude, o aliciamento, o sistema de acumulação de dívidas (principal instrumento de aprisionamento do trabalhador), as jornadas de trabalho longas, a supressão da liberdade de ir e vir, o não-fornecimento de equipamentos de proteção, a inexistência de atendimento médico, a situação de adoecimento, a alimentação inadequada para o consumo humano, entre outros, são elementos associados ao trabalho escravo contemporâneo. (Ronaldo Marcos de Lima Araújo, professor da Universidade Federal do Pará. Fragmento retirado de <http://ufpa.br/beiradorio/arquivo/Beira22?opinião.htm>).

(2) A escravidão por dívida é uma realidade não só no Brasil, mas também em diversos países, inclusive no primeiro mundo. Uma das razões que explicam a existência desse tipo de escravidão é a concentração de renda de um lado e a pobreza de outro. Onde há gente sem trabalho, sem condições econômicas de sobreviver com dignidade, há também pessoas mais facilmente disponíveis ao aliciamento, por meio de ofertas enganosas de emprego e salário. (Pe. Ricardo Rezende Figueira, doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Retirado de <http://www.mst.org.br>).

(3) No Brasil, a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos. Segundo os cálculos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem no Brasil 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo. Os dados constituem uma realidade de grave violação aos direitos humanos, que envergonham não somente os brasileiros, mas toda a comunidade internacional. (Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, p. VI). (UNIOESTE, 2008, p. 11).

Como se pode observar na Redação de número 9000 (anexo XVIII), por exemplo, o escritor baseou-se nos gêneros textuais motivadores acima para desenvolver a sua produção escrita, como demonstram alguns usos compatíveis com os enunciados motivadores: escravidão no Brasil e em países desenvolvidos, desigualdade social, a acumulação de dívidas, ofertas enganosas de emprego, dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra, entre outros.

Os textos motivadores disponíveis na Prova de Redação apresentaram vários dados sobre o trabalho escravo atual no Brasil. Ao escritor, cabe manifestar sua opinião sobre o assunto, por meio do desenvolvimento de uma produção escrita. Contudo, não basta, e não é aceitável, que se copiem trechos aleatórios para dar forma à produção. As informações coletadas precisam ser discutidas e utilizadas para reforçar a reflexão do escritor, conforme orientação dada na página anterior à apresentação da proposta:

Ao elaborar sua redação, consulte a coletânea e a utilize segundo as instruções específicas de cada proposta. Atente, entretanto, para o fato de que não basta simplesmente copiar passagens ou partes de maneira aleatória. Elas só devem ser utilizadas de forma articulada à posição que você pretende defender. Você poderá se utilizar de outras informações e argumentos que julgar relevantes para o desenvolvimento de seu texto (UNIOESTE, 2008, p. 11).

O escritor não precisa prender-se às propostas motivadoras; ao contrário, pode valer-se também de conhecimentos que tem sobre o assunto para enriquecer a sua escrita, mostrando que tem capacidade para articular informações de diversas fontes e para tecer uma produção com bases sustentáveis e satisfatórias em um contexto coerente e coeso.

Além da diversidade de abordagens apresentadas pelos escritos motivadores, o vestibulando também precisa trabalhar com a construção sequencial de tipologias. Conforme se abordou no segundo capítulo, dificilmente será encontrada uma produção escrita (do gênero em foco) bem articulada, tendo em vista que, geralmente, o texto é produzido sob diferentes sequências de base, o que lhe concerne um caráter textual heterogêneo.

Marcuschi estabelece que, “a rigor, pode-se dizer que o segredo da coesão textual está precisamente na habilidade demonstrada em fazer essa costura ou tessitura de seqüências tipológicas como uma armação de base, ou seja, uma malha infra-estrutural do texto” (2007, p. 27). Entretanto, a coesão e a coerência não se restringem apenas a comandos de articulação

de sequências tipológicas, dependem, também, da harmonia entre as unidades da escrita, seja no âmbito do enunciado ou do gênero textual como um todo.

Antunes define como coesão a “*propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática*” (2005, p. 47, grifos do autora). A coesão é o encadeamento; a articulação das partes do enunciado é responsável pela ligação entre as palavras e os parágrafos, promovendo “a *continuidade do texto*, a seqüência interligada de suas partes, para que não se perca o fio de unidade que garante a sua interpretabilidade” (ANTUNES, 2005, p. 48, grifos da autora). Já a coerência é “uma propriedade que tem haver com as possibilidades de o texto funcionar como uma *peça comunicativa*, como um meio de interação verbal” (ANTUNES, 2005, p. 176 – grifos da autora).

Para Emediato (2008), um texto coerente e coeso, além de ser constituído por períodos, orações ou frases, precisa apresentar sentido para que o destinatário possa interpretá-lo. Portanto,

[..] escrever bem é pensar sempre em quem está lendo, em sua capacidade de entender a mensagem e a lógica do desenvolvimento de suas partes. A coerência é, também, consequência da coesão do texto. As unidades do texto devem possuir relações pertinentes entre elas. É a presença de relações pertinentes entre as unidades de um texto que forma o que chamamos de *texto coerente*. [...] (EMEDIATO, 2008, p. 229, grifo do autor).

Compreende-se, com a citação acima, que uma produção com mínimos ou nulos problemas para a leitura é resultado de uma escrita bem articulada e de fácil interpretação para o interlocutor. Por isso, planejar a produção escrita antes de utilizar a folha para a escritura da versão definitiva contribui para a construção de um texto coerente e coeso.

De acordo com Angelo, Zanini e Menegassi, o “aluno-autor precisa informar-se sobre o assunto a ser escrito, planejar o seu texto a partir do assunto a ser escrito, do destinatário eleito, do objetivo da produção, precisa revisar o seu texto e entregar para a apreciação”

(2007, p. 17). Esse é o papel do rascunho: dar oportunidade ao vestibulando para planejar a sua produção e melhorá-la, para, posteriormente, passá-la na folha de versão definitiva.

Uma maneira de planejar o texto consiste na organização de um esquema que pode ser elaborado antes de se iniciar o rascunho. No esquema, de maneira breve, anotam-se as ideias a serem discutidas. Em seguida, faz-se uma seleção das que achar mais interessantes para, posteriormente, hierarquizá-las. Conforme Emediato, “o melhor método – e o mais eficiente – é planejar sempre. Portanto, antes de iniciar a produção escrita, faça um esboço de itens e tópicos que poderão servir para o desenvolvimento dos períodos e dos parágrafos” (2008, p. 89).

Sendo assim, refletidas as ideias e dominada a temática, inicia-se a elaboração da escrita, na folha de rascunho, tendo como base o esquema produzido. O rascunho é uma ótima prática de produção. Possibilita que se revise o texto e que se façam alterações, caso necessárias, o que não é possível quando se trata da versão definitiva, uma vez que o escritor não irá entregar à Banca de Redação uma produção escrita com anotações entre as linhas ou marcada por rasuras e rabiscos. Isso porque correria o risco de ter sua produção não avaliada.

Franco Jr., Vasconcelos e Menegassi destacam que, em uma “perspectiva processual, na escrita, o produtor do texto deve fazer uso de planejamento, de produção e de uma série complexa de relações lógicas que articulam os elementos do seu discurso. E deve, ainda, levar em conta que o seu texto deverá ser entendido por um leitor” (1997, p. 97). O planejamento possibilita pensar sobre a escrita, auxilia na manutenção da coerência e contribui para a construção de uma boa produção, o que facilita na interpretação do interlocutor. A essa relação entre produtor, escrita e leitor, Franco Jr., Vasconcelos e Menegassi (1997) chamam de relação cooperativa.

O uso da linguagem também influencia no texto, uma vez que um bom domínio das normas da língua possibilita a elaboração de uma produção bem escrita e sem transgressões linguísticas. Damke *et al.* (2009) salientam que um texto que

[...] faz bom uso das palavras gramaticais é sintaticamente complexo e apresenta boa coesão resultando num entrelaçamento harmônico das idéias que se quer expressar. Se o texto também utiliza bem as palavras lexicais, ele cativa o leitor, seja por a combinação de palavras satisfazer suas expectativas, seja por surpreendê-lo pelo uso criativo da linguagem ou por não haver repetições lexicais desnecessárias. (DAMKE *et al.*, 2009, p. 112).

Uma produção escrita com problemas de normas institucionais, como ortografia, pontuação, regência, concordância verbal e nominal, dificulta a compreensão, a interpretação e empobrece a escrita, pois demonstra que o escritor não tem domínio da língua normativa. Como o esperado no gênero textual Redação do Vestibular é que o “candidato mostre ser capaz de utilizar a norma culta escrita entendida como o uso idealizado do idioma ao qual a comunidade lingüística tem acesso por intermédio da educação formal e da leitura de obras clássicas e de textos formais” (DAMKE *et al.*, 2009, p. 111), o vestibulando acaba perdendo nota quando não atende aos requisitos solicitados.

Nesse sentido, espera-se que as pessoas que concluíram em torno de doze anos de escolarização, ensino Fundamental e Médio, tenham um bom domínio das convenções da língua. No entanto, na maioria dos casos, essa não é a realidade observada. O que se verifica é que as pessoas, indiferentemente de terem já se formado no Ensino Médio ou não, têm muitas dificuldades no uso das normas linguísticas; e, quando se trata da modalidade escrita, a dificuldade aumenta.

As dificuldades relacionadas ao uso da norma-padrão na escrita podem ser de natureza gramatical ou ser resultado de interferências da modalidade oral. Segundo Bortoni-Ricardo (2003), as maiores dificuldades dos alunos escritores dizem respeito ao uso das normas gramaticais, tendo em vista que não dominam muitas das regras estabelecidas nas gramáticas,

o que os prejudica na hora da produção escrita. No caso das redações de Concursos Vestibulares, essas dificuldades são penalizadas por meio da perda de pontuação da nota final atribuída ao texto.

Os estudos de Bortoni-Ricardo (2003) referem-se às dificuldades de domínio da língua ainda no processo de alfabetização de crianças; contudo, muitas vezes essas dificuldades não são resolvidas e/ou trabalhadas em sala de aula, o que contribui para que sejam cristalizadas e carregadas para a fase adulta.

O uso adequado de itens lexicais também merece atenção, uma vez que o candidato com bom domínio lexical conseguirá se expressar mais adequadamente, sendo objetivo e claro na sua escrita. No entanto, o trabalho com o vocabulário e/ou unidades lexicais nem sempre faz parte das aulas de Língua Portuguesa ou Redação. Nesse sentido,

[...] quando se fala em gramática, vêm à mente regras para o uso da crase, da vírgula, para se acentuar as palavras, para usar a vírgula, aulas sobre o que é sujeito, predicado, oração subordinada, entre outros elementos lingüísticos. Esta visão reduz a gramática à análise sintática perdendo-se de vista a questão da adequação vocabular que consiste no uso preciso das palavras para a expressão do pensamento, tanto nas palavras ditas gramaticais como conjunção, artigo e alguns advérbios quanto às informações lexicais como substantivos, adjetivos e verbos. (DAMKE *et al.*, 2009, p. 112).

Assim como Damke *et al.* (2009), que reforçam o bom uso de informações lexicais, Dittrich, Favaretto e Britez citam que o “vocabulário adequado favorece a clareza que decorre da unidade temática do texto, ao mesmo tempo em que a propicia” (2009, p. 43). Damke *et al.* (2009, p 116) entendem ainda que “um candidato com um ‘bom conhecimento de mundo’ é capaz de fugir de clichês e acrescentar idéias originais em sua composição”. Cada indivíduo pode enriquecer e ampliar seu léxico por meio da interação com outras pessoas, da leitura, de viagens, assistindo a noticiários televisivos, programas de rádio, cursos, palestras, fazendo pesquisas, dentre outras práticas. A partir do momento que estão em interação, o que precisam é buscar a autenticidade e desenvolver sua criatividade na escrita.

Porém, o trabalho com os elementos gramaticais e com o léxico não pode ser desenvolvido em abordagens isoladas. Precisa estar unido a contextos discursivos. Essa preocupação, que visa ao ensino de Língua Portuguesa em conjunto com produções escritas, tem sido muito discutida, tendo em vista que a produção com recortes, frases soltas e conteúdos descontextualizados não vem atendendo às necessidades de aprendizagem dos estudantes, já que estes continuam demonstrando dificuldades no uso da língua padrão, principalmente na modalidade escrita.

Os docentes, em sua grande maioria, têm consciência dessa problemática e procuram por uma nova forma de ensino, que seja eficaz e capaz de suprir as necessidades de aprendizagem de seus alunos. É o que apontam Angelo, Zanini e Menegassi: as “intensas críticas às práticas pedagógicas baseadas em exercícios mecânicos de repetição e reconhecimento de estruturas fazem o professor abandonar o modelo de ensino tradicional e buscar outro, mais condizente com as necessidades sociais” (ANGELO, ZANINI; MENEGASSI, 2007, p. 1).

Para Geraldi, é na escrita “que a língua – objeto de estudo – se revela em sua totalidade quer enquanto conjunto de formas [...] quer enquanto discurso [...]” (1997, p. 135). Ainda nas palavras do autor,

[...] o trabalho com linguagem, na escola, vem se caracterizando cada vez mais pela presença do texto, quer enquanto objeto de leituras, quer enquanto trabalho de produção. Se quisermos traçar uma especificidade para o ensino de língua portuguesa, é no trabalho com textos que a encontraremos. Ou seja, o específico da aula de português é o trabalho com textos. (GERALDI, 1997, p. 105).

Nesse sentido, pode-se dizer que a produção escrita é o lugar da interação. É onde a língua se desenvolve, é o lugar em que os indivíduos se relacionam com a linguagem e a sua prática. A escrita “é o produto de uma atividade discursiva onde *alguém diz algo a alguém*” (GERALDI, 1997, p. 98, grifos do autor).

Para Angelo, Zanini e Menegassi (2007, p. 15), a “produção textual permeia todo o processo de ensino aprendizagem”. Segundo os autores, o ensino da língua não deve partir de “exercícios mecânicos de redução e classificação de elementos lingüísticos de frases com base numa teoria indiscutível. É a partir de práticas significativas e contextualizadas que se dá a construção de conhecimento de língua” (ANGELO, ZANINI; MENEGASSI, 2007, p. 5).

Também Oliveira e Benites (2009, p. 5) colaboram com essa discussão ao dizer que, em relação aos limites da frase, “a Lingüística ultrapassa-os e entende a linguagem como interação, justificando, dessa forma, a necessidade de descrever e explicar a língua dentro de um contexto, a partir da consideração de suas condições de uso e funcionamento”.

Destaca-se ainda que

[...] o aprendizado da língua se dá através de situações significativas em que os alunos interajam uns com os outros, trabalhem com a língua, analisando como funciona, refletindo sobre os recursos expressivos, tentando novas possibilidades de construção. Para isso, torna-se necessário que o processo de ensino aprendizagem da língua materna seja centrado na inter-relação, de forma contextualizada, das práticas de leitura, produção e análise lingüística. [...] A produção de texto não é uma prática desvinculada das demais e fim de uma seqüência didática, como normalmente propõe o livro didático; pelo contrário, consiste num trabalho que deve ter, também, uma finalidade e um interlocutor. (ANGELO, ZANINI e MENEGASSI, 2007, p. 17).

Contudo, o fato de simplesmente se trabalhar com a produção escrita e com o ensino de gramática não será suficiente se não forem considerados os gêneros textuais. Escrever qualquer “coisa” e de qualquer “maneira”, sem atitudes reflexivas sobre a finalidade, o contexto, o interlocutor, entre outros elementos, é uma prática defasada. Ao propor uma escrita descontextualizada, o professor deixa de compartilhar com os discentes os gêneros textuais e suas particularidades, ou seja, deixa de informá-los sobre o fato de que cada gênero tem suas características, pontos iguais e pontos divergentes: uma carta não tem a mesma estrutura de uma bula de remédio, assim como um conto não se assemelha a um memorando.

Nesse sentido, pode-se dizer que as características de cada gênero influenciam na sua linguagem escrita. E, à “medida que passam a conhecer e a fazer uso dos vários gêneros discursivos, os alunos aprendem a controlar a linguagem, o propósito da escrita, o conteúdo e o contexto” (PINTO, 2007, p. 50).

Nadal e Raupp analisam que

[...] quando o professor proporciona ao aluno o contato com diversos gêneros textuais, além de estar trabalhando de acordo com as recomendações atuais para o ensino de língua, ele estará enriquecendo sua aula com formas diferentes de se ver e de se trabalhar um texto. Como consequência dessa forma de trabalho, o professor terá um aluno mais produtivo e criativo no momento das produções textuais. É por meio desse contato direto com textos e conseqüente análise dos gêneros textuais que as aulas perdem a característica de modelo pronto e acabado. (NADAL; RAUPP, 2009, p. 3).

A inserção dos gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa possibilita a ampliação e a construção de novos conhecimentos. Porém, para isso, o docente precisa conhecer e dominar os gêneros para poder abordá-los adequadamente, colocando em “prática o processo de letramento e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita” (NADAL; RAUPP, 2009, p. 4).

Assim sendo, os gêneros como instrumentos de aprimoramento e distribuição de conhecimentos, auxiliam no uso e na compreensão da língua. Quando isso acontece, o docente atinge sua meta, que, nas palavras de Nadal e Raupp, diz respeito ao processo de “formar alunos que saibam ler e escrever de verdade. É o aluno leitor e produtor de textos, o qual é o ponto mais destacado nos PCNs” (2009, p. 4).

Nessa perspectiva de análise, pode-se dizer que o ensino da linguagem deve estar pautado em uma prática interacionista de linguagem, na qual se consideram os sujeitos e a sua relação com a língua. Esta deve ser trabalhada a partir de produções significativas, sejam orais ou escritas, e não por meio de processos descontextualizados, pois é no discurso que a linguagem se transforma e constrói expressividades.

Como foi observado na análise das expressões envolvendo o adjetivo, muitas vezes a formação (S+A) ou (A+S), isolada, parece estranha, mas, quando a expressão é integrada no texto, não causa estranheza, visto que o contexto lhe dá sustentação, dando-lhe aval cultural ou histórico.

A língua, quando entendida como discursividade enunciativa, fica assim mais próxima à realidade dos alunos e de suas práticas comunicativas, possibilitando aos mesmos apreendê-la na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou que se observasse o papel dos gêneros textuais em conjunto com o ensino da linguagem. Motivou este estudo a verificação, feita ao longo de alguns anos, da recorrência da prática de ensino descontextualizada, na qual a produção e a linguagem são trabalhadas em etapas separadas, restringindo o ensino da língua a enunciados soltos e a frases descontextualizadas. Desconsidera-se, assim, o gênero textual e o discurso, local de interação entre sujeitos e linguagem. Acredita-se que uma prática pautada nesse modelo não considera o sujeito aluno que busca por conhecimentos, uma vez que os discentes continuam a apresentar dificuldades, na prática linguística, de produção escrita e de reconhecimento dos gêneros textuais.

Conforme as análises realizadas em duas das dezenove redações que compõem o *corpus*, tem-se observado que os vestibulandos não conseguiram seguir satisfatoriamente os pressupostos apresentados por Pimentel (2008), quanto aos elementos da produção escrita, haja vista que se verificou que grande parte das redações não apresentou uma ordem linear de desenvolvimento das ideias secundárias definidas na introdução; algumas redações desenvolveram apenas uma das ideias, e outras, nenhuma delas.

No que diz respeito ao trabalho com o adjetivo, pode-se dizer que sua delimitação é complexa, assim como o seu uso, uma vez que utilizar o léxico não é uma prática singela e sem reflexão. É preciso levar em conta, também, os diferentes gêneros textuais que delimitam ao escritor o uso da língua em termos de formalidade e informalidade, visto que seria totalmente fora de contexto produzir uma produção escrita, nos moldes da proposta 'um' do Concurso Vestibular/2008 da Unioeste, por meio de palavras sorteadas aleatoriamente.

Essa influência do gênero textual também é verificada no uso do adjetivo, em termos de anteposição e posposição. Como se pôde observar, influenciam na seleção lexical as intenções discursivas dos escritores, motivadas pelo gênero. As dissertações que fazem parte do *corpus*, por exemplo, demonstraram que a posposição é a formação mais frequentemente encontrada, cento e vinte um casos, enquanto a anteposição representa cinquenta e três casos. A posposição também apresentou número elevado de ocorrências em usos considerados obrigatórios. Já na posição livre *sem* alteração de sentido, predominou a posposição.

Entende-se que o predomínio da posposição recebe influência das intenções discursivas do escritor, ou seja, a argumentatividade é o ponto forte do texto dissertativo; nesse caso, a busca pela credibilidade do leitor impulsionou o predomínio de posposições em relação à anteposição, já que o adjetivo posposto apresenta um teor mais objetivo.

Observou-se também que adjetivos como *grande* apresentam a possibilidade de mais de uma interpretação semântica para a mesma posição, influenciada pelo núcleo que caracterizam. Ressaltou-se, ainda, que há casos em que a inversão da ordem altera o sentido, mas que a expressividade enunciativa resultante dessa inversão não se aplica ao contexto em que o adjetivo está inserido. Com essa observação, salienta-se novamente a importância do trabalho da linguagem pautada em gêneros textuais e em produções escritas, do ensino da língua no contexto discursivo.

Verificou-se, ainda, que a cristalização de determinadas formações foram construídas historicamente, como ocorre com *Roma Antiga*, *Idade Média*, *Brasil Colonial*, *Leia Áurea*. Outras são de natureza cultural, como *Irmão Abel*, ou oriundas de conquistas do povo: *direitos legais*, *direitos humanos*, *direitos civis*.

Sendo assim, compreende-se que utilizar o adjetivo sem reflexão é uma prática que desmerece os estudos sobre a linguagem que apontam que a seleção lexical não é feita aleatoriamente pelos falantes/escritores. Nesse sentido, faz-se necessário que os professores

despertem a consciência de seus alunos sobre a necessidade não só de selecionar o adjetivo mais adequado às suas intenções, mas também de ambientá-lo na posição que melhor responde aos seus objetivos de escritor.

Isso porque uma escolha errada da posição do adjetivo pode comprometer os sentidos que pretende dar ao texto. É o que ocorrerá, por exemplo, se o produtor, querendo expressar que João é um homem importante, responsável, digno, apresentar a descrição “João é um homem *grande*”. Nesse caso, a posposição atribui ao adjetivo o sentido de *altura, grandeza material*. Pode acontecer de determinada expressão parecer estranha e sem conexão quando tomada isoladamente; no entanto, no contexto do enunciado, pode surgir fluentemente e sem obstáculos interpretativos.

Outra observação relevante diz respeito ao fato de alguns adjetivos que ocupavam uma certa posição no passado assumirem, hoje, a posição inversa, conforme apontam os estudos de Callou *et al.* (2002). Essa alteração da posição pode ter se dado com ou sem alteração de sentido. Como exemplo de alteração posicional sem alteração semântica, citam-se os adjetivos *caro (caros leitores)* – recorte (36) – e *boa/bom* – recorte (38).

Refletir sobre a língua e sobre o uso que dela são feitos contribui muito para o desenvolvimento de habilidades relativas à modalidade escrita e do conhecimento linguístico em si. Essa prática possibilita aos falantes/escritores compreender os processos de formação da língua e sua utilização em contextos discursivos. Em outras palavras, permite dominar a língua no interior da comunicação discursiva, no próprio momento de interação verbal, para usar os termos propostos por Bakhtin (2004).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 28. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1979.

ANGELO, Cristiane Malinoski Pianaro; ZANINI, Marilurdes; MENEGASSI, Renilson José. O ensino de língua portuguesa numa perspectiva interacionista. In: MENEGASSI, R. J. (Org). **Interação e escrita**: 1º Seminário de Ensino e Aprendizagem de Línguas. Maringá: Departamento de Letras Editora, 2007, p. 1-18.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ARAÚJO, Denise L. de. Práticas letradas no vestibular: análise de uma prova de redação. **Revista Intercâmbio**, vol. XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006, p. 1-15. Disponível em <www.pucsp.br/pos/lael/intercambio/pdf/lino-de-araujo.pdf>. Acesso em 13 fev. 2009.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port-Royal**. [Trad. Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Muracho]. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. **Estética da criação verbal**. 3. ed. [Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. [Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira]. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARROS, Enéias Martins de. **Nova Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Atlas, 1985.

BASILIO, Margarida. O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In: HEYE, J. (Org.). **Flores verbais**: uma homenagem lingüística e literária para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º aniversário. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 177-192.

_____. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BAZERMAN, Charles. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 2. ed. [Trad. Judith Chambliss Hoffnagel]. São Paulo: Cortez, 2006, p. 16-46.

_____. Formas sociais como habitats para ação. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. 2. ed. [Trad. Judith Chambliss Hoffnagel]. São Paulo: Cortez, 2006, p. 47-61.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Da cultura da oralidade para a cultura letrada: as dificuldades na hora de tirar o passaporte. **Revista da Gelne**, ano 5, n^{os} 1 e 2, p. 165-174, 2003.

BRANDÃO, Helena N. Texto, gêneros do discurso e ensino. In: BRANDÃO, H. N. (Org.). **Gêneros do discurso na escola**: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica, vol. 5. São Paulo: Cortez, 2000, p. 17-45.

BRONCKART, Jean-Paul. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: MACHADO, A. R.; MATENCIO, M. de L. M. (Orgs.). **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. [Trad. Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio]. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

CALDEIRA, Josyele R. **A redação de vestibular como gênero**: configuração textual e processo social. Rio de Janeiro: 2006. 150 p. Dissertação de Mestrado. PUC/RJ, Departamento de Letras. 2006.

_____. Alguns conceitos da lingüística sistêmico-funcional aplicados à análise do gênero 'redação do vestibular'. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/12.htm>>. Acesso em: 17 maio 2009.

CALLOU, Dinah. *et al.* **A posição do adjetivo no sintagma nominal**: duas perspectivas de análise. 2002, p. 1-25. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/quipafbarretoufrj_2002_nascimento_etal.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2008.

CALLOU, Dinah; SERRA, Carolina. A variação na ordem dos adjetivos nos últimos quatro séculos. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). **Português brasileiro**: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003a, p. 191-198.

_____. **Sobre a posição do adjetivo no sintagma nominal: séculos XIX e XX.** 2003b, p. 1-23. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/equipa/fbacelar/apl_2003_nascimento_callou_etal.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2008.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: uma introdução crítica.** São Paulo, Parábola, 2002.

CAMARA JR. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa.** 35. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CASTRO, Antonilma S. A. *et al.* **A dissertação no vestibular da UEFS: gênero ou tipo?.** Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/port/21.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2009.

CATARINO, Dílson. **Dicas de português: saiba como elaborar uma boa dissertação.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/fovest/dissertacao.shtml>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 26. ed. São Paulo: 1985.

COSTA, Sérgio R. **Dicionário de gêneros textuais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa.** 2. ed. 13. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 2. ed. 38. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DA SILVA, Ademar. A ordem dos adjetivos em grupos nominais: uma questão sintático-semântica e discursiva. **Calidoscópico**, v. 6, n. 3 Set-Dez/2008. Unisinos, 2008, p. 134-141. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/publicacoes-cientificas/imagens/stories/pdfs-calidoscopio/vol3n3/134a141-art02-silva.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.

DAMKE, Ciro. *et al.* Modalidade gramatical: índices de domínio da norma culta escrita em redações de vestibular. In: CATTELAN, J. C.; LOTTERMANN, C. (Orgs.). **A redação no vestibular da Unioeste: alguns apontamentos à luz da lingüística textual.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p. 111-130.

DITTRICH, Ivo José; FAVARETTO, Rosimara; BRITZ, Maria Aparecida. Dissertação e argumentação na redação do vestibular. In: CATTELAN, J. C.; LOTTERMANN, C. (Orgs.). **A redação no vestibular da Unioeste**: alguns apontamentos à luz da lingüística textual. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p. 35-53.

EMEDIATO, Wander. **A fórmula do texto**: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FRANCO Jr., Arnaldo; VASCONCELOS, Silvia I. C. C. de; MENEGASSI, Renilson J. O vestibulando e o processo de escrever. In: BIANCHETTI, L. (Org.). **Trama & texto**: leitura crítica, escrita criativa. vol. II. São Paulo: Plexus, 1997, p. 96-108.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KATO, Mary A. A natureza da linguagem escrita. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolingüística. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 10-41.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfo-sintática do português**: aplicações do estruturalismo lingüístico. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

MACHADO, Anna Rachel. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 235-259.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 151-166.

MAINGUENEAU, Dominique. Classificação e não-classificação. **Elementos de lingüística para o texto literário**. [Trad. Maria Augusta Bastos de Matos]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M. *et al.* (Orgs.). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005, p. 17-33.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P. *et al.* (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 19-36.

MEC – Assessoria de Comunicação Social. Portaria torna obrigatória redação no vestibular. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/acs/asp/noticias/noticiasId.asp?Id=1871>>. Acesso em: 06 mar. 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2001.

MENEGASSI, Renilson José. Professor e escrita: a construção de comandos de produção de textos. In MENEGASSI, Renilson José (Org). **Interação e escrita: 1º Seminário de Ensino e Aprendizagem de Línguas**. Maringá: Departamento de Letras Editora, 2007, p. 1-25.

MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MULLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; NUNES-PEMBERTON, Gelza. **Adjetivos no português do Brasil: predicados, argumentos ou qualificadores?**, 2009, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/anamuller/pdf/ADJETIVOS%20no%20PB%20Gramatica%20do%20Port%20Falado%202003.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2009

NADAL, Juliane; RAUPP, Eliane Santos. A abordagem dos gêneros textuais nos planos e nas aulas de Língua Portuguesa. **Anais do XIX CELLIP: Pesquisa em Língua e Cultura na América Latina**, 2009. Cascavel, n. XIX, v.XIX, 2009, p. 1-8.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OBIOL, Salvador; Equipe Editorial da Educacional (Orgs.). **Moderno dicionário enciclopédico brasileiro**. Curitiba: Ed. Educacional Brasileira S. A., 1980.

OLIVEIRA, Patrícia Cristina de; BENITES, Sônia Aparecida Lopes. As concepções de linguagem e o ensino da produção textual. **Anais do XIX CELLIP: Pesquisa em Língua e Cultura na América Latina**, 2009. Cascavel, n. XIX, v.XIX, 2009, p. 1-7.

PASCHOAL, Stéfano. Aspectos gramaticais no *Buch von der Deutschen Poeterey* (1624) de Martin Opitz (1597-1639). **Anais da 9ª Jornada de estudos lingüísticos e literários**. v. 9, n. 9, 2007, p. 143-150.

PAVANI, Cinara Ferreira; KOCHË, Vanilda Salton. Redação de vestibular: um gênero discursivo heterogêneo. **Caderno Seminal Digital**, v. 5, n. Jan-Jun/2006. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006, p. 111-130. Disponível em: <<http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/seminaldigital2006.1.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2008.

PERINI, Mário A. **Gramática normativa do português**. São Paulo: Ática, 1995.

PILAR, Jandira. A redação de vestibular como gênero. In: MEURER, J. L.; MOTHA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, SP: EDUSC, 2002, p. 159-174.

PIMENTEL, Carlos. **Redação descomplicada**. São Paulo: Saraiva, 2008.

PINTO, Abuêndia P. Gêneros discursivos e ensino de língua inglesa. In: DIONISIO, A. P. *et al.* (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 47-57.

RIBEIRO, Simone Beatriz Cordeiro; BORSTEL, Clarice Nadir von. O adjetivo: definição e a enunciação de expressividade. **Anais da 11ª Jornada de Estudos Lingüísticos e Literários (JELL) e 1ª Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos e Literários**, 2008. Marechal Cândido Rondon, n. 12, v.12, 2008, p. 305-312.

RODRIGUES, Rosângela H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nova gramática**: teoria e prática. 25. ed. São Paulo: Atual Editora, 1999.

SALES, Suelen. **A ordem dos adjetivos no discurso midiático**: séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2006, 202 fls. Mimeo.

SANTOS, Maria E. P. *et al.* O processo de escrita do vestibulando: em busca dos “indícios de autoria” e estilo. In: CATTELAN, J. C.; LOTTERMANN, C. (Orgs.). **A redação no**

vestibular da Unioeste: alguns apontamentos à luz da lingüística textual. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p. 55-66.

SAUSSURE, F. **Curso geral de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1987.

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto:** leitura e redação. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B. e DOLZ, J. (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. [Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro]. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004, p. 21-39.

UNIOESTE. **Prova de Redação do Concurso Vestibular/2008**. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/vestibular/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=14>. Acesso em: 10 nov. 2008.

ZANUTTO, Flávia; OLIVEIRA, Neil A. F. de. O gênero redação de vestibular: o que prova essa (re)produção textual? **MATHESES – Revista de Educação**, v. 5, n. 1 Jan-Jun/2004, p. 83-103. Disponível em <www.escreta.uem.br/escreta/pdf/nafoliveira.pdf>. Acesso em: q3 maio 2009.

ANEXOS

ANEXO I

PROPOSTA NÚMERO 'UM' DO CONCURSO VESTIBULAR/2008 DA UNIOESTE

PROPOSTA 1

Elabore um **texto argumentativo**, para ser publicado **em um jornal**, manifestando sua opinião sobre

O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

1. O trabalho escravo contemporâneo pode ser caracterizado como aquele em que o empregador sujeita o empregado a condições de trabalho degradantes e o impede de desvincular-se de seu “contrato”.

A retenção de salários, a violência física e moral, a fraude, o aliciamento, o sistema de acumulação de dívidas (principal instrumento de aprisionamento do trabalhador), as jornadas de trabalho longas, a supressão da liberdade de ir e vir, o não-fornecimento de equipamentos de proteção, a inexistência de atendimento médico, a situação de adoecimento, a alimentação inadequada para o consumo humano, entre outros, são elementos associados ao trabalho escravo contemporâneo.

(Ronaldo Marcos de Lima Araújo, professor da Universidade Federal do Pará.

Fragmento retirado de <http://ufpa.br/beiradorio/arquivo/Beira22?opinião.htm>)

2. A escravidão por dívida é uma realidade não só no Brasil, mas também em diversos países, inclusive no primeiro mundo. Uma das razões que explicam a existência desse tipo de escravidão é a concentração de renda de um lado e a pobreza de outro. Onde há gente sem trabalho, sem condições econômicas de sobreviver com dignidade, há também pessoas mais facilmente disponíveis ao aliciamento, por meio de ofertas enganosas de emprego e salário.

(Pe. Ricardo Rezende Figueira, doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Retirado de <http://www.mst.org.br>)

3. No Brasil, a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos.

Segundo os cálculos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem no Brasil 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo. Os dados constituem uma realidade de grave violação aos direitos humanos, que envergonham não somente os brasileiros, mas toda a comunidade internacional.

(Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, p. VI).

ANEXO II

REDAÇÃO NÚMERO 1.067/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
1067	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: ESCRAVIDÃO - um Novo Antigo Problema Brasileiro	
Nem a democracia nem o capitalismo cumpriram suas promessas de construir um mundo justo. O ideal de igualdade, fraternidade e liberdade, nascido na Revolução Francesa, tão caro ao mundo ocidental, ainda não é uma realidade em nosso país. Prova disto é a grande desigualdade social nele existente.	01 02 03 04
Conforme denunciou Marx, o capitalismo é um sistema cruel que privilegia os donos dos meios de produção e desumaniza aqueles que têm apenas sua força para trabalhar. O Brasil, sendo um país capitalista, compeva tal tese.	05 06 07
Começando pela história da sua colonização, já vemos em nosso país os portugueses se beneficiando da mão-de-obra indígena para a extração do pau-brasil. Mais tarde vieram os senhores de engenho, que não somente escravizaram os índios, mas também trouxeram para cá os negros para servirem sob o mesmo sistema. A escravidão, portanto, trata-se de um antigo problema.	08 09 10 11
Paradoxalmente, porém, a escravidão é um novo problema em solo brasileiro. Embora ela tenha sido abolida em 1888, ela persiste. Persiste não mais com suas antigas características, pois a ideologia que a sustentava foi suplantada. Agora ela se apresenta em novas formas, pois sua sustentação ideológica é bem diferente da do Brasil imperial, embora seu alvo seja o mesmo: enriquecer aqueles que detêm o poder. Eis algumas, a título de exemplos, formas novas de escravidão: os empregados que trabalham sem carteira assinada, os jovens sem acesso à educação e formação profissional e as meninas que muito cedo entram no mundo da prostituição.	12 13 14 15 16 17 18 19
A escravidão no Brasil é um problema antigo, vem desde a sua colonização. Ela é também um problema novo, pois, adaptou-se bem ao capitalismo e ressurgiu sob novas e sutis formas. Olhando o cenário atual, percebemos que imitar o gesto da Princesa Isabel não será suficiente para acabar com a nova escravidão. Ela tem raízes mais profundas que uma lei áurea não pode cortar.	20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO III

REDAÇÃO NÚMERO 1.324/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
1324	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: Cuidado : você pode ser o próximo !	
O avanço da tecnologia e a difusão dos modelos de sistemas globais de trabalho (fordismo, taylorismo, toyotismo, etc.) criam, ao contrário do esperado, a aprofundar ainda mais a relação empregador e empregado, sustentando antigas práticas que não condizem com o chamado "mundo moderno".	01 02 03 04
A pior destas práticas é, sem dúvida, o trabalho escravo, muitas vezes mascarado por políticas sociais como o corporativismo (ou até um paternalismo às avessas) fazendo perdurar o ciclo de fome, miséria e abandono das populações mais à margem do processo dito "civilizatório".	05 06 07 08
Isso, senão um tanto quanto hipócrita - e vocês têm de concordar comigo, amigos leitores - admitir que estes modelos de sistemas de trabalho só trazerem prejuízos, ao contrário, eles ajudaram o processo tecnológico e o aperfeiçoamento das relações de trabalho, ainda que algumas pessoas tenham em detrato-los.	09 10 11 12 13
Inevitável é escolher um trabalho forçado, um trabalho desumanizado sendo aceito (e praticado) de forma indiscriminada, e pior, com grande parcela da população mundial ainda submetida a tais práticas.	14 15 16
Digo mundial porque esta desumanização do empregado não é prática restrita ao Brasil, mesmo que aqui isto não gere como gera em países da Europa, por exemplo, ações de xenofobia (pelo menos não tão intensas), pois lá o problema maior se refere aos imigrantes e a ocupação por eles dos postos de trabalho, ainda que em um modelo "escravista".	17 18 19 20 21
Já a situação brasileira nos é familiar - infelizmente - e é isto que me causa certa revolta: a mesma inação diante dos problemas apresentados, a mesma passividade frente ao trabalho escravo, que não dignifica e empobrece a alma humana.	22 23 24 25
Mas cuidado: se aceitarmos que o mesmo semelhante seja desumanizado, abrimos a possibilidade de sermos também escravizados, talvez não pelo trabalho, mas pela tecnologia. Somos, então, escravos "high tech".	26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO IV

REDAÇÃO NÚMERO 1.911/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
1911	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: Educação: a essência da mudança	
É intolerável, na conjuntura em que estamos inseridos, em-	01
de a rede de informações nunca foi tão ampla, que ainda tenha-	02
mos conhecimento da existência de escravos, por outros meios que	03
não sejam os livros de história. Torna-se degradante, a índole de	04
qualquer um, saber que há pessoas, seja por falta de discernimen-	05
to ou por simples busca de suprir suas necessidades básicas, que	06
se sujeitam a esta "pervicácia". Situação esta, onde o empregador	07
maquiavélico tem pleno conhecimento de quanto é melhor ser terrido	08
que amado. Esse temor, na maioria das vezes, é o que faz o fim dis-	09
so tudo estar cada vez mais demorado.	10
Sendo a liberdade uma das cláusulas pétreas da Constituição, porque	11
não se invoca a justiça, uma vez que somos iguais perante ela?	12
O que ocorre é que a justiça enxerga com olhos humanos e, é aí	13
que ela deixa de ser imparcial, olhos esses, de um promotor ou juiz	14
igualmente coagido por esse opressor.	15
O sistema de escravidão imposto, torna-se tão abrangente, de modo	16
que, para que seja extinto, é necessário muito mais do que uma	17
"grande operação de libertação"; é preciso que os alicerces que sustentam	18
essa estrutura sejam destruídos; sendo de fundamental importância	19
que se eduque esse povo sofrido, de forma que ele adquira	20
uma voz sensata e coerente, fazendo-os perceber o poder que juntos	21
tem para mudar esse paradigma, de tal magnitude, que essa ti-	22
ranomia venha a sucumbir diante dos pés destes, que por muito tem-	23
po permaneceram em silêncio.	24
É quem deve começar tudo isso? Nós, caros leitores; com	25
caráter e bom senso mostrar a todos como construir um país	26
mais digno e humano por inteiro.	27
	28
	29
	30

3168169622

Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação

ANEXO V

REDAÇÃO NÚMERO 2.046/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
2046	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: <u>NESSA TERRA DE GIGANTES QUE TROCAM VIDAS POR DIAMANTES</u>	
<u>"NESSA TERRA DE GIGANTES QUE TROCAM VIDAS POR DIAMANTES", JÁ DI-</u>	01
<u>ZIAM OS MÚSICOS DO GRUPO ENGENHEIROS DO HAWAII NOS ANOS NOVENTA. AGORA,</u>	02
<u>EM PLENO SÉCULO XXI, A ESCRAVIDÃO, PRINCIPALMENTE EM PAÍSES SUBDESENVOL-</u>	03
<u>VIDOS CONTINUA SENDO REALIZADA. O BRASIL NÃO FOGE À REGRA, SENDO UM PAÍS</u>	04
<u>EM DESENVOLVIMENTO E COM GRAVES PROBLEMAS SOCIAIS, PRÁTICAS DESUMANAS CO-</u>	05
<u>MO A ESCRAVIDÃO SÃO CADA VEZ MAIS FREQUENTES.</u>	06
<u>EM PRIMEIRO LUGAR, O BRASIL POSSUI EM GRANDE PARTE DE SEU TER-</u>	07
<u>RITÓRIO UMA POPULAÇÃO MARGINALIZADA PELOS BAIXOS INVESTIMENTOS SOCIAIS</u>	08
<u>E EDUCACIONAIS, CASOS DO NORTE E NORDESTE BRASILEIRO. DESTES, ALGUMAS</u>	09
<u>PORÇÕES, TERRAS SEM LEIS. TERRAS ONDE SOBREVIVEM O MAIS FORTES. CONDI-</u>	10
<u>ÇÕES ASSIM OBRIGAM A POPULAÇÃO A HUMILHAÇÃO DE ACEITAREM TROCAR SEU</u>	11
<u>RENDIMENTO FÍSICO POR PRATOS DE COMIDA.</u>	12
<u>ALÉM DISSO, É DE GRANDE VALIA RESALTAR O PAPEL DOS "SENHORES</u>	13
<u>DE ENGENHO" CONTEMPORÂNEOS, PESSOAS QUE ALIMENTAM A PARTICIPAÇÃO DA ES-</u>	14
<u>CRVIDÃO NA HISTÓRIA NACIONAL. ESTAS PESSOAS, DESPROVIDAS DE RESPEITO E</u>	15
<u>HUMANISMO, TROCAM VIDAS HUMANAS POR MÃO-DE-OBRA EFICAZ E BARATA,</u>	16
<u>MÃO-DE-OBRA ESTA QUE MANTEM VIAGENS, CASAS E CARRU CONFORTÁVEIS</u>	17
<u>AOS SEUS SENHORES.</u>	18
<u>POR ÚLTIMO, TENDO COMO UMA DAS PRINCIPAIS CAUSAS DA ESCRAVIDÃO</u>	19
<u>A FALTA DE UMA MELHOR EDUCAÇÃO ENTRE OS BRASILEIROS, FRIZAR SOBRE ME-</u>	20
<u>LHORES INVESTIMENTOS NESTA ÁREA É INEVITÁVEL. É URGENTE A NECESSI-</u>	21
<u>DADE DE REFORÇAR, PRINCIPALMENTE, TÓPICOS COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL.</u>	22
<u>RESPEITO AO PRÓXIMO. RESPEITO À VIDA.</u>	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO VI

REDAÇÃO NÚMERO 3.349/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
3349	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: Maquiagem sobre a história	
Há pouco mais de 507 anos os portugueses chegaram à atual Porto Negro, Bahia. Bahia é, literalmente, a história desse país já vem sendo escrita há um bom tempo. Infelizmente, não é apenas de glória que esse passado foi construído. A escravidão, por exemplo, marcou profundamente a sociedade brasileira. Então, em 1888, após aproximadamente 388 anos de escravidão, decretou-se a Lei Áurea. "Liberdade para todos!" - "Liberdade antes que tardia" aos nossos escravos. Porém, literalmente, os negros foram postos à margem da sociedade e sem condições de competição no mercado de trabalho. Não se engane, então, pensando que há 119 anos de trabalho livre é relevante no Brasil, insistindo escravidão.	
Em vias obscuras sendo ocultado através da corrupção, o trabalho escravo ainda existe no Brasil. Porém, não da mesma forma que existia no passado. Atualmente, o trabalhador escravo é submetido a condições de trabalho que o atulham ao "emprego" principalmente através de dívidas. As condições do trabalhador são humilhantes. Infringe-se aos direitos humanos desta cidadania. Ora, é fácil imaginar que antes de estar nessa situação, a de extrema era nada confortável a essa pessoa. Dessa forma, e aliciada muito, através de promessas de bom emprego, foi fácil de acontecer.	
O abismo social que existe no Brasil é uma das principais causas do trabalho escravo. Onde há muitos trabalhadores pensosamente, há aqueles poucos que obtêm grande lucro. Já foram denunciadas algumas "fazendas" que concentram trabalho escravo no Pará. E os donos delas são grandes latifundiários. A ganância e a ambição desmedidas geram fatos assim. Infelizmente, a realidade não é apenas brasileira, ocorrendo também em países do "primeiro mundo".	
Outros os negros vieram da África em navios que os submetiam a condições desumanas. Essa conjuntura foi contada por Castro Alves no poema "Navio Negreiro". Entretanto, "viagens" como essas ainda existem. Por exemplo, as migrações de nordestinos que vão a São Paulo na esperança de uma vida mais digna. Muitos destes acabam escravizados em fábricas na capital paulista.	
"A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída pra qualquer parte." A música dos "Tutás" é um exemplo de que liberdade não significa apenas trabalho livre. É necessário dar a esses cidadãos uma vida digna. Isso requer ética dos governantes e responsabilidade social do povo.	
3168169622	

Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação

ANEXO VII

REDAÇÃO NÚMERO 3.983/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
3983	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: A Propriedade Privada e a Sua Relação com o Trabalho Escravo	
Tentar-se-á, nesta pequena exposição, mostrar a relação direta entre a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho escravo.	01 02 03
Conforme Friedrich Engels, em "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", a propriedade privada da terra foi a primeira forma de divisão entre pequenos grupos (famílias, tribos, etc.). Ela deu origem ao Estado o qual estava imbuído de mediar os conflitos entre os diferentes proprietários e não proprietários. Também ao Estado foi conferida a responsabilidade de assegurar o "direito" à propriedade aos que mais poder detinham.	04 05 06 07 08 09 10
Também o trabalho - ou melhor, a força de trabalho - é assegurada juridicamente como propriedade privada de todos os que dela fizerem uso, ou a disponibilizarem para tanto. Mas, como mostrou Karl Marx, especificamente em "O Capital", a mão-de-obra que dispõe o trabalhador é uma das mais importantes fontes de acumulação do proprietário dos meios de produção. Neste sentido, quanto menos ele (o proprietário) pagar pelo trabalho alheio, mais lucrará. Nas palavras de Marx, não as mais-valias (absoluta e relativa).	11 12 13 14 15 16 17 18
Através deste processo, onde umas pessoas têm a propriedade dos meios de produção e muitas outras não, caracteriza-se também a sociedade capitalista contemporânea, e o Brasil, obviamente, está inserido nela. Neste país, muitas injustiças são cometidas diariamente, e as soluções parecem estar longes. É isso ocorre, opina-se, pelo fato de disvirtuarem o loco da análise em modalidades apartadas da realidade social como um todo. Fecho isso, trabalho escravo se diferencia do formal/precarizado, do informal/precarizado, somente informal, etc. É uma análise contundente que incide a mudança nas classes exploradas, passa pelo todo social da exploração do homem pelo homem, de governantes e governados, propondo uma sociedade formada por trabalhadores emancipados, livres e produtores a si mesmos, o mais mais como produtores da riqueza alheia.	19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO VIII

REDAÇÃO NÚMERO 4.094/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
4094	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: O capítulo retrogrado da civilização	
Historicamente, uma classe dominante sempre subjugou os mais fracos em detrimento de seus interesses socio-econômicos-culturais. A escravidão acompanha o homem desde quando ele se organizou nas civilizações hidráulicas, na Mesopotâmia. No Brasil não foi diferente. A diferença é que na Mesopotâmia e no Período Colonial, a sociedade era regida por leis que beneficiavam mandatários e déspotas, estas que são, completamente inaplicáveis numa sociedade moderna, que iguala a todos.	01 02 03 04 05 06
A diferença social marginaliza uma camada da população que não consegue sobreviver com dignidade. Vulneráveis, essas pessoas são expostas a condições de trabalho precárias, prejudicando a saúde com jornadas diárias exaustivas, sem acesso a atendimento médico, ou suporte sindical para reivindicarem seus direitos, porque esses valiosamente acontecem de forma clandestina. Muitas vezes esses trabalhadores são torturados, ou então têm seus salários retidos, acumulam dívidas com o espessor, como garantia da relação submissa. No Brasil, há dados de que vinte e cinco mil pessoas estejam nessas condições de exclusão social, abandonadas pelas organizações civis que não estão cumprindo suas responsabilidades previstas na lei.	07 08 09 10 11 12 13 14 15 16
O brasileiro é pacífico, e solidário, e conhecido por todo o mundo como um povo feliz, apesar das dificuldades que enfrenta. Entretanto, ao tomar conhecimento de notícias como estas, com certeza, um outro tipo de postura deveria ser adotada. A de um povo que conhece seus direitos, e que se indigna com o que está acontecendo com esses pobres escravizados por esse país, e mais do que isso, cobra alguma atitude dos governantes, para fazer cumprir a lei, e punir todos os que estiverem contribuindo para esse fato que abala a evolução dos direitos civis. Ouçam o trecho do hino nacional que diz: "Ós filhos deste solo, ós mãe gentil, pátria amada Brasil!", e não reneguem seus filhos.	17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO IX

REDAÇÃO NÚMERO 4.202/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
4202	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: O trabalho escravo no Brasil	
Até o final do século XIX, o trabalho escravo era o principal modo de produção da economia. Representou papel importante no desenvolvimento não só do Brasil, mas também da maioria dos outros países. Tratava-se de um sistema aceito naturalmente pelas sociedades e tido como imprescindível para a economia. Hoje, felizmente, não mais. Não há mais lugar no mundo atual para essa repugnante forma de produção, pelo menos, não deveria haver.	01 02 03 04 05 06 07
Passados mais de cem anos da abolição da escravidão no Brasil, ainda há lugares deste país onde a escravidão sobrevive. Focos de trabalho escravo são encontrados em lugares de difícil acesso, como as cavernas do Centro-Oeste, nas quais há o agravante do emprego de mão-de-obra infantil, nas fazendas no interior do Pará e, para não citar apenas os rincões deste país, são encontrados também, de modo disfarçado, nas grandes cidades, como nos fabricões de estuários que empregam bolivianos em São Paulo, entre outros locais e de outras formas.	08 09 10 11 12 13 14 15
A remenda, a corrente, o chicote e o pelourinho não existem mais, mas, na escravidão contemporânea, foram substituídos pelo alojamento precário e degradante, pela dívida contraída e impossível de saldar, pela falta de segurança e jornada longa e estafante no trabalho e pela opressão moral e violência física a que são submetidos os meus "meus-escravos".	16 17 18 19 20
A desigualdade econômica entre as regiões deste país, a péssima distribuição da renda e do conhecimento, a corrupção, o desrespeito à dignidade humana, entre outros fatores, são tidos como os fatores responsáveis pela perpetuação da escravidão no Brasil neste formato atual. Na verdade, é a sociedade brasileira a responsável, somos todos nós os responsáveis por esse problema e por outras mazelas que afligem o país. A escravidão no Brasil será realmente coisa do passado quando soubermos escolher nossos dirigentes e fiscalizá-los, quando darmos mais valor às nossas ações como força modificadora da situação atual, precipitando um cenário onde não existam mais escravos.	21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO X

REDAÇÃO NÚMERO 4.218/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
4218	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: ESCRAVOS NUNCA MAIS!	
Durante toda a Antiguidade e parte da Idade Média, o fenômeno da	01
escravidão foi aceita pelas mais diversas civilizações do globo. Tornar-se	02
escravo era a consequência da rendição ou da derrota nas guerras ou	03
disputas de território. O escravo era o vencido, o espólio de batalha.	04
No alvorecer da Idade Moderna, a escravidão aparece como resultado da	05
dominação cultural: povos considerados primitivos do ponto de vista europeu,	06
eram dominados e condenados ao trabalho forçado na América colonial. O	07
escravo é, nesta fase, mercadoria.	08
Nesta altura da história, nasce o Brasil. Quinzentos portugueses,	09
este país viu seus filhos nativos serem restringidos por coronéis e quilombos. A	10
estes, somaram-se os milhões de homens e mulheres trazidos da longínqua	11
África. Seu sangue e suor estão indelévelmente plantados nos doces da Pa-	12
tria Tupiniquim.	13
Embora a escravidão tenha desaparecido no Brasil há pouco mais de um	14
século, ainda nos surpreendemos com a notícia da existência de pessoas reduzidas	15
à servidão em algumas áreas remotas do país. Esta escravidão moderna tem	16
contornos específicos: trabalhadores racionais submetidos à situações de extrema	17
insalubridade e envoltos em dívidas incompreensíveis e acumulativas. É impor-	18
taante sublinhar que o atual trabalho escravo está ligado a outras variáveis	19
sociológicas, a exemplo da escandalosa concentração de renda nas mãos de peque-	20
na parcela da população. Estima-se que ao menos 25 mil pessoas estejam hoje	21
vivendo em regime escravo no Brasil.	22
A erradicação definitiva desse flagelo passa por duas reformas. A pri-	23
meira é uma abrangente reforma social, a qual possibilite a todos os	24
cidadãos oportunidades de emprego e escolarização. A segunda — tarefa tão árdua	25
quanto a primeira — é a reforma do espírito humano. Esta reforma consiste	26
na prática de uma lei fundamental da evolução humana: na vida é	27
necessário saber amar as pessoas e usar as coisas. Nunca o contrário!	28
	29
	30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XI

REDAÇÃO NÚMERO 4.398/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
4398	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título:	<i>Escrevidão: uma ameaça que ainda se faz presente.</i>
	<i>A assinatura do Lei Áureo em treze de maio de 1888 não enterra a</i>
	<i>urgência que representou quase três séculos de trabalho escravo</i>
	<i>no Brasil. Embora a data represente o fim desta forma de trabalho</i>
	<i>seja comemorada como símbolo da liberdade e igualdade, dados</i>
	<i>apresentados recentemente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)</i>
	<i>denunciam o contrário.</i>
	<i>Segundo a CPT, existem hoje no Brasil cerca de 25 mil pessoas sub-</i>
	<i>metidas a condições de trabalho escravo. Esta realidade expressa-</i>
	<i>se em condições de trabalho degradantes nos quais o trabalha-</i>
	<i>dor está sujeito à supressão de direitos básicos já garantidos</i>
	<i>por lei, como jornadas de trabalho de 8 horas diárias, garantia em</i>
	<i>caso de adoecimento, locais de trabalho salubres, entre outros.</i>
	<i>Outra forma também recorrente de manifestação do trabalho</i>
	<i>escravo é o sistema de acumulação de dívidas. Muito utilizado</i>
	<i>no início da imigração europeia no segundo metade do século</i>
	<i>XIX, esta forma "maquiada" de escravidão ainda é comum em</i>
	<i>diversas regiões brasileiras e representa uma afronta ao conceito</i>
	<i>do direito de ir e vir do cidadão.</i>
	<i>De acordo com R. Ricardo Rezende Figueira, doutor em Antropolo-</i>
	<i>gia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, no entanto, esta</i>
	<i>não é uma realidade exclusiva do Brasil. Pelo contrário, está</i>
	<i>presente em diversos países, inclusive do primeiro mundo.</i>
	<i>Ele defende que uma das principais causas para a existência da es-</i>
	<i>cravidão na atualidade é a distribuição desigual do renda, que</i>
	<i>faz com que trabalhadores pobres se sujeitem às condições impos-</i>
	<i>tas por empregadores mal intencionados.</i>
	<i>É preciso e se faz urgente, que a sociedade brasileira, bem</i>
	<i>como toda a comunidade internacional, fique em alerta</i>
	<i>contra esta grave e evidente violação dos direitos humanos, um</i>
	<i>passo atrás na conquista desses direitos.</i>
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XII
REDAÇÃO NÚMERO 4.994/2008

ANEXO XIII

REDAÇÃO NÚMERO 5.252/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
5252	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título:	<i>O trabalho escravo no Brasil.</i>
	<i>Temos visto ultimamente nos meios de comunicação</i> 01
	<i>reportagens acerca do trabalho escravo que existe atualmente</i> 02
	<i>em diversas regiões do nosso país.</i> 03
	<i>Parece-nos que dentre as principais causas estão a</i> 04
	<i>baixa escolaridade das pessoas submetidas a essa condição,</i> 05
	<i>e alto índice de desemprego verificado em nossa sociedade</i> 06
	<i>e a impunidade das pessoas que se beneficiam com</i> 07
	<i>essa prática degradante de trabalho.</i> 08
	<i>Essa cultura de exploração do ser humano vem</i> 09
	<i>desde os tempos de descobrimento da América, quando</i> 10
	<i>mercenários compravam e vendiam escravos com o princi-</i> 11
	<i>pal objetivo de auferir lucros com esse comércio. Também</i> 12
	<i>interessava do ponto de vista econômico as metrópoles da</i> 13
	<i>Europa que adquiriam produtos prímios por preços irri-</i> 14
	<i>órios e os revendiam com ganhos expressivos para</i> 15
	<i>o seu mercado interno ou para outras localidades de</i> 16
	<i>mundo.</i> 17
	<i>Porém, hoje, temos diversos meios de comunicação e</i> 18
	<i>disponíveis de uma legislação mais racional no que se</i> 19
	<i>refere a garantias periciais para o ser humano. Porém</i> 20
	<i>precisamos tentar acabar essa prática deplorável de explora-</i> 21
	<i>ção das pessoas em nosso país através da denúncia dos</i> 22
	<i>abusos cometidos e através da justiça fazendo com</i> 23
	<i>que seja aplicada penalidade rigorosa aos infratores.</i> 24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XIV

REDAÇÃO NÚMERO 6.320/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
6320	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título:	A escravidão moderna
	"Ide, multiplicai-vos, sujeitai a terra e dominai..." O relato da Criação do Livro de Gênesis, aponta a capacidade humana de dominação e transformação dos recursos disponíveis frente às suas necessidades. Seguindo a descrição bíblica pré-criação, Caím assassina seu irmão Abel por não aceitar a vitória do irmão. Tal situação se repete no decorrer das gerações. Na busca pelo sucesso, o homem demonstra uma notável capacidade de subjugar seus recursos, tempo, família, valores e princípios para encontrar o sucesso almejado. A conquista tecnológica e espacial marcou um mundo moderno e civilizado que se distancia das barbáries das cruzadas e as forças do engenho. No entanto, a cultura imoral da dominação continua movendo e economia atual. Seja ela na forma arcaica ou moderna. Arcaica pois ainda existem cerca de 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo segundo a Comissão Pastoral da Terra. Moderna, quando o indivíduo se torna escravo das suas próprias ambições. Por conceito, o trabalho escravo contemporâneo pode ser caracterizado quando um empregado está sujeito a condições de trabalho degradantes e violência física e moral. Dívidas ao empregador, longas jornadas de trabalho, inexistência de atendimento médico, entre outras. No Brasil, a escravidão arcaica e contemporânea "manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social e racismo". Na Era da Informação é gritante para uma sociedade intelectualizada aceitar que compatritas sejam explorados por quem detém o poder. No entanto, a escravidão na sua face moderna, não se difere da arcaica na sua essência. Sob rótulos de altos cargos, excessos de posição e benefícios para família toda, o "homem informado" segue paradoxalmente a altos padrões de vida confortável e "satisfeita". E, numa conclusão com Caím, sacrifica-se tudo: moral, família, valores e princípios. Atropelando tudo o que o impedia de conquistar e dominar. Tornando escravo de si mesmo. A história revela que com sangue aboliu-se a escravidão contemporânea. A moderna, poderá ser com a própria vida. Caím perdeu tudo o que tinha e saiu errante diante do faz. Foi amaldiçoado até pelos seus entes queridos. E nós, "homens inteligentes" estamos informados para o dia da nossa abolição?
	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XV

REDAÇÃO NÚMERO 7.576/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
7576	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: Escravos de ontem e hoje: diferentes, porém escravos.	
A caracterização de escravo pela condição atribuída à palavra, sofreu algumas alterações com o passar da História, desde a Roma Antiga ela ainda está presente nos meandros da "sociedade moderna", essa transformação da realidade escravista manifestou-se também na colonização brasileira e que perdura até o presente momento.	01 02 03 04 05
As Nações Imperialistas utilizaram-se da mão de obra escrava nos continentes da Ásia, África como também na América com a justificativa de levar civildade à esses povos. No período de colonização do Brasil o "escravo" era tido como uma mercadoria, cabendo a seu dono o poder de compra e uso de "seus bens" adquiridos como melhor lhe conviesse.	06 07 08 09 10
Entretanto, a realidade que presenciamos não é mais conforme a manifestação literária em "O navio negreiro". As formas de obtenção de trabalho, como o vínculo e controle da mão-de-obra não efetiva-se através da posse, mas consiste na subordinação, na maioria dos casos isso se manifesta em função da necessidade, esta, marcada pelo desemprego, dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, informalidade, desqualificação, ausência dos meios de produção que estabelecem formas propícias para a permanência do "personagem escravo".	11 12 13 14 15 16 17 18
A dinâmica da produção industrial também utiliza-se de uma forma de trabalho que pode ser analisada como trabalho escravo, pois emprega elementos concitiosos, como o autoritarismo, condições de trabalho degradantes, longas jornadas de trabalho, que contrariam o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, que afirma que "a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade".	19 20 21 22 23
Contudo o sistema escravista ainda mantém-se, variando suas denominações (escravo, trabalhador assalariado) ou formas de vínculo, mas resiste na existência. Em condições de países periféricos ou desenvolvidos sem uma intervenção social de luta, reação organizada dificilmente esse método de exploração do trabalho será extinto.	24 25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XVI

REDAÇÃO NÚMERO 8.740/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
8740	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: Povo Heróico, Bravo e Retumbante	
<p>Já muito ouvimos falar de figuras como Dom Pedro II, Marechal Deodoro da Fonseca, e toda a casta de imperadores, governantes e líderes políticos que registraram seus nomes nas longas páginas da História do Brasil. Contudo não nos damos conta de que eles são apenas representantes dos cidadãos heróis nacionais. Estes são as pessoas que trabalharam, lutaram, e deram seu suor em troca de um Brasil iluminado, livre, igual e paterno.</p> <p>Porém, como se não bastasse carregar o país nas costas, desde sempre foram desvalorizados e reprimidos. Fizeram-se crer que realmente eram inferiores. Negros, brancos e índios foram escravizados, e não só fisicamente, mas também culturalmente.</p> <p>Pensando assim é que nos damos conta de que o progresso ao contrário do que nos dizem, não melhora a vida de todo mundo, pelo contrário, impõe condições que chame alguma parte ali, destruindo princípios humanos, e com eles o paraíso de diante, que já não passa de uma quimera.</p> <p>Infelizmente não aprendemos com o passado e até hoje homens, mulheres e crianças são submetidos a trabalhar em condições desumanas, lutando contra a fome e o frio vivendo na ilegalidade e no anonimato, sem direito a uma vida plena.</p> <p>O que os dá força e os alimenta é sem dúvida a fúria esperança no mundo dos sonhos de Karl Marx. Talvez uma utopia, ou apenas algo distante, a milhões de anos luz daqui, ou quem sabe esse mundo exista no coração de todos nós.</p>	01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XVII

REDAÇÃO NÚMERO 8.781/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
8781	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título:	Virgínia nacional
	01
O Brasil foi um país que utilizou mão-de-obra escrava por um período de aproximada-	
mente quatro séculos. Negros e mulatos compunham a maioria dessa população que presta-	
va trabalhos forçados em diversos setores da economia nacional: nos engenhos de cana-	
-de-açúcar, nas lavras de ouro, na pecuária e até mesmo dentro de casa, nos afazeres de	
mésticos. Com a Lei Áurea, de 1888, assinada pela princesa regente Isabel, a escravidão	
foi abolida de vez em nossa sociedade. Pelo menos na teoria. Na prática, ainda hoje vemos	
casos de trabalho semi-escravo no país, principalmente em canaviais e carvoarias das	
regiões Norte e Nordeste. Isso reflete dois dos principais problemas sociais do Brasil: a	
péssima distribuição de renda e a educação pública precária.	
Uma pessoa que mal tem dinheiro para sustentar sua família corre um risco muito	
maior de aventurar-se em busca de um emprego que lhe ofereça boa remuneração. Os ali-	
ciadores de escravos procuram justamente esse tipo de empregado: o que tem tudo a perder	
caso seja demitido, o que prefere ganhar um salário miserável a ter que procurar uma no-	
va educação. Explorando-se da situação de pobreza e fome de suas vítimas, os aliciado-	
ras usam-nas para serviços pesados, colocando-as cada vez mais à margem da socie-	
dade.	
Outro fator importante quando falamos de escravidão moderna é a baixa escolariza-	
ção. Vindos de famílias onde a educação era deixada em segundo plano, esses tra-	
balhadores semi-escravos têm poucas condições de lutar por seus direitos legais como	
empregados. Tornam-se presas fáceis das embromações e enganações a que seus patrões	
lhes submetem. Muitos mal sabem assinar o próprio nome. Outros desconhecem a exis-	
tência de férias, 13º salário, descanso semanal remunerado. E ignorância deixa suas	
existências em função de terceiros, os patrões.	
Portanto, a escravidão moderna no Brasil atual é resultado de uma política	
social injusta e degradante, que beneficia aqueles que possuem maior renda e escolariza-	
ção. O regime de trabalho a que os subordinados de patrões aliciadores são submeti-	
dos é humilhante, degradante e o pior: mancha a imagem nacional perante o resto	
do mundo.	
	30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XVIII

REDAÇÃO NÚMERO 9.000/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
9000	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: Escravidão no Brasil?	
Apesar de a escravidão propriamente dita já ter sido abolida no Brasil pela princesa Isabel por meio da Lei Áurea, ainda hoje essa prática é muito utilizada, porém com outras formas de exploração.	01 02 03 04
O trabalho escravo contemporâneo existe não só no Brasil, mas também em vários outros países, sejam desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Entretanto, essa escravidão torna-se mais evidente em países pobres, onde a desigualdade social é extremamente gritante, devido à concentração de renda nas mãos de poucos em contraposição à enorme massa popular pobre. Essa grande parcela da sociedade desempregada, vivendo na miséria, torna-se mais suscetível aos aliciamentos, sendo enganada com promessa de trabalho e salários garantidos.	05 06 07 08 09 10 11 12
A precariedade ou até a falta de fiscalização facilita a escravidão moderna, tornando-a mais frequente. Os empregadores, agindo clandestinamente de forma autoritária e corrupta, abusam do poder e violam os direitos humanos, expondo seus empregados à precárias condições de trabalho. Esses verdadeiros tiranos articulam passo a passo os acordos com os proletários, de modo que estes não consigam romper com o contrato, acumulando enormes dívidas para com o seu "senhor".	13 14 15 16 17 18 19 20
A escravidão, tecnicamente extinta, existe até hoje e cresce à proporção que aumenta o número de desempregados. No Brasil, são 25 mil pessoas submetidas ao trabalho escravo, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra.	21 22 23 24
É preciso reverter esse quadro social, promovendo a manutenção e o reforço da fiscalização nas áreas de trabalho, garantindo assim os direitos humanos conquistados pelo proletariado.	25 26 27 28 29 30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XIX

REDAÇÃO NÚMERO 9.009/2008

REDAÇÃO VERSÃO DEFINITIVA	
	INSTRUÇÕES:
9009	1) CUIDADO ! Não amasse, não dobre, nem suje este cartão, sob pena de impossibilidade de reconhecimento pelos equipamentos ópticos. 2) Utilize caneta esferográfica AZUL ou PRETA.
Título: Corrupção escravista	
O trabalho escravo persiste na sociedade atual mesmo após sua abolição	01
através da Lei Áurea. Diferentemente da escravidão de tempo de Império mas	02
igualmente desumana, a escravidão hoje baseia-se em ilusórias ofertas de emprego. Nor-	03
malmente, os escravos não miranxeiros, imigrantes e o médium capataz utilizam-se de sua	04
habilidade como instrumentos de aliciamento. Esse tipo de trabalho exploratório faz com	05
que o escravo perca a liberdade de ir e vir, a dignidade e até mesmo a vida.	06
As regiões brasileiras Norte e Nordeste, por serem predominantemente dependentes	07
de trabalho agrícola, possuem altos índices de trabalhadores vivendo em condições análogas	08
à escravidão. Há os grandes proprietários de terra chamados os trabalhadores não	09
tema de retirada da alimentação e da liberdade, por meio da violência. Como os gran-	10
des fazendeiros não violam o trabalhador não consegue fazer uso de sua voz, denuncia	11
de, ele vive, reflete dessa condição.	12
Nas regiões Sudeste o trabalho escravo também está presente mas é escr-	13
vido nos pequenos fábricas. Normalmente os escravos dessa região são imigrantes ilegais	14
e seus capatazes aproveitam-se dessa condição para chamá-los de. Eles vivem clandest-	15
inamente em fábricas à mercê dos donos das mesmas e quando decidem denunciar	16
não são impedidos pelo medo de voltarem a seus países de origem.	17
As estimativas dos trabalhadores apimizados em suas condições vivem para	18
dar uma vaga ideia de qual valor, visto que poucos trabalhadores conseguem denunciar	19
e abusos. Mesmo ciente de problema e apimado não se manifestam visto que muitos reg-	20
politicos de cidades interioranas fazem parte de esquemas. Políticas para erradicar	21
o trabalho escravo não necessariamente porém o nível que chegou existe interferência inter	22
nacional no Brasil, inclusive, para tirar de poder culpados desde políticos e governan-	23
tes corruptos.	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
3168169622	
Obs.: Este rodapé será cortado antes da correção pela banca de redação	

ANEXO XX
REDAÇÃO NÚMERO 9.062/2008